

MÓVIMENTO

5 ANOS

Cinco anos contra a opressão

UNE: AS PROPOSTAS DAS LIDERANÇAS ESTUDANTIS



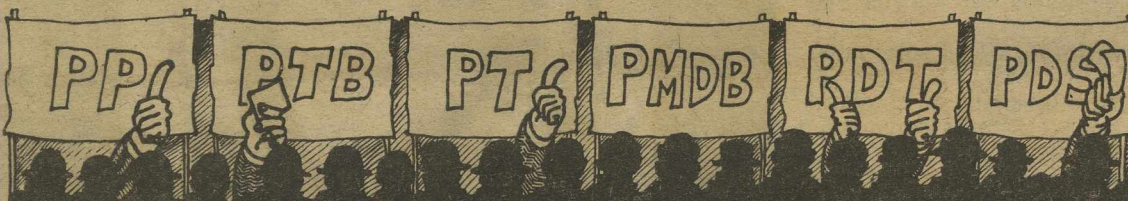
Movimento ouviu nove das principais correntes estudantis para saber suas opiniões sobre o Congresso da UNE. P. 12 e 13

VELHOS

ESPECIAL

**a vida,
os problemas,
a segregação dos
velhos trabalhadores**

Por Murilo Carvalho - P. 18 e 19



Partidos: a luta pelas filiações

P6e7



Antonio Ermírio de Moraes

**Os grandes
empresários
voltam a JK**

P5

CONSELHO DE DIREÇÃO

Agostinho Gizé, Alcy Linhares, Álvaro A. Caropreso, Antônio Carlos Ferreira, Antônio Carlos Queiroz, Armando Boito, Armando Sartori, Célia R. de Souza, Conrado Jr., Delzir A. Mathias, Duarte Pereira, Flávio Carvalho, Igor Fuser, Jacira Venâncio, José Calixto de Alencar, José Crisóstomo de Souza, Lia Ribeiro Dias, Luiz Bernardes, Luiz Carlos Antero, Luiz Maklouf de Carvalho, Luiz Pedro, Márcio Bueno, Marcos Gomes, Murilo Carvalho, Paulo Koza, Perseu Abramo, Raimundo Rodrigues Pereira, Roberto Martins, Roldão Oliveira, Tibério Canuto e Washington Oliveira.

CONSELHO EDITORIAL DE MOVIMENTO

Alencar Furtado, André Foster, Audálio Dantas, Chico Buarque de Holanda, Fernando Henrique Cardoso, Orlando Vilas Boas, Hermilo Borba Filho (1912-1976).

DIRETORIA DE EDIÇÃO S/A

Raimundo Rodrigues Pereira (presidente), Antonio Carlos Ferreira (diretor-editorial), Paulo Koza (diretor de operações), Perseu Abramo, Duarte Pereira, Célia Regina de Souza e Roldão Oliveira (diretores-adjuntos).

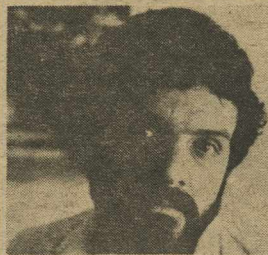
Movimento é uma publicação de Edição S/A - Editora de Livros, Jornais e Revistas. Administração e redação: Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, Pinheiros, São Paulo, Brasil. Telefones: 210-6622 e 210-6744. Belo Horizonte: Av. Amazonas, 135, sala 509 - Edifício Codó-Minas, 224-7605. Salvador: Rua Caetano Moura, 16, tel. 245-2861. Federação. Distribuição: Abril SA - Cultural e Industrial, Rua Emílio Goeldi, 575, tel. 65-5115. Composto e impresso nas oficinas da Cia. Editora Jorúés, Rua Gásio da Cunha, 49, tel. 531-8900, São Paulo. Material Internacional Via Varig.

SERVICOS INTERNACIONAIS

Le Monde

Um artista e um combatente

Nenhum projeto editorial e gráfico da imprensa política brasileira despertou tanto entusiasmo e uniu tanto a oposição ao regime militar quanto o ex-semanário *Opinião*, que existiu de 1972, os anos negros do regime militar, a 1976. E certamente nenhum artista gráfico contribuiu tanto para aquele projeto e, depois, para vários outros que surgiram a partir do mesmo movimento, quanto Elifas Andreato. Elifas, um paranaense que veio para São Paulo para ser ilustrador de móveis semi-alfabetizado na Lapa, foi o criador do projeto gráfico original de *Opinião*, foi depois quem desenhou os



Elifas Andreato

primeiros números de *Movimento*, uma continuação de *Opinião*, e quem unificou um conjunto de ilustradores e desenhistas de jornal em torno da imprensa democrática e popular de nosso país. Não fica aí, porém, sua arte e sua obra: cenógrafo, desenhista, em todos os seus trabalhos deixou sempre a marca do artista preocupado com as lutas de seu tempo, de resistência ao fascismo. Sua obra desse período — está exposta à rua Dr. Vilanova, em São Paulo, na galeria do SESC.

MORTOS SEM SEPULTURA

(Morts Sans Sépulture) de Jean-Paul Sartre, cenógrafo Roldão Oliveira, ilustração Fernando Pinheiro.



Tel. 531-8900, São Paulo. R. Palm. 72 Tel. 256-9115

MOVIMENTO

A greve com Lula preso



Martinho do Vila



Terreiro Sala e Galão

Raimundo Rodrigues Pereira

PARTIDOS

PDS, o Partido Democrático Saudosista

Os métodos do Arenão: de fazer inveja aos coronéis de 30...

Primero, o governo militar tentou impor o bipartidarismo. No final de 1974, após as eleições que revelaram uma enorme preferência pelo MDB, Geisel dizia com sua arrogância habitual: salta "à vista de todos que tenham olhos para ver", que "o bipartidarismo é também viável neste país".

Agora, com as convenções municipais e distritais do PDS, seu novo partido, e no último dia 5, o regime procura sair à frente das outras correntes de opinião e levar avante o seu projeto de abertura política, no qual foi forçado a admitir 5 ou 6 partidos, no lugar dos dois de antigamente.

Os resultados deixaram o presidente do PDS, José Sarney, em estado de euforia. Foram realizadas 3.044 convenções nos 3.990 municípios do país e o *Arenão* já tem 2,5 milhões de filiados. Sarney prevê o registro definitivo do partido até o fim do ano. E, neste mesmo prazo, 4 milhões de filiados — que levariam o PDS além das culminâncias numéricas da falecida Arena, que já era "o maior partido do Ocidente"...

Os resultados conseguidos revelam um bom "serviço" (serviço no bom sentido, é claro!). Pela lei, o partido precisa formar diretórios em 20% dos municípios, de pelo menos 9 Estados. E o PDS formou-se em todos os Estados, menos no Acre, e numa porcentagem sempre elevada de municípios. No Amazonas, Espírito Santo, nos dois Mato Grosso, no Pará, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Territórios o PDS agora tem diretórios eleitos em 90 a 100% das cidades.

São poucas as áreas menos brilhantes. No Rio, o *Arenão* está mal das pernas. Lá o partido foi montado em parte com os arenistas que sobraram da fuga em massa para o "Partido Popular", comandada pelo cacique Chagas Freitas, o antigo *adesista* do MDB. E, em parte com o novo *adesista* Amaral Peixoto e seu genro Wellington Moreira Franco que despertam ciúmes entre os *ex-arenistas*. Com isso, a base do PDS é o interior do Estado. Na cidade do Rio de Janeiro, que tem mais votos que o interior, o PDS só montou diretórios em 10 das 25 zonas eleitorais, sendo apenas 1 na zona Sul, a área mais politizada.

Em Minas, também o pedessismo cambaleia: Lá somam-se à briga externa com os caciques Magalhães Pinto e Tancredo Neves, hoje no PP, as divergências intestinas que opõem antigos udenistas a antigos pessedistas, os Bias Fortes aos Andradas, Aureliano Chaves a Abi Ackel. Em consequência, o PDS ainda não tem diretórios em nenhum distrito de Belo Horizonte. E no interior mal conseguiu passar do mínimo (fez diretórios em 164 dos 722 municípios).

Em compensação, São Paulo bateu recordes: 280 mil filiações e 534 diretórios em 571 municípios do Estado e 51 diretórios nos 53 distritos da capital.

Mais dignos de nota que os resultados são, porém, os métodos empregados para montar o partido do governo. Pela lei, as convenções municipais deveriam debater e aprovar o programa e os estatutos do partido, além de eleger os dirigentes locais e os delegados para as próximas convenções regionais. Estatutos e programas do PDS foram no entanto apenas homologados, sem qualquer discussão (talvez porque, de resto, pouco adiantaria afinal, o programa supõe a defesa de eleições diretas e há pouco o PDS aprovou o cancelamento das eleições municipais...)

Além disso, uma concepção mais democrática de partido, supõe que seus filiados se juntem voluntariamente em função de um programa político, com o objetivo de transformar a sociedade e não de retalhar verbas e empregos.

As convenções do PDS mostraram que ele melhor faria se trocasse seu nome atual para Partido Democrático Saudosista, tal o empenho com que seus fundadores utilizaram os velhos métodos da corrupção, clientelismo, demagogia e pressões econômicas e policiais. O PDS utilizou desde uma dúzia de mulatas de tanguinhas para forçar a presença de seus "militantes" na Convenção de Campos, Estado do Rio, até a promessa de elevar o carnaval para 5 dias, feita por Antônio Carlos Magalhães, governador da Bahia, a grupos folclóricos de Salvador. INCRA, INAMPS, Caixas Econômicas e Bancos oficiais foram "cabos eleitorais". Pequenos e médios empresários do interior foram procurados e pressionados em campanhas especiais, pois os pedessistas sabem que, no geral, não faz "bons negócios" quem está contra a máquina de subsídios e controles do governo. Num Estado pobre como Rondônia, o governo gastou 30 milhões de cruzeiros em propaganda. Como nos tempos dos coronéis não faltaram também — do Pará ao Paraná — pontapés, sopapos, emboscadas, tiros e mortes.

As convenções do PDS e seus resultados porém são úteis à oposição. Mostram o peso do poder econômico e o controle estatal sobre os processos políticos oficiais do país.

É uma situação duplamente difícil de ser enfrentada. Primeiro, porque a oposição ao regime e a esses métodos lutará sempre a partir de uma grande desvantagem material; especialmente a oposição popular, que praticamente não tem dinheiro e nem acesso sequer a uma modesta prefeitura. Segundo, porque o sucesso da corrupção, do clientelismo, dos currais eleitorais e de muitas pressões oficiais se deve também ao baixo nível de consciência política geral do país. Isto faz com que os partidos opositores no geral tenham poucos filiados (A rigor, as exigências oficiais seriam modestas se o nível político fosse mais alto: para formar um diretório, numa cidade de 500 mil eleitores, bastam 1.170 filiados...).

Cabe à oposição, no entanto, mesmo sem valorizar excessivamente essa política oficial de cartas marcadas, aproveitar a abertura real existente, formando partidos dentro das regras atuais, para melhor poder destruir o projeto oficial mais adiante.



Figueiredo fecha o cerco no Chile

Tudo para manter a presença do país na América do Sul

Flávio Diegues

O general Pinochet não escondeu a sua satisfação com a chegada do presidente Figueiredo no último dia oito a Santiago para uma visita de quatro dias ao Chile, devidamente acompanhado por sete ministros de Estado, meia dúzia de altos funcionários federais e mais cerca de 150 empresários. "A visita do presidente Figueiredo será uma importante demonstração da normalidade das relações exteriores do Chile", afirmou no dia sete o diretor-geral do Ministério do Exterior chileno, Javier Illanes, referindo-se ao isolamento internacional e aos boicotes que seu país vem sofrendo devido às violações dos direitos humanos.

Repressão no Cone Sul

O governo chileno espera que esse isolamento, que ele chama de "má vontade internacional", se torne menos constrangedor após a visita de Figueiredo, principalmente agora, depois de Pinochet ter realizado mais um "plebiscito" (sem qualquer liberdade política, anistia etc.) como aval para o seu próximo período de oito anos de "governo legítimo".

Nas inúmeras entrevistas que Figueiredo concedeu às publicações chilenas, praticamente todas continham uma questão sobre a "ingerência dos organismos internacionais nos assuntos internos" dos países. Pinochet saudou Figueiredo dizendo: "estamos seguros de que, frente às inconvenientes ameaças que pesam sobre... nossa civilização ocidental e cristã, Chile e Brasil saberão encerrar unidos o desafio atual da história". E, enfim, se houvesse dúvida ainda, esse objetivo está expresso da forma mais clara possível nas exigências quanto à formulação do comunicado conjunto: primeiro, o governo chileno lutou para incluir uma "forte condenação" às ingerências citadas, depois, uma condenação ao terrorismo especificamente no Cone Sul, que traduziria uma idéia de repressão conjunta, de modo a comprometer o Brasil mais formalmente com a repressão pela qual o Chile é denunciado e condenado internacionalmente.

O Brasil, por seu lado, lutou contra as duas inclusões; aliás outra pergunta que os jornais fizeram a Figueiredo foi por que o Brasil se recusou a aceitar o Pacto do Cone Sul recentemente, uma proposta argentina de repressão conjunta. Segundo os jornais brasileiros, o Itamaraty estaria mesmo deixando transparecer certo constrangimento por ter que retribuir a visita de Figueiredo, convidando Pinochet a vir ao Brasil (conforme manda a praxe). Esses "recados" da diplomacia brasileira seriam uma indicação a Pinochet para que não supervalorize a presença de Figueiredo em Santiago — daí a esperada retórica do comunicado conjunto.

Dessa forma, o governo brasileiro pretende disfarçar o melhor que puder o seu apoio à ditadura chilena, que disputa com Israel e a África do Sul o

Chico Caruso - publicado no Jornal do Brasil



primeiro lugar entre os regimes mais condenados e (portanto) mais isolados do mundo. Foram precisas quatro sessões do Congresso brasileiro para que finalmente (com a ajuda do PP) Figueiredo conseguisse licença para viajar.

Protecionismo brasileiro

Mas a importância e a coerência política dessa visita ao Chile já havia sido salientada há tempos pela chancelaria brasileira: era impossível evitá-la depois dos acordos firmados entre o Brasil e os países do Pacto Andino (Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela) em janeiro último, e principalmente depois do "casamento" (segundo Figueiredo) entre Brasil e Argentina. Além do isolamento no mundo em geral, o Chile tem diferenças importantes com o Peru, a Bolívia e a Argentina (com quem há cerca de três anos esteve à beira da guerra devido ao litígio sobre o canal de Beagle, no Sul do continente).

Esse avanço diplomático amplo e indiferenciado é essencial para garantir a presença privilegiada brasileira em todos os países; e seu objetivo central é permitir a penetração econômica, isto é, abrir espaço para os investimentos e as exportações brasileiras. Após a disputa sobre Beagle, o Brasil deu um grande passo na diversificação de suas exportações para o Chile (cuja pauta saltou de 21 para 43 itens em dois anos), ocupando o lugar de diversos produtos argentinos.

Além do avanço nas exportações (veja *Movimento* da semana passada), o Brasil pretende fazer investimentos importantes no Chile, cuja "abertura" para o exterior representa praticamente um abandono da industrialização (1). Pinochet pensa que um país de 11 milhões de habitantes não precisa dedicar-se a todos os ramos da indústria, e resolveu deixar tudo a cargo do capitalismo externo, menos quatro áreas: cobre, vinhos, madeira e pesca. Mesmo assim, o

setor de mineração está sendo rapidamente estatizado e o principal acordo de agora com o Brasil refere-se a um contrato de US\$ 1,5 bilhão para formar uma empresa binacional de exploração, processamento e comercialização do cobre.

Entram pelo Brasil as firmas Tenenge Engenharia e Brasil Invest (talvez também a Abdib, Associação Brasileira das Indústrias de Base); e pelo Chile a Codelco, Corporación Nacional Del Cobre de Chile. O projeto prevê a compra do cobre semimanufaturado, sua transformação em vergalhões e a exportação posterior para a Europa. Outro acordo em mira prevê a assistência tecnológica do Brasil às perfurações chilenas no Estreito de Magalhães. O Brasil poderia também participar das perfurações. Estes são os acordos mais importantes, sendo os contratos de cooperação menores nas áreas de transporte marítimo, indústria nuclear, florestal, pesca e agropecuária.

Abrir espaços

Como na Argentina, a despeito de todo o espírito de "abertura" econômica dos empresários chilenos, não faltaram reclamações contra o "protecionismo" brasileiro. Um dos líderes empresariais chilenos, Manuel Valdes, afirmou que a menos que o Brasil reduza suas restrições alfandegárias, a entrada de produtos chilenos no mercado brasileiro ficaria "seriamente prejudicada". Como se vê, a unidade que Figueiredo prega entre os subdesenvolvidos, contra o protecionismo das grandes potências, vale também, com os mais fracos, para o próprio caso do Brasil.

(1) A produção industrial chilena em 1979 caiu para 89% do total em 72, enquanto o desemprego se multiplicava por três (chegando a 12,5% em 79). Entre 70 e 78, a média de crescimento das importações foi de 57%, mas a importação de supérfluos chegou a 276% de aumento.

ANISTIA

José Sales na rua, finalmente

A libertação, ainda que condicional de José Sales Oliveira, representou a mais recente conquista do movimento de anistia, o que faz com que o Brasil seja, um ano após a decretação da anistia parcial, o país do Cone-Sul com o menor número de presos políticos. José Sales estava preso no quartel dos bombeiros de Fortaleza, Ceará, e conquistou a liberdade condicional após uma batalha jurídica e política, que incluiu o rebaixamento de sua pena de prisão perpétua para 16 anos e a decretação de uma greve de fome.

Com a libertação de José Sales Oliveira, de 39 anos de idade, os cárceres estão praticamente vazios, porém não inteiramente. Fruto da contradição entre a decretação da anistia — esta por sua vez parcial — e a existência de uma Lei de Segurança Nacional profundamente repressora, continuam presos em Minas Gerais o professor David Maximiliano e o vereador Eduardo Villanova, este envolvido no folclórico caso das bombas de Barbacena. Os dois foram presos após a decretação da lei da anistia.

E se não dá para dizer que tudo continua como antes após a conquista da anistia parcial, os dados da realidade indicam que os movimentos que lutaram e lutam por uma anistia ampla e irrestrita ainda têm muito chão a percorrer. Os anistiados, que não tiveram seus direitos inteiramente reintegrados, lutam hoje para serem readmitidos em seus trabalhos. E os dados são desanimadores: 330 funcionários de autarquias e empresas estatais — Rede Ferroviária Federal, Companhia Siderúrgica Nacional e outras — que foram demitidos em 1964 por motivos políticos, não foram readmitidos no seu emprego, apesar de terem direito a isto. Na Petrobrás, 336 cassados solicitaram readmissão no emprego, mas apenas 33 tiveram o seu pedido atendido. Nas Forças Armadas, a mesma batalha está sendo travada, como indica o pedido de 31 cabos e fuzileiros que, em Salvador, solicitam a reintegração nos Fuzileiros Navais.

Mas novas batalhas surgiram em decorrência da existência de uma Lei de Imprensa e Lei de Segurança Nacional profundamente ditatoriais. Os diretores dos jornais *Hora do Povo*, *Coojornal* e *Tribuna da Imprensa* formam enquadrados nessas leis, e podem vir a ser condenados. Ao lado de tais dados, acrescenta-se a tentativa de cassação de mandatos dos deputados João Cunha, do PT, Genival Tourinho, do PDT, e Chico Pinto do PMDB. Também integram-se nesse quadro as perseguições ao Partido dos Trabalhadores e os processos contra o seu presidente Lula, sem falar no enquadramento dos sindicalistas do ABC que fizeram a greve de março que foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Assim, se os cárceres hoje estão praticamente vazios, amanhã poderão voltar a estar lotados.



Sales, livre

Arranca rabo no Congresso

“Oportunista”, “comunista”, “corrupto”, “dedo-duro”, “crápula”... E o PDS debatendo.

O Congresso Nacional deverá ter durante esta semana um colorido diferente, com poucos parlamentares do PDS circulando pelos corredores. Estará em marcha a “operação falta de quorum”, com a qual o governo pretende arquivar a emenda das prerrogativas nesta quinta-feira, dia 16. A determinação do Conselho de Desenvolvimento Político do governo foi seguida à risca pelo PDS e reiterada nas reuniões do partido. Em todos os encontros o PDS martelou numa só nota desafinada: se a oposição aceitar a retirada dos dois dispositivos que devolvem as imunidades dos parlamentares e preservam a aprovação das leis do executivo por decurso de prazo, ainda será possível um acordo para a aprovação do restante da emenda. Evidentemente, a oposição recebeu tal proposta como provocação. Tanto o PMDB como o PP fecharam questão em torno da emenda original do pedessista Flávio Marcílio.

Os eternos otimistas da oposição acreditam que o número de dissidentes a do PDS que votarão com a emenda será grande e alguns chegaram a falar em 25 contestadores. Um dos motivos para isso é o fato de que o PDS não fechou questão contra o projeto, o que implica não punir os parlamentares que não seguirem a orientação oficial. Mas faz parte da “operação falta de quorum” uma outra operação, que com base na promessa de favores e chantagens tem o objetivo de inibir qualquer tipo de contestação.

Na reunião da executiva nacional — a primeira realizada na nova sede do PDS, inaugurada há poucos dias no Setor Comercial Sul em Brasília — o presidente da Câmara, Flávio Marcílio destoou completamente de seus pares para defender o projeto que leva o seu nome. Em determinado momento ele se lembrou da afirmação do general Golbery do Couto e Silva, em palestra proferida na Escola Superior de Guerra, de que “o parlamento que não tem poderes decisórios se atrofia inevitavelmente”. “Está aí o ministro para confirmar se estou equivocado, disparou Marcílio apontando em direção ao general Golbery. Foi um constrangimento geral”.

Ao final da reunião, visivelmente irritado, Marcílio disse que as razões do governo para desaprová-la emenda são duas: “em primeiro lugar, ele quer continuar com o privilégio da aprovação de leis por decurso de prazo, o que significa que não confia em sua maioria. Em segundo lugar, os lamentáveis casos, ocorridos, de intemperança verbal de alguns deputados”.

Destempero verbal não faltou no decorrer da semana, envolvendo a emenda Flávio Marcílio. Só que o alvo, desta vez, não eram generais suspeitos de sustentar o terrorismo mas as próprias hostes do PDS. Quem iniciou o arranca-rabo foi o senador Jarbas Passarinho, chamando o deputado Siqueira Campos de “traidor”, por ter ele na semana anterior sido o responsável pela derrubada do substitutivo do governo à emenda Marcílio. Em resposta, Campos — um fazendeiro goiano de 52 anos — divulgou uma nota na segunda-feira repelindo as “incredulações” de Passarinho. “A virulência com que se investe contra mim o vaidoso Napoleão acreano só pode resultar do ódio que me devota por ter eu contribuído para inviabilizar a sua candidatura à presidência da Arena e vetado sua participação (...) na candidatura Sylvio Frota à presidência da República”.

Como se lembra, Siqueira Campos foi um dos principais articuladores no Congresso da candidatura abortada do ex-ministro do Exército, exonerado por Geisel.

No dia seguinte, embora não quisesse responder às acusações, o senador Jarbas Passarinho repassou o recibo, tratando o deputado goiano de “uma pessoa desprezível”.

Ainda na terça-feira, depois de se encontrar com o ministro Ibrahim Abi Ackel no ministério da Justiça, Siqueira Campos voltou à carga contra o líder do governo no Senado e sem papas na língua qualificou-o de “oportunista”, “desleal”, “corrupto”, “provocador”, “dedo-duro”, “divisionista”, “crápula”, “fascista” e “comunista arrependido”. Pior do que isso, comparou-o a uma “Messalina com ares de Josefina e com pretensões a Napoleão”. Como alguns repórteres não entenderam insulto tão erudito, Campos explicou que “é assim como uma prostituta que tudo topa”.

Passarinho continuou não querendo dar uma resposta ao seu desafeto, “porque ele não merece”, mas na quarta-feira resolveu fazer algumas reposições históricas. Disse que não poderia ter fundado uma célula comunista — como afirmara Siqueira Campos — quando era diretor da Petrobrás no governo Jango, porque “fui da Petrobrás no governo Kubitschek. No governo João Goulart eu estava no Exército”. A acusação de que era comunista, o senador observou: “quem pegar o livro do general Jaime Portela deve ver ali a minha participação na preparação da revolução nesse período”. (1) E, por fim, Passarinho assegurou que não se transformara num rico banqueiro depois da “revolução”: “quem conhece do Montepio (da Família Militar, principal acionista do Banco Sul Brasileiro) sabe que sou lá um assalariado, um bancário”.

Em princípio parecia que a direção do PDS estivesse propensa a punir o deputado, até mesmo com a sua expulsão do partido, possibilidade afastada contudo pelo líder Nelson Marchezan, para quem uma nota do PDS de condenação aos ataques de Siqueira Campos — reforçada por outro documento dos senadores, entre os quais quase todos da bancada peemedebista — fora uma reprimenda suficiente. Mas a explicação pode ser outra, já que Siqueira Campos, depois de ter adquirido certa força com a candidatura Frota, é hoje um dos principais articuladores do esquema parlamentar do governo Paulo Salim Maluf no Congresso (Antonio Carlos Queiroz, de Brasília)

(1) a acusação absurda de ser Passarinho comunista não é nova e até hoje setores mais obtusos do Exército ainda o consideram assim por causa da sua participação na campanha “O Petróleo é Nosso”. Movimento apurou que nos arquivos do IBAD - organismo que depois se transformaria no SNI - a ficha de Passarinho apontava-o como agente comunista, tendo sido retirada de lá por um coronel que teve ampla participação na candidatura Euler Bentes Monteiro e que hoje está na reserva. Esse coronel foi convidado para trabalhar no IBAD mas depois de frequentá-lo alguns dias declinou do convite.



Passarinho: “não sou comunista”



Campos: “ele é uma Messalina”

PDS/RONDÔNIA

Um “partido único”

Por bem e por mal, o Partido Democrático Social quer tornar-se o “Partido Único” do Território Federal de Rondônia. Uma espécie de monopólio do PDS faz lembrar o coronelismo da República Velha.

Os veículos de comunicação estão todos comprometidos com o partido por sobreviverem às custas do governo do Território, que só no primeiro semestre deste ano gastou quase 30 milhões de cruzeiros em anúncios e reportagens encomendadas. Não há empresa particular que acomode toda a mão-de-obra qualificada e os profissionais liberais são obrigados a empregarem-se no governo para garantir sua sobrevivência — há um número excepcional de órgãos governamentais no Território. Mas, para isso há um preço: foi criada uma “lei” (que está sendo empregada clandestinamente e sem grande alarde) que obriga qualquer funcionário público a filiar-se ao PDS.

Os prefeitos das sete cidades do território são nomeados pelo governador, que por sua vez o foi pelo presidente da República.

Assim, esses administradores ocupam cargos de confiança e só podem militar num partido, o do governo, é claro. Não há Câmara de Vereadores nos municípios, apenas na capital, outra vantagem para o governo. Porém, o número de vereadores em Porto Velho está equiparado. São sete do Partido do Movimento Democrático Brasileiro e sete do PDS.

Apesar de tudo isso, os números não estão contentando o governo e chegam a preocupar. Na campanha deste ano, o PMDB conseguiu 1.040 filiações o que representa uma ameaça às 1.748 do PDS. Mas também a única. O Partido dos Trabalhadores não iniciou ainda o trabalho de filiação, e permanece com os contatos de base, apenas em Porto Velho, com a formação das comunidades dos amigos de bairros. O Partido Democrático Trabalhista, depois de uma série de polêmicas incidentes com seu articulador, Samuel Saraiva, caiu em descrédito e não conseguiu filiações. O Partido Popular e o Partido Trabalhista Brasileiro não possuem representantes em Rondônia.

Tudo é feito pelo PDS para garantir a sua exclusividade. O jogo é sujo e camuflado em um paternalismo já denunciado diversas vezes por autoridades e pela imprensa. Os partidos de oposição são rechaçados, assim

como os seus líderes. Desde que começou a articular o PT, por exemplo, o engenheiro agrônomo Neumar Moraes foi demitido da escola estadual onde lecionava há quatro anos e seus sócios (motivados por uma “ordem” do governador Jorge Teixeira) já entraram com pedido de dissolução de uma firma comercial montada há quase um ano.

“Entrevistas exclusivas” com autoridades governamentais, são dadas quase todos os dias para três rádios, quatro jornais e um canal de televisão (só com a Rádio e TV Amazonas foram gastos 16 milhões de cruzeiros no primeiro semestre). O governo justifica suas atitudes dizendo-se o único a trabalhar em Rondônia: “Quem dá terras para vocês?” “Quem abre estradas vicinais?” “Quem dá hospitais e médicos?” — são perguntas feitas diariamente por representantes do PDS. E o final é sempre o mesmo: “e a oposição o que faz por vocês?” A campanha é contínua e esmagadora.

Com tudo isso, o PMDB foi o único partido de oposição a firmar-se no Território. Só que, com essas novas táticas do governo, o próprio PMDB teme perder sua força, mesmo porque, o deputado federal Gerônimo Santana, líder do partido, está perdendo um pouco de sua popularidade por ter praticamente se afastado das bases. Mas, mesmo assim, é um forte concorrente do deputado Odacir Soares, do PDS (o Território só possui os dois parlamentares na Câmara Federal).

Outra grande vantagem é a distribuição de terras feita pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e pelas prefeituras. Muitos colonos são doutrinados e acabam se filiando ao PDS porque estão recebendo alguns hectares gratuitamente (um dos tantos exemplos de paternalismo). E, para o colono que chega do Paraná ou Nordeste, sem dinheiro, sem nada, o chefe do INCRA, ou o prefeito tornam-se mais importantes do que qualquer membro dos partidos de oposição. Aproveitando-se disso, o PDS faz o seu jogo em busca da exclusividade política na região. Ganha vantagem porque além do PMDB, o PT é o único com ação no Território e, por enquanto, nem toca em assuntos relacionados a eleição ou filiação, o que caracteriza sua linha de atuação em Rondônia. (Eurípedes Claiton, de Porto Velho).

Os empresários voltam a JK

O líder dos empresários paulistas, Bueno Vidigal, sonha com o desenvolvimento à JK

Com a abertura, o empresário quer ser ouvido com mais atenção, especialmente nas formulações de políticas que lhes afetem. Nos primeiros dias de outubro, essa reivindicação voltou a ser enfatizada na posse do presidente eleito da poderosa Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, que vê o momento atual como crítico para uma transição histórica, semelhante à grande crise do fim dos anos 30, quando o Brasil teve de se adaptar a uma crise internacional e incrementar seu processo de industrialização, no qual a FIESP é lembrada como um dos pilares.

Luiz Eulálio Bueno Vidigal, o novo presidente da FIESP, não faz por menos nessa tarefa que considera histórica. Ele coloca sua gestão como ocorrendo nesse momento crucial: "dessa crise que vivemos, ou sairemos como uma Nação fortalecida ou legaremos aos nossos filhos uma carga explosiva de problemas agravados e irresolvidos". Ele acha que a FIESP cumpriu seu papel histórico nas primeiras décadas depois de sua fundação (em 1930) atingindo sua plenitude na década de 50, especialmente com o presidente Juscelino Kubitschek, onde o capitalismo brasileiro teve seu projeto delineado. Mas, depois disso, segundo Vidigal, esgotou-se o projeto histórico da FIESP, que não soube responder aos novos desafios dos tempos presentes.

Espera-se, portanto, um novo sopro de vitalidade na ação da FIESP, o mais poderoso lobby industrial brasileiro, não apenas em função dos pronunciamentos e energia de Vidigal, mas também em função da consolidação dos grupos dos grandes empresários nacionais.

Ao mesmo tempo que esses grupos forçam sua valorização política, um interessante estudo sobre os maiores grupos empresariais nacionais está sendo preparado para publicação. O economista suíço Jean Bernet, radicado no Brasil, que já edita bianualmente um importante catálogo do capital estrangeiro no Brasil (o Guia Interinvest) prepara-se para lançar até o fim do ano trabalho semelhante em relação aos grupos empresariais nacionais, com conclusões interessantes. Segundo Bernet, pouco mais de 160 grupos dominam perto de quatro mil empresas no país, com suas interligações e participações acionárias. O Atlas Financeiro do Brasil reúne pesquisas realizadas desde 1975 e conclui pela existência no país de um "capitalismo incipiente" ainda com forte estrutura familiar. O Atlas aponta a maior concentração do capital financeiro do país nas associações do Bradesco, Sul América e Atlântica Boavista, enquanto o maior grupo industrial do país é o Votorantim dos irmãos Ermírio de Moraes, que têm participação acionária em mais de 80 firmas.

Contra o terror e a recessão

Um manifesto dos dez mais influentes líderes empresariais apóia o general Figueiredo

Pelo quarto ano consecutivo o jornal *Gazeta Mercantil* realizou uma avaliação da liderança empresarial que já está se transformando numa espécie de termômetro do capitalismo brasileiro. Mais de cinco mil empresários ouvidos pela *Gazeta* apontaram como liderança uma elite de peso privilegiado na vida econômica do país. Os dez empresários colocados nos primeiros lugares (1) reúnem um faturamento equivalente a 30,3% do orçamento da União. Somente esses dez empresários, que não são necessariamente os mais ricos, recolheram 49% de todo ICM recolhido no país.

Nos últimos quatro anos algumas lideranças se consolidaram como é o caso do empresário Antônio Ermírio de Moraes, do grupo Votorantim, com um patrimônio líquido de 27,6 bilhões de cruzeiros e um lucro de 3,2 bilhões de cruzeiros (já retirado o imposto de renda). Há quatro anos Antônio Ermírio aparecia em quarto lugar, passando ao segundo em 78 e mantendo a primeira colocação nos dois últimos anos, em companhia constante de Cláudio Bardella, da Bardella Indústrias Mecânicas, que foi primeiro lugar em 77 e 78, e segundo lugar em 79 e 80.

Por outro lado, o empresário nacionalista e ex-ministro Severo Gomes, que detinha o segundo lugar em 1977, simplesmente saiu da lista desde 1979, no momento em que se vinculou seu nome à alternativa da candidatura de Euler Bentes em oposição a Figueiredo.

Sem "voragem recessiva"

No fim do mês passado, pouco depois de conhecidos os votos do empresário, os dez notáveis divulgaram um documento político onde apóiam a abertura como ela está sendo realizada, marcam oposição a uma solução recessionista para o Brasil e repudiam o terrorismo.

No documento, eles tomam posição contra a recessão porque "as peculiaridades de estrutura social brasileira tornariam insuportáveis as conseqüências da paralisação, mesmo temporária, do crescimento". Os empresários temem duas conseqüências: a crise social que resultaria do aumento do desemprego e, "por outro lado, a empresa nacional, em todos os setores, poderia ser tragada na voragem recessiva, permitindo o desencadeamento de um processo generalizado de desnacionalização e de estatização".

Eles apóiam as medidas destinadas a reduzir a inflação e a dívida externa, mas esperam que isso não seja realizado às custas de uma redução na liquidez nem leve a um corte "indiscriminado" no gasto público, que afinal sustenta a maioria das encomendas à indústria nacional de bens de capital.

Ilustração de Conceição Cahu



No alto, da esquerda para a direita: Laerte Setúbal, Mário Garnero, Jorge Gerdau, José Mindlin. No centro: Olavo Setúbal, Abílio Diniz, José Ermírio Moraes. Abaixo: Cláudio Bardella, Antônio Ermírio Moraes, Luiz Eulálio Vidigal

Apontam um caminho alternativo baseado num "tripé": redução da dependência energética, desenvolvimento da agricultura e um programa dos gastos sociais, "que enfrente as carências gritantes em matéria de saúde, saneamento básico, habitação, educação e transportes (...) que viria atenuar focos de tensão para trabalhadores da cidade e do campo (que) ademais, traria efeitos benéficos sobre a renda e emprego".

O mais importante do documento, do ponto de vista político, foi o apoio dado ao general Figueiredo, em repúdio ao terrorismo, contra a perspectiva de um novo fechamento, pois, "a asfixia das liberdades públicas compromete, mais cedo ou mais tarde, o exercício da iniciativa privada", diz o documento.

Punir "sem radicalizar"

Os empresários, portanto, não atenderam ao canto da sereia da ultradireita, pelo contrário, repudiaram os grupos de interesses favoráveis a um fechamento, que classificaram de "minoritários". Em pronunciamentos isolados, alguns dos eleitos avançaram até a condenação da Lei de Segurança Nacional, como José Mindlin, que considerou o uso dessa lei um erro político no caso do enquadramento de dirigentes sindicais.

Contra o terror político, portanto, eles consideraram o melhor remédio o apoio político a Figueiredo e recusando uma "radicalização" no processo de punição. Cláudio Bardella, defensor des-

sa posição, espera que não haja uma radicalização no processo punitivo dos atentados, mas sim um "fortalecimento do poder Judiciário", que realizaria a punição na forma da lei.

Finalmente, na questão mais geral da vida política do país, o primeiro colocado, Antônio Ermírio, rejeitou a Constituinte: "A Constituinte não adianta muito... ao contrário, iria postergar soluções que poderiam ser materializadas a curto prazo, via contato direto entre empregados e empregadores", disse. Retomando a insinuação de Ermírio, Jorge Gerdau foi mais específico, se referindo à iniciativa da Volks em criar uma representação de empregados: "não cabe ao sindicato estabelecer a forma pela qual se dará o relacionamento entre empresas e operários".

Desse modo, portanto, o empresário retoma iniciativas, agora que surgem promessas de menos dependência e tutela do Estado inclusive no relacionamento com os empregados, e tenta andar com as próprias pernas, reclamando também "uma legislação trabalhista resultante de ampla participação dos setores envolvidos". Retoma também uma ofensiva no sentido de sere mais ouvido na formulação de uma política econômica e financeira.

(1) Antônio Ermírio de Moraes, Cláudio Bardella, Luiz Eulálio Bueno Vidigal, Olavo Egydio Setúbal, Abílio Santos Diniz, José Ermírio Moraes Filho, Laerte Setúbal Filho, Mário Bernardo Garnero, Jorge Gerdau e José Mindlin.

Os partidos correm atr

Como estão sendo montados os partidos na prática, no dia-a-dia das filiações? Aqui, atribulada corrida de todos os partidos atrás de eleitores e militantes numa cidade

José Carlos Ruy

São Bernardo do Campo é a terra do Lula, é o cenário das grandes greves operárias dos últimos anos. Isso significa que São Bernardo é a terra do Partido dos Trabalhadores? Essa pergunta só poderá ser respondida com precisão depois que os novos partidos, cujos prazos de legalização estão se esgotando, puderem se enfrentar numa eleição, coisa que só acontecerá em 1982. Mas o trabalho de montagem e filiação dos partidos pode dar algumas indicações sobre quem tem força na "capital operária" do Brasil.

São Bernardo tem pouco mais que 182 mil eleitores. Por isso, conforme os critérios estabelecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, cada partido só poderá legalizar-se no município se conseguir filiar pelo menos 646 eleitores, tarefa que até agora só não foi tentada pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). Todos os outros partidos (Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Partido dos Trabalhadores, Partido Popular, Partido Trabalhista Brasileiro e Partido Democrático Social) estão tratando de organizar-se.

PMDB, uma grande força, dividida em várias partes

À primeira vista, o PMDB é a grande força política de São Bernardo. Afinal ele agrega muitas e diferenciadas forças políticas, como velhos políticos municipais, além de ter sido fortalecido com a entrada de vereadores da antiga Arena. Por isso, tem 14 dos 19 vereadores locais.

Entre os grupos em que se divide o partido está o do prefeito Tito Costa, que procura manter sua maioria na Câmara. Afinal, o prefeito precisará dessa maioria já que, em poucas semanas, será votado o orçamento municipal. Além disso, Tito Costa pretende que um partidário seu seja o próximo presidente da Câmara. Isso é importante para ele, já que tanto o prefeito quanto seu vice, Mario Ladeia, deverão deixar a prefeitura seis meses antes das eleições de 1982, sendo substituídos pelo presidente da Câmara.

As divergências que separam os grupos peemedebistas em São Bernardo são profundas o suficiente para não permitir a formação de uma chapa única para concorrer à convenção municipal marcada para domingo passado. A chapa oficial, encabeçada pelo prefeito, tem o apoio de um grupo de vereadores conhecido como "cardeais" e do grupo do vereador Paulo Vidal Neto, o antigo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos que antecedeu a Lula. Por outro lado, a chapa dos peemedebistas que se definem como "elementos de base" é encabeçada pelo vice-prefeito Mario Ladeia, com apoio de pelo menos quatro vereadores na Câmara Municipal, e do Enilson Simões Moura, o "Alemão", do Sindicato dos Metalúrgicos.

O grupo dos "cardeais", antigos arenistas coordenados por Lenildo Magdalena, o vereador mais antigo do município, é formado — na opinião de um vereador — por "profissionais da política, que souberam ser arenistas quando precisaram, souberam ser reformistas na hora da mudança e acredito que saberão ser oposicionistas". Esse grupo é acusado por Mario Ladeia de

criar "uma Arena Z dentro do PMDB".

O grupo do vereador Paulo Vidal Neto, acusado de coordenar um grupo malufista dentro do partido, é formado por "aqueles que tentaram ir para o PDS e depois acordaram e descobriram que seriam mais úteis ao Maluf ficando no PMDB". Paulo Vidal responde as acusações dizendo que "quando houve a extinção dos partidos, um grupo de vereadores — entre os quais eu me incluía — imaginou a possibilidade de organizar a nível municipal o PDS, dentro de uma linha de independência e dispostos a checar as colocações feitas em seu programa. Como esse fato ocorreu na época da greve, as posições assumidas pelo governo foram claramente de desmentir as proposições do programa do PDS, e a partir de então não existiu nenhuma possibilidade de continuar no PDS". Ele enfatiza que, apesar disso, "em momento algum deixamos de exercer uma posição oposicionista". Entretanto, comenta-se na Câmara Municipal que na época das negociações com o PDS esse grupo não saía do Palácio dos Bandeirantes.

Curral eleitoral em São Bernardo? Sim. E muito

Depois disso, esse grupo de vereadores teria tentado aproximar-se do ex-presidente Jânio Quadros, para organizar o PTB na cidade. Mais uma vez as negociações falharam, e o grupo dividiu-se entre o PDS e o PMDB. Comenta-se também na Câmara Municipal que foi Paulo Vidal quem trouxe Felipe Chaid para o PMDB, um eterno candidato a deputado pela Arena.

cujos métodos de atuação política lembram muito o governador Paulo Salim Maluf.

O PMDB tem cerca de 5.600 filiados em São Bernardo. "Desta vez houve um interesse muito maior por parte das pessoas em termos de filiação", disse Tito Costa. Ele lembra que era presidente do MDB em 1970, quando foi muito difícil fazer uma convenção municipal com 150 pessoas, "pois havia um medo muito grande de se filiar ao MDB nesse ano".

Grande parte desses filiados foram trazidos pelos políticos e ex-candidatos a vereador ligados à administração municipal. Além disso, a entrada dos "cardeais" no partido foi também responsável por muitas filiações. Afinal, como diz Lenildo Magdalena, "vim ao PMDB com a bagagem política e ideológica que já é minha, independente de qualquer partido". Vereador há 25 anos, e pastor durante 18 anos da Igreja Metodista local, Lenildo explica que "em face da posição de desgraça em que se encontrava a Arena, não é vaidade concluir-se que a votação daqueles que vieram para a Câmara pela Arena foi muito mais de caráter pessoal que partidário. As bases confiaram na conduta desses homens, e quero crer que elas os acompanharão". Isto é, numa linguagem mais clara, o velho clientelismo, o voto de curral, que vem reforçar o quadro do PMDB.

A Tendência Popular, núcleo de aglutinação de parlamentares e militantes de base popular do PMDB, não existe em São Bernardo. Assim, o espectro do partido vai dos "malufistas" aos partidários do metalúrgico "Alemão", passando por diversos matizes políticos conservadores e liberais, como Tito Costa.

Trazer filiados ao partido pelo

cabresto não é privilégio somente do PMDB. O PDS também se beneficia de velhas práticas políticas. Seu presidente em São Bernardo é o industrial Marcel Preotesco, também presidente da Associação Comercial da cidade — local onde o partido faz suas reuniões — e de uma empresa estadual; é um homem muito ligado ao governador Salim Maluf, da mesma forma que o secretário geral do PDS no município, o ex-prefeito Geraldo Faria Rodrigues.

Com "Tudo Azul", o PDS "fechou" a Favela do DER

Na convenção municipal do último dia 5, cuja apatia só era quebrada pela movimentação dos cinco ônibus contratados para trazer os convencionais, votaram 1.052 pessoas. Marcel Preotesco esperava a presença de pelo menos 70% dos inscritos no PDS, e atribuía isso ao "espírito de equipe", já que "atualmente não se pode mais pensar em termos de currais eleitorais, e sim no bom trabalho realizado por pessoas competentes".

Contudo, pelo menos em parte essas palavras não são confirmadas pela atuação do vereador José Ginez Ramble, conhecido pelo apelido de "Tudo Azul". Ele é "dono" de um dos mais tradicionais "currais eleitorais" de São Bernardo, a Favela do DER, originária de um antigo acampamento de trabalhadores do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, empregados na construção da Via Anchieta. Nesse local o então enfermeiro José Ginez Ramble iniciou suas atividades assistenciais que o tornaram conhecido do povo humilde da



ás das “bases”

Movimento faz uma descrição detalhada da industrial muito importante: São Bernardo

cidade. Com boas ligações em hospitais da região e da Capital, ele providencia internações, encaminha consultas e exames médicos, trata da remoção de doentes, e seu gabinete na Câmara Municipal não é muito diferente de um guichê de atendimento da agência do INAMPS na cidade.

Essa atividade assistencial faz de “Tudo Azul” um político “bom de voto”, que pode afirmar tranquilamente que “pessoal meu no DER é mais ou menos 100 filiados ao PDS”. Isso sem contar seu pessoal espalhado pelas vilas de São Bernardo.

O PT quer a prefeitura e a maioria na Câmara

Uma outra forma utilizada pelo PDS para filiar é a pressão sobre funcionários e empregados, embora de difícil apuração. Entretanto, houve pelo menos num caso relatado por um trabalhador gráfico, que prefere manter o anonimato, onde o proprietário de uma pequena gráfica distribuiu cédulas de filiação do partido entre seus empregados, conseguindo inscrever pelo menos um deles.

O ex-prefeito Geraldo Faria Rodrigues acha “muito agradável” a tarefa de organizar o PDS municipal. Seu objetivo era conseguir 800 adesões, mas o partido já tem mais de 2.000. “Se fosse feito um trabalho de rua, o PDS já teria 5.000. Contudo, não há interesse pois um número muito grande de pessoas daria muita mão-de-obra para a realização da convenção”, disse ele. Geraldo Faria acha que o PDS “terá chance em São Bernardo devido à divisão da oposição”. Por isso, “torço pelo Lula, pois ele divide a oposição com o PMDB”, conclui.

Essa esperança do ex-prefeito poderá ser frustrada pelo crescimento do PT na cidade, que desponta com força. Demerval Julio de Grammont “Julinho”, editor do *ABC-D Jornal* e assessor de imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos antes da intervenção que afastou Lula e os outros diretores é o secretário geral do PT em São Bernardo. “O PT de São Bernardo está preocupado em ser prefeitura e maioria na Câmara em 1982”, diz ele. Quando foi feita a convenção municipal, no dia 17 de agosto, o PT tinha 3 núcleos formados e 10 em formação, e 680 filiados. Hoje, segundo Expedito Soares Batista, presidente da Comissão Municipal Provisória, o número de filiados deve ser muito maior, pois existem pelo menos 6 núcleos formados e 10 em for-

mação. Expedito, que é inspetor de qualidade numa indústria de São Bernardo e diretor cassado do Sindicato dos Metalúrgicos, explica que não existe uma campanha de filiação, pois “não há a preocupação de ‘pegar ninguém a laço’, mas somente filiar depois de uma discussão política do programa do partido, quando o eleitor souber o que é o PT”. A grande maioria dos filiados são operários, bancários, estudantes, e “desempregados de diversas categorias”, embora existam também — em menor número — dentistas, advogados, jornalistas e outros profissionais liberais.

A convenção do PT mostrou “a realidade do PT em São Bernardo”, segundo Julinho. Compareceram pouco mais que os 20% dos inscritos exigidos por lei para que a convenção tenha validade, e “esse percentual muito baixo mostrou que há diferença entre militantes e filiados”. Por isso, Julinho está preocupado “em desinchar o PT em São Bernardo, transformando seus filiados em militantes, discutindo com eles o programa do partido”. Dentro de oito meses, haverá um encontro dos militantes para discutir a atuação do PT na cidade. Nesse encontro, o partido tentará preparar seus candidatos que disputarão a prefeitura e os cargos de vereador em 1982.

Além disso, o PT enfrenta outros problemas. Um deles é a repressão, que “marcou muito na região”, segundo Expedito Soares. Outro problema é a falta de dinheiro. “O PT é um partido pobre” — disse —, um partido de trabalhadores. Por isso, existem às vezes grupos de 40 ou 50 pessoas que não podem reunir-se nos bairros por falta de recursos para pagar o aluguel de uma sede”. Ele lembra que esse problema não é apenas do PT, mas também dos trabalhadores que, devido a seus baixos salários, freqüentemente não conseguem alugar uma casa para morar e são obrigados a alugar-se nas favelas da cidade.

Da mesma forma como em outros lugares, o PT de São Bernardo abriga várias correntes políticas em seu interior, cuja convivência é facilitada — segundo Julio de Grammont — por uma discussão ampla das tendências. Isso não evita, entretanto, que surjam atropelos. Por não concordar com seus companheiros da Executiva Municipal, Osmar Mendonça foi afastado — na prática — da secretaria-geral do partido em São Bernardo. Osmarzinho, que foi um dos dirigentes da greve deste ano, divulgou recentemente um documento — juntamente com Enilson Simões Moura, o

“Alemão” (que está no PMDB) e Wagner Lino Alves, do PT — um documento onde criticam a direção do movimento grevista.

Embora estejam em partidos diferentes, os três líderes metalúrgicos alinham-se hoje com a posição hegemônica na Unidade Sindical, de São Paulo, e as críticas que fazem à direção dos metalúrgicos não chegam a preocupar em São Bernardo. “Quem tem base em São Bernardo é a antiga diretoria do Sindicato, Lula, Djalma, Severino e seus companheiros”, garante Julio de Grammont. Por isso, para ele as articulações políticas de “Alemão”, Wagner e Osmar não terão grande repercussão entre as bases do PT.

Tudo indica que os demais partidos em formação terão pouca expressão no município. O PP está iniciando sua campanha de filiação, e o vereador Carlos Beltran Battistini, seu articulador, garante que já tem pelo menos 360 pessoas, além de dois vereadores. Entretanto, Battistini — economista e funcionário público municipal há 17 anos — poderá ficar sozinho na Câmara, já que seu companheiro de bancada tem sido visto com freqüência em reuniões dos “elementos de base” do PMDB.

O PTB da Ivete também está lá, enfrentando o PT

Por outro lado, o PTB — que já tem 1.200 filiados — assiste em seu interior à luta entre um grupo janista — liderado pelo principal assessor jurídico do prefeito Tito Costa, Gilberto Guimarães — e outro grupo ligado ao deputado Osmar Ribeiro Fonseca. Para Gilberto Guimarães, numa cidade operária como São Bernardo, o PTB deverá “ter consistência entre os trabalhadores, para poder suportar um confronto com o PT”.

Tudo indica também que o confronto com o PT deverá ser um dos pontos-chave da política municipal nos próximos anos. Essa conclusão pode ser autorizada por um episódio ocorrido recentemente na Câmara Municipal. O vereador Dêlzio Paschoin, do PDS, presidente da Câmara, iria apresentar um requerimento de congratulações com a Volkswagen pelo anunciado plano de representação dos empregados da empresa. Entretanto, um grande número de metalúrgicos e líderes do PT foi à Câmara para protestar contra a homenagem à multinacional, e Dêlzio Paschoin preferiu retirar seu requerimento.

Uma só ordem: todos no PDS!

Fazer oposição nas cidades do interior não é fácil. Em Londrina, uma típica cidade média brasileira, o PDS sai na frente disparado, com pressões, dinheiro e poder.

No interior, o PDS é quem manda. Quatro partidos em Londrina, uma cidade média, o centro do norte do Paraná, exibiram, às vésperas das convenções municipais os números de suas filiações — PDS (6.800), PMDB (775), PP (600) e PT (70). Os partidos trabalhistas PDT e PTB — embora no passado tenham tido força na região como lembra o ex-ministro do trabalho de Jango, Amaury Silva (hoje no PMDB) — nem se formaram. O único entusiasmado brizolista, o senador Leite Chaves, providenciou apressadamente seu reingresso no PMDB depois de ver perdida a sigla que prometia votos para Ivete Vargas.

A maneira como trabalham para organizar-se mostra, de certa forma, o estilo de trabalho mais geral que irá predominar em cada um dos partidos. No PDS, por exemplo, embora o deputado estadual Rubem Valduga negue, houve coações em todos os níveis. No último dia 5, eleito presidente do diretório municipal, considerou os números da convenção uma demonstração de força do PDS na cidade, mas não há como evitar lembrar como esses números foram alcançados. Começando pelo prefeito Antonio Belinati, que ao passar do extinto MDB para o PDS exigiu que todos os seus secretários e servidores de confiança o acompanhassem. O ex-secretário da Saúde, Márcio de Almeida, demitiu-se e hoje é o presidente do diretório municipal do PMDB. Nos últimos meses o prefeito demitiu dois funcionários municipais por militarem no PMDB e na última semana, exonerou o médico Bruno Piancastelli depois de 13 anos na prefeitura, por ter-se filiado ao PT.

Na sessão de segunda-feira passada, da Tribuna da Câmara Municipal, a vereadora Vera Manella do PMDB, denunciou que nos estabelecimentos oficiais e até em empresas privadas de Londrina houve pressão sobre funcionários sob pena de demissão em caso de recusa em assinar ficha de filiação. Entre murmúrios, clientes do Banco do Estado do Paraná queixaram-se de que foram obrigados a assinar filiações para obter crédito em financiamentos ou outras operações bancárias. Nas escolas, professores foram

ameaçados com remoções. No PMDB, com a exigência de comparecimento de 20% dos filiados para votar na convenção, houve filiações limitadas a militantes e cabos eleitorais. A garantia da participação das bases organizadas foi dada pela Tendência Popular, que no processo de formação da comissão provisória municipal elegeu o secretário, além de três outros membros. Essas pessoas conduziram debates nos bairros onde já existiam formas de organização, como associações de moradores e movimentos reivindicatórios. Quase 200 filiados saíram desses locais e, na formação do diretório municipal definitivo, a Tendência Popular ampliou sua participação para 11 membros. O restante das filiações do PMDB foi feito pelo setor trabalhista e por esquemas de parlamentares.

No Partido Popular, segundo o vereador e vice-presidente da sua comissão provisória, Carlos Kita, os métodos de filiação utilizados são secretos. Disse que o PP já cumpriu pelo menos 600 filiações estando em condições de formar o diretório. Garantiu que já conta com nomes de peso, que somente poderão ser revelados um ano antes das eleições. Publicamente, os únicos conhecidos do PP em Londrina são três vereadores, dissidentes da extinta Arena e ligados a forças que apóiam o ex-governador Jaime Canet Jr. O líder local admitiu que o PP está apostando na possibilidade de se afirmar com adesões de perdedores nas disputas internas do PDS na fase pré-eleitoral.

No PT, o professor e militante Vander Rodrigues, afirmou que se fossem distribuídas fichas de filiação do partido nos locais em que estão trabalhando com a população, o núcleo municipal teria hoje mais de 300 filiados.

— Acontece que não queremos filiados que não saibam porque estão no PT.

Por isso a preferência do PT é trabalhar com as bases, “sem misturar com o partido”. O PT em Londrina não está preocupado com filiações, mas com a formação de núcleos — são 70 as fichas preenchidas e assinadas até agora. Um último argumento para explicar o papel do partido: “O PT não é prioritariamente eleitoral”. (David Felismino, de Londrina)

Iraque x Irã: o cerco a uma revolução

JOSÉ TADEU ARANTES

A revolução iraniana tem sido uma seqüência de surpresas. Primeiro, a maravilhosa rebelião de um povo, quase desarmado e tido como "despreparado" politicamente, que consegue pôr abaixo um regime que parecia inabalável, apoiado no Exército mais poderoso do Oriente Médio e numa das polícias mais temidas do mundo. Espantoso também que o elemento subjetivo catalisador dessa sublevação popular fosse não um pensamento político contemporâneo, mas uma ideologia do século sétimo — o islamismo. Para quem está habituado a ver a história de maneira simplista, algo impensável. E, no entanto, ocorreu.

Depois, os rumos principais tomados pelo processo revolucionário: um misto de ultranacionalismo, quase xenóforo, com métodos autoritários de governo e moralismo intransigente. Tudo isso expresso numa retórica exaltada, característica de algumas culturas orientais. E essa revolução "estranha" ousava desafiar a tudo e a todos: os imperialismos americano e russo, o sionismo israelense, os governos reacionários do mundo muçulmano etc. etc.

É muito fácil estigmatizar o diferente: "turco come gente", "judeu bebe sangue humano na noite de sexta-feira". Despojadas de sua aparência ingênua, travestidas numa linguagem culta, idéias tão perigosas como estas estão presentes mesmo no pensamento científico. Em seus brilhantes escritos de combate, Sartre nos alertou para essa rejeição do diferente que está na base de toda ideologia colonialista. Rapidamente, os órgãos de comunicação conservadores e comprometidos com os interesses imperialistas trataram de explorar os aspectos surpreendentes da revolução iraniana para indispor contra ela a "opinião pública" internacional. O aiatolá Khomeini foi apresentado como um maníaco; seus seguidores, como fanáticos; e o próprio processo revolucionário, como um movimento de retorno à barbárie.

Foi o que ocorreu, por exemplo, com os chamados "pensamentos de Khomeini", um conjunto de regras de comportamento estabelecidas pelo líder xiita com base nas lições do Corão. A revista *Manchete*, que silencia quando se trata dos crimes do governo terrorista de Menachem Be-

guin, em Israel, fez um enorme estardalhaço em torno desses "pensamentos", procurando ridicularizar o dirigente iraniano e seu povo. O que *Manchete* e congêneres não disseram é que uma regra de conduta determinando que não se deve defecar dando a frente ou as costas para a Meca é tão "estranha" quanto a proibição de se comer carne na sexta-feira "santa", adotada pela Igreja Católica, ou a interdição do trabalho nos sábados, instituída pelo judaísmo.

Na verdade, esses modelos de comportamento são inusitados somente fora do contexto histórico em que foram formulados. Quem se dispuser a estudá-los sem uma atitude preconceituosa não terá dificuldades em compreender isto. Podemos discordar dessas regras; podemos travar contra elas um combate de idéias, mostrando que estão superadas historicamente; mas o que não podemos, sob pena de abrir caminho para o totalitarismo, é aceitar que elas sejam ridicularizadas agora, estigmatizadas em seguida, e perseguidas depois, pelo simples fato de serem diferentes.

Infelizmente, não são apenas os reacionários que procuram manipular a "opinião pública" a respeito dessas questões. Também os progressistas muitas vezes se equivocam. Se é totalmente legítimo opor-se às restrições das liberdades democráticas no Irã, à discriminação das mulheres, à repressão das reivindicações autonomistas das minorias nacionais, à perseguição aos homossexuais

Mesmo alguns círculos progressistas se deixam iludir pelo auto proclamado "socialismo" do ditador iraquiano Sadam Hussein

etc., não podemos, por outro lado, esquecer o quadro cultural, a complexa trama de costumes e tradições, em que tudo isso ocorre. Não se trata, evidentemente, de negar, por exemplo, a necessidade da luta feminista no Irã, com base na hoje desmoralizada concepção de que "essas coisas ficam para depois". Mas, se as feministas iranianas quiserem ser algo mais do que uma minoria marginal, elas certamente precisarão praticar um feminismo que leve em conta os valores culturais de seu povo, que têm um lastro várias vezes secular e não serão transformados por um passe de mágica.

Uma revolução popular não se faz sem uma participação popular autêntica. Esta é uma verdade elementar, mas tem um sentido muito profundo. É importante repeti-la num

momento em que os partidários da política imperial da URSS justificam a ocupação do Afeganistão em nome de um pretensão "socialismo" e procuram desmoralizar a rebelião afegã (que conta com o apoio da esmagadora maioria da população), apresentando-a como uma reação de camponeses "atrasados", manipulados por "senhores feudais" e potências estrangeiras. Os colonialistas de todos os tempos sempre se atribuíram uma missão "civilizadora".

É ainda mais importante repetir tudo isto neste momento de guerra entre o Iraque e o Irã, quando mesmo alguns círculos progressistas se deixam iludir pela máquina de propaganda antiiraniana e pelo auto-proclamado "socialismo" do ditador iraquiano Sadam Hussein. Transmitindo para milhões de brasileiros, a *Rede Globo* dedicou um de seus programas "Globo Repórter" ao conflito. Por trás de uma aparente "imparcialidade", que convém ao chamado "jornalismo objetivo", a mensagem da *Globo* não deixava margem a dúvidas e, num determinado momento, foi dito explicitamente pelo locutor: tratava-se de uma guerra entre o "iraque modernizador" e o "Irã arcaizante".

O mito do "progresso" é um dos mais profundamente incrustados na cultura ocidental contemporânea. Também o ex-xá Reza Pahlevi já foi apresentado como "modernizador". Sabemos muito bem hoje o que significava a sua

"modernização": o paraíso para uma infima minoria de grandes burgueses "nativos" e seus "padrinhos" do *Chase Manhattan Bank* e congêneres, e o inferno para milhões de iranianos; a inexistência das mais elementares liberdades democráticas, superexploração da classe operária, expropriação brutal dos camponeses, esmagamento de tradições culturais seculares, o poder exercido como prática cotidiana do terror, quase 100 mil pessoas assassinadas, mais de 100 mil pessoas presas e torturadas, mordomias que fariam nossos superministros parecerem simples *office-boys*.

O xá era megalomaniaco. Dizia-se inspirado por Deus e pretendia recriar o Império Persa. Também Sadam Hussein sonha com as glórias da Babilônia. Sentado nos petrodólares e armado até os dentes pelo imperialismo russo, ele pretende impor sua hegemonia sobre todo o Oriente Médio e fazer de Bagdá a "capital" do mundo muçulmano. As custas de seu povo e dos povos vizinhos.

Aproveitando a confusão, o isolamento diplomático e a luta pelo poder que se desenvolve atualmente em Teerã, ele lançou um ataque de surpresa, atirando no lixo o tratado que os dois países firmaram em 1975 na Argélia. Paulo Francis escreveu na *Folha de S. Paulo*, com absoluta correção, que o motivo imediato do conflito — a disputa da região de Chatt El-Arab — não foi inventado pelos atuais governantes do Iraque e do Irã, nem por seus antecessores. É uma herança do colonialismo. Os colonialistas ingleses e franceses retalharam o Oriente Médio com régua, inventando países e desmembrando povos. Agora, as lutas nacionais surgem por todos os lados.

Porém, há mais do que isso nesta guerra. Ao lado de Sadam Hussein, perfila-se a "Santa Aliança" do que há de mais reacionário e pró-americano no mundo árabe: o presidente Sadat, do Egito, o rei Khaled, da Arábia Saudita, o rei Hussein, da Jordânia, o rei Hassan, do Marrocos, os emires do Golfo Pérsico. Por trás do pano, Washington maneja os cordões, enquanto afeta uma "neutralidade" de fachada. E Moscou, que já ocupa o Afeganistão e subsidia a luta autonomista do Baluchistão (no Paquistão), espera uma oportunidade para estender seus domínios até os "mares quentes do Sul".

Sadam Hussein e seus aliados não se voltam contra os "fanáticos" de Teerã, como dizem. Mas contra a revolução iraniana, que é uma complexa composição de vetores que vai desde o ultratradicionalista aiatolá Behechti, líder do Partido Republicano Islâmico, até os Mujahidin (muçulmanos de esquerda) e os Fedayin (marxistas-leninistas), passando pelo presidente Abol Hassan



Uma grande frente, a única saída

FERNANDO LYRA

Em fevereiro do próximo ano o PMDB deverá escolher o novo líder do partido na Câmara Federal em substituição ao deputado Freitas Nobre, que não pretende permanecer no cargo. Três deputados estão se apresentando para substituir Nobre: Odacir Klein, Fernando Lyra e Marcondes Gadelha. Antecipando o debate que deverá tomar conta do partido nos próximos meses, Movimento está publicando as opiniões dos deputados concorrentes acerca das tarefas da oposição e do PMDB, em particular. Na edição 274 foi publicada a opinião de Odacir Klein; nesta edição, é o pernambucano Fernando Lyra, 42 anos, um dos fundadores do antigo grupo autêntico do MDB, quem dá a sua opinião:

Poucas vezes em toda sua história, o Brasil viveu um período tão difícil. A Nação assiste, perplexa, a dependência, insegurança e falta de perspectiva em que foi jogada, por erros de opção e por omissão, no passado recente.

- A inflação nunca atingiu os níveis que hoje enfrenta a sociedade brasileira;

- Desde que a escravidão foi abolida, jamais a distribuição da renda social foi tão perversa. E é fato que o nível de alimentação dos escravos era superior à dieta de, pelo menos, 40% da população brasileira atual;

- O clima de violência, incredibilidade, insatisfação e desesperança permeia toda a sociedade;

- A dívida externa nunca atingiu a gravidade que hoje apresenta;

- As Forças Armadas, tendo assumido a responsabilidade de governar o país, estão cada dia mais se afastando da sociedade e do seu papel de árbitro e defensor da Nação como um todo;

- A juventude, depois de 16 anos submetida a uma educação alienada em relação à realidade nacional e internacional, não pôde preparar-se para o papel que lhe será exigido no futuro;

- Os processos biônicos de nomeação de reitores e uma universidade amordaçada, impedem a formação de novos líderes, na qualidade e número que a dimensão nacional requer;

- Finalmente, o modelo econômico instaurado — cujos objetivos são exatamente concentrar a renda e cujos meios requerem, necessariamente, o arbítrio e a repressão — criou uma máquina econômica desenhada a partir de modelos externos, sem nada a ver com a realidade de nossos recursos nem as aspirações naturais de nosso povo; além disso, a orientação desse modelo requer esforço econômico e imaginação política que a liderança tradicional não está dando provas de ter nem de perceber saídas.

A conclusão desse quadro é uma Nação insegura, ameaçada do exterior pela dependência em que vivemos — das decisões dos árabes e banqueiros — e no interior por uma situação explosiva de dimensões incontrolláveis. Entretanto, sem falso otimismo, é possível observar que a crise é o prenúncio de uma virada histórica. "As nações encontram seus grandes destinos durante as crises sociais e econômicas que forçam uma tomada de consciência, levando à vitória os projetos das classes progressistas e a implantação de regimes e modelos viáveis e duradouros" ("A Redescoberta da Nação", por

Cristovam Buarque, in revista Vidas Secas — n.º 1, Recife).

O importante porém é ter consciência da dimensão da crise e das possibilidades de uma virada e procurar as formas de executá-la, viavelmente.

Talvez muitos não tenham ainda se dado a devida conta da dimensão da crise que vivemos. O problema não é de inflação, de dívida etc.: estes são os sintomas epidêmicos de um sério impasse do modelo de desenvolvimento que a liderança nacional, especialmente nos últimos 15 anos, impôs irresponsavelmente ao país. A saída da crise tem que ser, portanto, por uma visão global da problemática, politicamente.

Seria um erro tão grande quanto o que comete o governo, aventurar-nos a dar respostas prontas à crise. Como bem reconhecem alguns economistas mais conscientes, "a economia é uma coisa muito séria para ser deixada nas mãos dos economistas". É hora de deixarmos claro que a gravidade da situação não decorre, apenas, do fracasso de instrumentos técnico-econômicos. O problema é decorrente do divórcio entre as medidas e os reais interesses da Nação.

O plano trienal do eminente professor Celso Furtado fracassou não por incompetência técnica do internacionalmente reconhecido como o mais brilhante de todos os economistas do Brasil. Fracassou por falta de viabilidade política.

Um acordo nacional que permita delimitar medidas viáveis para superar a crise brasileira

Por isso, será exigido da classe política nacional o papel fundamental na definição de uma saída. Não podemos ficar à margem das decisões, apenas referendando projetos e pacotes. Devemos em forma ampla, lúcida, à luz da realidade — inclusive de análises técnicas também — definir o marco de um acordo nacional que permita delimitar medidas viáveis para superar a crise.

Nessa discussão é necessário ter presente certos dados básicos. Primeiro, é necessário que nós, políticos de todas as tendências, descomprometidos com a atual crise, entendamos que já há uma enorme distância entre o que desejamos para a sociedade brasileira e o que nos é possível diante da realidade das forças sociais que jogam e disputam dentro da Nação.

Nenhum setor da sociedade tem, neste momento, tamanha responsabilidade com a Nação quanto a oposição. Nela estão representados todos os grupos sociais que têm esperanças e estão conscientes da responsabilidade de encontrar um caminho. Formamos um espectro amplo e nessa amplitude está a nossa força porque nela estão representados todos os grupos que têm interesse em uma Nação forte, democrática e digna. Temos assim a representação de todos, menos daqueles que são os responsáveis pela situação atual.

Para cumprir essa responsabilidade necessitamos tomar consciência de duas coisas:

A - Nos caberá em breve — queramos ou não — participar decididamente da tarefa de procurar uma saída para a crise.

B - O caminho para essa saída e sua execução será impossível se não começarmos, desde já, a ampliar a frente, a ouvir as bases, a definir alternativas que satisfaçam de forma equilibrada a todos que participem de uma frente nacional

pela reafirmação de uma Nação digna, viável, segura e democrática.

Na atual conjuntura de crise e perplexidade, o papel da oposição não pode limitar-se à tarefa de lutar pelo direito de falar. É hora de dizermos o que pensamos como proposta para a Nação. A estruturação da frente e a formulação de um compromisso. Durante o falso milagre, o MDB falava da necessidade de controlar a dívida e distribuir a renda como forma necessária de unir a Nação e mantê-la livre, independente e segura. Enquanto isto, a Nação era acintosamente dividida entre ricos e pobres.

Quando chega agora o momento da crise por tantos anos prevista e alertada, os responsáveis por ela querem apelar para a união de todos a fim de ajudá-los a recuperar o destruído pela orgia irresponsável que comprometeu a segurança da Nação, que entregou o país aos banqueiros internacionais, que deixa destruir a Amazônia, que usa o arrocho salarial para vender barato nossos produtos no estrangeiro. Enquanto a inflação mata o povo pela fome. A oposição tem a sua proposta para permitir recuperar e distribuir o patrimônio nacional. E a única saída é uma grande frente. Ela tem de surgir de uma discussão ampla, onde um programa comum seja aceito pela maioria da Nação. O PMDB deverá cumprir o importante papel de ser um dos elementos de coordenação da formulação do programa da grande frente nacional. Para isso, terá de discutir e conversar com todos os grupos, tentando uni-los em torno de objetivos comuns para o conjunto da Nação.

A Nação espera que assumamos a liderança na formulação das bases desse pacto. Passemos a uma posição alternativa. Hoje, de fato, enquanto os grupos mais radicais criticam a idéia do pacto, todos nós fazemos este pacto na forma errada, passivamente contra os "homens das bombas". Não é esse pacto que a Nação espera. É um pacto ativo, por cima do governo, através dos próprios grupos e classes e forças sociais que compõem a Nação. A consciência da grande crise nacional que vive o país e a conseqüente necessidade de uma reorientação dos destinos da Nação faz com que haja na sociedade brasileira uma espécie de consenso na grande maioria. É preciso definir o que fazer na procura de um modelo justo, equilibrado, digno e independente.

Há uma grande margem de possibilidade de negociação entre os diferentes grupos e é possível elaborar um programa de governo que em prazo determinado seja capaz de gerar equilíbrio e permitir a saída da crise, eliminando a miséria e diminuindo a dependência. Para isso "basta" definir as regras do jogo democrático através de uma constituinte, definindo um projeto de leis e medidas distributivas da renda e dinamizadoras do processo produtivo de bens e serviços de base.

Iniciamos esse processo convocando um grande encontro nacional, representativo de todos os setores que efetivamente desejam construir a democracia no país ao nível econômico, social e político. Tomemos a iniciativa de discutir e formular com os dirigentes sindicais, com as lideranças do empresariado nacional, com as Igrejas, com as Forças Armadas. Enfim, com todos os interessados na Nação.

Embora ainda não seja claro como concretizar tal frente, é preciso ousar. É preciso perder a timidez. A história do nosso país nos próximos anos está sendo determinada agora. Cabe a nós um relevante papel para que ela não seja uma história de sangue, de sofrimento, de obscurantismo.



Navarro

Uma "Santa Aliança" foi formada para esmagar a revolução e restaurar no poder em Teerã o ex-primeiro ministro de Reza Pahlevi

Bani Sadr, que é hoje, sem dúvida, o chefe de Estado mais progressista do mundo islâmico. Para esmagar essa revolução e impedir o seu contágio, a "Santa Aliança" apóia a cruzada de Hussein e conspira para restaurar no poder, em Teerã, o ex-primeiro ministro Shapur Bakhtiar,

Diante desse quadro, e sabendo-se do envolvimento do capitalismo e do governo brasileiro no Iraque, são extremamente perigosas as opiniões de algumas personalidades destacadas da oposição, transcritas pela revista Isto É na semana passada. Um político do porte de Ulisses Guimarães, presidente nacional do PMDB, limita-se à declaração "ingênua" de que "aquele aiatolá" é um "fanático". O líder do PMDB na Câmara, Freitas Nobre, dá razão ao Iraque. E o senador Roberto Saturnino, também do PMDB, vai ainda mais longe, dizendo que "o interesse do Brasil está vinculado ao Iraque". E que, "diante das conseqüências que a guerra pode trazer para nós, sou obrigado a ficar com o Iraque". O senador Saturnino fala em "nós". Era o caso de perguntar: "nós quem, cara pávida?"

O grito e o apelo à vida

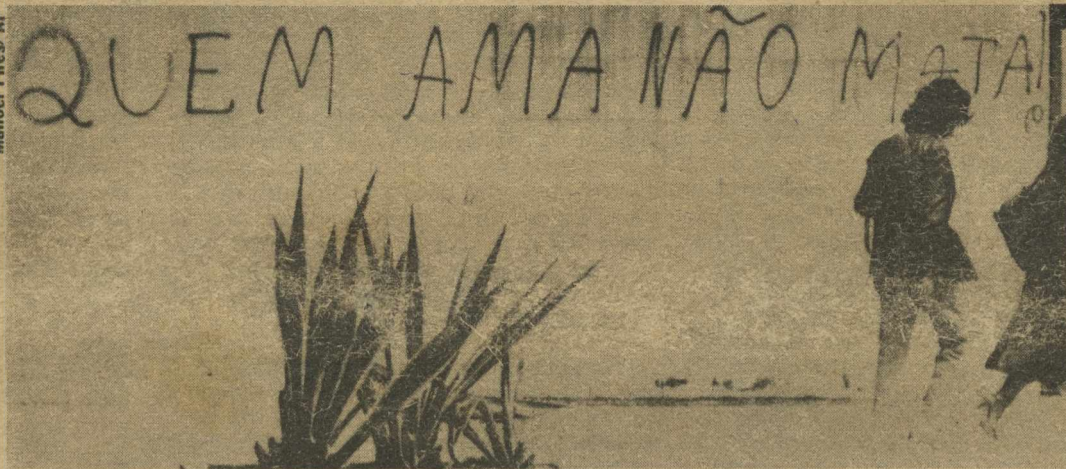
As mulheres se organizam para lutar contra a violência

Espancamentos, agressões, estupros. No caso de ser vítima de qualquer violência, quase uma rotina na vida de milhares de mulheres, elas já têm a quem recorrer. A partir da semana passada, começou a funcionar em São Paulo o *SOS Mulher*, um programa que está sendo desenvolvido por várias entidades feministas. A experiência, já iniciada em outros Estados, envolve o trabalho de psicólogos, médicos e advogados e faz parte da luta contra a opressão a que está submetida a mulher.

O lançamento do *SOS Mulher* — o nome do programa foi pichado pelos muros da cidade — é um dos resultados práticos do longo caminho percorrido pelos movimentos feministas que, este ano, superando em parte o sectarismo dos grupos, conseguiram traçar um programa comum de trabalho. E foi o desenvolvimento desse trabalho, segundo a socióloga Maria Moraes, do grupo Nós Mulheres, que permitiu, também, que as várias entidades feministas, com o apoio de outros setores, organizassem uma manifestação, marcada para a tarde de sexta-feira passada, no centro de São Paulo, contra a violência.

O estopim que levou à manifestação das mulheres foi o recente assassinato da socióloga e professora francesa Anne Helène Armichand, de 37 anos. Ela morreu no dia 28 de setembro, no bairro de Piraporinha, em São Paulo, depois que seu marido, o ator Marcelino Moreira da Silva, que trabalha na peça "Barrela", lhe deu quatro tiros — três dos quais acertaram o crânio. Mais uma vez, o assassino, para justificar o seu gesto, alegou defesa da honra. Em seu depoimento, disse que sua mulher, que voltara há dois meses da França, "estava transando com amigos meus".

Dias antes, outra mulher, a estudante Esmeralda Dias, de 23 anos, fora assassinada pelo seu marido. Só que a facadas. Separada há dois meses do cearense Edmundo Jucá, depois de um casamento que só durou seis meses, Esmeralda deixou o trabalho na hora do almoço para se encontrar com Edmundo. E foi esfaqueada, em pleno dia, dentro do carro, em uma praça da Lapa, bairro da Zona Oeste de São Paulo. Ferida gravemente — Esmeralda recebeu quatro facadas, uma das quais no pescoço —, a estudante do curso de Jornalismo da Faculdade Objetivo morreria uma semana depois, no dia 12 de setembro. Dessa vez, o marido assassino não



Como no Rio, os muros de São Paulo começam a ser pichados. Em defesa da mulher

alegou defesa da honra. A polícia, disse que a estudante tinha crises freqüentes e que apenas reagiu às suas agressões.

NAS RUAS, O PROTESTO

Na sexta-feira passada, o centro de São Paulo deveria viver um final de tarde diferente. Antes da manifestação das mulheres contra a violência, na escadaria do Teatro Municipal, um grupo de atores encenaria várias situações de violência contra a mulher, terminando com um assassinato e um júri simulado. Em seguida as manifestantes, de branco, saíram em passeata até o Palácio da Justiça. "O branco — explica Maria Moraes — foi escolhido por significar um apelo à vida, contra a violência. Não se trata de um ato revanchista contra o homem, mas de um ato contra a violência a que está submetida a mulher, contra a violência que permeia toda a sociedade".

A resposta aos assassinatos de Anne Helène e Esmeralda demonstra, segundo os grupos feministas, que as mulheres estão tomando consciência de que precisam reagir à violência. Não só à violência específica contra a mulher (espancamentos, estupros, assassinatos) mas a todas as formas de violência. Maria Moraes diz que a violência sexual não existe independentemente das outras formas de violência.

As feministas não acreditam, no entanto, que a violência contra a mulher esteja aumentando. As socióloga Maria Moraes, por exemplo, afirma que assassinatos de mulheres pelo marido ou companheiro sempre ocorreram. Só que agora são denunciados, há maior divulgação. Raquel Moreno, do Movimento por Creches, também concorda com essa análise: "Nós vivemos numa sociedade violenta, onde o indivíduo é massacrado no trabalho, no cotidiano, em todas as decisões do país. E o homem acaba descarregando todo o seu grau de desa-



Maria: sem sectarismo

gregação sobre a mulher, a parte mais fraca do relacionamento. Nós podemos entender os motivos que levam à violência contra a mulher, mas não justificá-los. O que precisamos derrubar é a mentalidade de encarar a violência com naturalidade, a propriedade da mulher pelo marido e as reações violentas apresentadas sob o disfarce do amor".

Para as feministas, no entanto, a impunidade dos assassinos, que se escudam na "legítima defesa da honra", é talvez o fator que mais tem estimulado novos casos de violência extrema. E elas estão convencidas de que se não fosse o movimento das mulheres contra a violência, que começa a se organizar em vários Estados, o júri que absolveu Doca Street, o assassino de Angela Diniz, não teria sido anulado. Tanto que estarão presentes no novo júri, para evitar a manipulação das próprias mulheres (um grupo grande de "mocinhas" compareceu ao primeiro júri, portando cartazes com a foto de Doca Street, numa manifestação de histeria pelo "assassino herói").

Aos poucos, a luta das mulheres contra a violência começa a tomar impulso. E as próprias mulheres, vítimas da violência, ganham coragem para fazer denúncias, contar espancamentos e estupros. O *SOS Mulher* (rua Artur Azevedo 2124 A, fone 813-9520) mal começou a funcionar e já atendeu a meia dúzia de

casos. Um de estupro (num acampamento, em uma praia do litoral paulista, uma jovem foi estuprada por um PM, depois que seu namorado foi amarrado) e todos os outros de agressões. O plantão do *SOS Mulher* funciona todas as noites, das 19 às 22 horas, e aos sábados e domingos, à tarde.

REAÇÃO MACHISTA

Mas à organização das mulheres, os homens começam a reagir. A criação da Associação Brasileira dos Machões, pelo colonista social Ibrahim Sued, e do Grupo Machista Marquês de Sade, na USP, mais que uma pilhéria revela, segundo Raquel Moreno, uma reação dos homens à mudança de alguns valores. E, segundo a psicóloga, essa reação é comum entre os próprios maridos das militantes dos movimentos feministas e femininos. Recentemente, por exemplo, uma das líderes do Movimento por Creches, de São Paulo, apanhou do marido e o caso terminou na delegacia.

Ao lado das pilhérias uma iniciativa séria: a do humorista Henrique Souza Filho, o Henfil das histórias em quadrinhos, que veio se somar à luta das mulheres. Ele acaba de lançar a "TV Homem", um quadro que vai ao ar às 11h35 no programa matinal da Globo, a TV Mulher. Nos cinco minutos do programa, Henfil vai falar da "luta pela libertação dos homens" e dar uma série de regras práticas da atividade doméstica, para os homens irem se acostumando a assumir a libertação com todos os custos. Henfil conta que a "TV Homem" é um movimento machista em outro sentido: "Eu vou falar da libertação do homem que é uma coisa muito sutil e começa pela nossa emancipação da mulher. Depois que surgiu o movimento feminista, os homens ficaram meio parados, na defensiva. Vamos assumir e acabar com o medo, o preconceito e as paranóias".

Mais um programa abortado

Mais uma vez, a tentativa de se reformular a política nacional de saúde — baseada no fortalecimento da iniciativa privada, na exploração dos profissionais de saúde e na total marginalização da comunidade nas decisões que lhe dizem respeito — foi abortada. E dessa vez, os autores da proposta de reformulação, contida na versão original do programa *Prev-Saúde*, eram técnicos do próprio governo, dos ministérios de Saúde e Previdência Social. Mas as pressões contra o programa, partidas da Federação Brasileira dos Hospitais, da indústria farmacêutica, das empresas médicas e de autoridades ligadas à medicina privada, foram mais fortes. A versão final do anteprojeto do programa, distribuída no final de setembro a diversas entidades de todo o país, para ser discutida, é apenas mais um remendo na atual política de saúde, perpetuando todos os vícios e distorções atuais.

Por isso mesmo, a versão final do *Prev-Saúde* vem recebendo as mais duras críticas das entidades médicas e dos profissionais de saúde. O sanitarista carioca Carlos Gentile de Mello, um conhecido opositor do modelo atual de assistência médica, tinha saudado com entusiasmo o programa. Depois de ler o último documento, classificou o *Prev-Saúde* como "natimorto".

Em artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, Gentile mostra que a versão final do *Prev-Saúde* ignora todos os pontos fundamentais contidos no primeiro projeto:

1) O *Prev-Saúde* abriu as portas para a inclusão, no programa, da iniciativa privada quando, pelo projeto original, só poderiam ser incluídos os serviços privados sem fins lucrativos, que tivessem participação comunitária, que adotassem procedimentos semelhantes ao poder público, e que se submetessem aos mecanismos oficiais de controle;

2) O *Prev-Saúde* de agosto (versão original) proibia aos profissionais vinculados ao sistema a prestação de serviços privados. E o pessoal contratado, especialmente os ocupantes de cargos e funções de direção, não poderia ter qualquer vinculação com o setor privado contratado. Agora não. Volta a mamata de sempre, onde superintendentes do INAMPSSão, ao mesmo tempo, proprietários, sócios, cotistas, acionistas de casas de saúde e empresas médicas contratadas pelo próprio Instituto;

3) A participação comunitária, prevista no *Prev-Saúde* de agosto, embora de forma genérica, foi completamente ignorada na versão de setembro.

Essas modificações alteram basicamente o espírito do programa. A médica sanitarista Marta Salomão, de São Paulo, diz que o *Prev-Saúde*, tal como está, apenas reforça o modelo atual de atenção médica. Segundo ela, do ponto de vista de atendimento da população, o programa vai permitir que mais gente tenha acesso aos serviços de saúde (hoje, 40 milhões de brasileiros são marginalizados dos serviços de assistência médica). "Mas isso não quer dizer — explica — uma melhoria na qualidade de vida, porque não basta dar consulta médica, sem melhoria de salário, das condições de habitação e saneamento. Pode-se até diminuir alguns coeficientes, como o de mortalidade infantil. Você diminui as mortes, mas não o sofrimento".

Críticas semelhantes são apresentadas pelo presidente do Sindicato dos Médicos de Belo Horizonte, Célio de Castro, e por outros representantes de entidades. No país todo, os profissionais de saúde estão promovendo debates sobre o "programa natimorto" e vão enviar suas conclusões ao Ministério da Saúde. Em São Paulo, a associação dos Médicos Sanitaristas marcou uma jornada de discussão do *Prev-Saúde* para os dias 22 e 23, no Instituto Butantã.

Se com toda essa pressão não se conseguir alterar o *Prev-Saúde*, vai ser mais um programa que, fundamentalmente, beneficiará as indústrias de medicamento e equipamento médico e a iniciativa privada. A população, passa a ser instrumento e não o objetivo final do programa de atenção médica. (L.R.D.)

O incrível jogo dos preços

Veja pra onde vai o seu dinheiro, quando você enche o tanque do carro

"O governo se aproveitou do pânico da população, do terror criado com a guerra no Golfo Pérsico, para através do aumento da gasolina jogar mais um imposto sobre o consumidor e arrecadar dinheiro para financiar os grupos econômicos que estão se lançando em novos programas energéticos, como o Proálcool e o nuclear". Quem diz isso é o economista Adilson de Oliveira, da Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação em Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Esse imposto está embutido no preço da gasolina, agora a Cr\$ 45,00 o litro. O Imposto Único sobre Combustíveis é de Cr\$ 2,56 e seus recursos são canalizados para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Ferroviário, Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano, orçamento do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem etc. Além disso, no preço da gasolina está incluído um fundo financeiro, agora de Cr\$ 14,16. Desses, Cr\$ 3,22 vão para o Proálcool, o Procarvão, e programa nuclear, o programa nacional de transportes alternativos etc. Assim em cada litro de gasolina o consumidor paga atualmente Cr\$ 5,78 de impostos para alimentar diversos programas do governo. Quanto mais cara a gasolina, mais o governo arrecada para tocar esses programas e garantir lucros aos grandes grupos monopolistas.

Justificativas falsas

O governo chegou a alegar, porém, através dos ministros César Cals (das Minas e Energia) e Delfim Netto (do Planejamento), que o aumento da

gasolina era necessário não apenas para reduzir o consumo (em 8 a 10%), mas também porque o preço do petróleo importado pelo Brasil aumentaria em função do conflito no Oriente Médio. Essa justificativa é falsa, observa Adilson de Oliveira. "Os preços subiram ligeiramente no spot (mercado paralelo) de Roterdã. Logo depois baixaram. O Brasil não se abastece no spot e o preço de referência da OPEP não aumentou".

Prova disso são os novos contratos de fornecimento assinados pela Petrobrás, para substituir parcialmente os 400 mil barris/dia enviados pelo Iraque. Os fornecedores são: Indonésia com 45 mil barris/dia, Gabão com 38 mil, Arábia Saudita com 20 mil, Equador com 10 mil, Venezuela com 4 mil, URSS com 20 mil e Angola com 8 mil. No total, 145 mil barris/dia, comprados a no máximo US\$ 32 por barril, que é o preço normal da OPEP. Portanto, se fosse levado em consideração apenas o preço do petróleo importado a gasolina não precisaria aumentar.

A estratégia oficial de reduzir o consumo de gasolina através de aumentos de preços (que também atingiram o óleo diesel e o combustível) é socialmente perversa por vários motivos, diz Adilson de Oliveira. Alimenta a inflação e só atinge as pessoas de renda média, que têm o seu fuzquinha. Já pessoas de renda alta continuam saindo normalmente com seus carros, sem dar a mínima bola para o encarecimento da gasolina. "Mesmo as pessoas de renda média acabam com o tempo absorvendo esse aumento e, a não ser que o governo



baixasse um aumento estratosférico botando a gasolina a 100 cruzeiros, os efeitos em termos de redução do consumo são pequenos".

Essa insistência do governo em conter o consumo via preços e em recusar o racionamento não é casual. "Para fazer economia a curto prazo, a única saída é o racionamento. Fechar o centro das cidades aos automóveis. Mas o governo não adota isso, porque não quer contrariar os interesses da indústria automobilística", diz Adilson de Oliveira. Basta lembrar que 85% da produção dessa indústria ainda são constituídos por carros de passeio e veraneio.

Indústria é favorecida

Uma prova de que o governo cuida com muito carinho dos interesses da indústria automobilística, é o Proálcool, um programa totalmente voltado para os carros de passeio. "Um absurdo" — observa Adilson — "pois o Proálcool deveria ter sido criado para abastecer os ônibus e cami-

nhões. Vamos imaginar que o estreito de Ormuz tivesse sido fechado e o fornecimento de petróleo do Oriente Médio suspenso. Pois bem, no Brasil muita gente poderia continuar andando de carro (movido a álcool), mas o sistema de transportes coletivos e o sistema de transporte de mercadorias entraria em colapso. O Proálcool é, portanto, um programa criado para manter um sistema falido centrado no automóvel".

O essencial na luta a curto prazo para reduzir a dependência do petróleo importado, não é eriar projetos de fontes alternativas de energia, (de demorada maturação) mas sim economizar petróleo.

Mas o que o governo quer é substituir o petróleo, sem alterar a estrutura produtiva, sem fazer reformas profundas na economia brasileira. "A aproximação com a indústria automobilística chega a tal ponto que o Mário Garnero (presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores) é quem acaba determinando a política energética brasileira. Ele diz que

a indústria vai produzir 250 mil carros a álcool e o governo que se vire para arranjar combustível para esses carros. Ora, o processo deveria ser inverso. O Brasil como país soberano, teria que impor à indústria automobilística uma política energética", afirma Adilson de Oliveira.

Para medir os desperdícios de petróleo provocados pelo automóvel, não basta verificar o consumo de gasolina. O automóvel para circular necessita de pontes, viadutos, túneis etc. construídos com cimento. E cimento gasta muito óleo combustível em sua fabricação. Para produzir o automóvel, é preciso usar aço (que consome petróleo), vidro, borracha e plástico (em cuja produção o petróleo entra). Mas apesar de todas essas evidências, o governo brasileiro decide não tocar no automóvel, "esse bibelô caro para um país pobre, essa coisa de museu. Muito mais racional seria ter uma frota de automóveis bem menor e um sistema de leasing para atender às pessoas que desejassem e tivessem necessidade de usar um carro", diz Adilson.

Reciclagem necessária

Ele não é utópico. Sabe que no atual estágio do desenvolvimento brasileiro, seria impossível eliminar a curto prazo a presença do automóvel. Antes, haveria que preparar um cuidadoso plano de reciclagem da indústria automobilística para verificar inclusive onde poderia ser eventualmente aproveitada a mão-de-obra dispensada em função do novo papel do setor. "Não se trata" — diz Adilson — "de propor que o carro vá para a lata do lixo da história. Mas o que nos não podemos permitir, é que ele tenha um peso dominante na estrutura da economia brasileira.

(Ricardo Bueno)

MULTINACIONAIS

O lobby do detergente no Congresso

A secretária do deputado Euclides Scalco (PMDB do Paraná) teve a curiosidade de anotar, através de risquinhos num bloco: num só dia foram 32 telefonemas, alguns de generais ligados a empresas multinacionais. Todos pedindo a ela que intercedesse junto ao parlamentar para que aprovasse o substitutivo ao projeto de lei nº 51, do deputado Cunha Bueno. Caso tivesse sucesso nessa missão, ela e seu marido poderiam gozar das delícias de uma viagem à Europa. Suborno sem disfarces.

Por que a secretária de Euclides Scalco se tornou, de repente, tão importante? A mando de quem eram dados esses telefonemas? Não há mistério. A empresa que estava por trás disso era a EMCA, uma subsidiária do truste norte-americano Atlantic, que monopoliza a produção de D.D.B. matéria

prima para a produção de detergentes não-biodegradáveis (poluentes). Pelo decreto nº 79.094 a produção desses detergentes teria que ser suspensa em 7 de janeiro de 1981. Com isso, a fábrica da EMCA (um ferro velho trazido dos Estados Unidos e já totalmente pago por lá) fecharia as portas.

Caso o substitutivo de Cunha Bueno seja aprovado, a produção de detergentes não-biodegradáveis será prolongada por mais três anos e a EMCA continuará ganhando seu precioso dinheirinho até 1984. Esse substitutivo chegou a receber sinal verde na Câmara, mas como o decreto 79.094 sofreu uma pequena modificação no Congresso entrou areia na manobra. O substitutivo de Cunha Bueno está baseado nesse decreto e por isso teve que retornar à Câmara para ser aprovado de novo.

Ai é que Scalco entra em cena. O substitutivo conseguiu o OK das comissões de Justiça e Economia, mas foi barrado pelo deputado paranaense que é relator da Comissão de Saúde. E Scalco já disse que a EMCA para ter sucesso "vai ter que passar sobre o meu cadáver". Por que? Principalmente porque dar mais três anos de vida à EMCA significa liquidar com o projeto da Deten (Detergentes do Nordeste), empresa de capital totalmente nacional que deverá começar a funcionar no ano que vem produzindo LAB (alquibenzeno linear) — matéria-prima para a fabricação de detergentes biodegradáveis.

A Deten, que tem como sócios a Petroquisa (35,5%), a Unipar (35,5%) e o grupo baiano Una (28,5%), tem custos mais altos que a EMCA pois está implantando uma fábrica nova. Assim, se a EMCA

continuasse funcionando a Deten não teria condições de concorrer com a multinacional, pois o preço do LAB seria mais alto que o do D.D.B. O mercado brasileiro está estimado em 55 mil toneladas/ano. Como a capacidade de produção da EMCA é de 45 mil toneladas/ano, restaria à Deten uma faixa de mercado de apenas 10 mil toneladas. Ora, isso significaria funcionar com apenas 25% de sua capacidade produtiva. Agüentar essa situação durante três anos seria impossível. A Deten teria simplesmente que acabar fechando as portas.

Em sua campanha para inviabilizar a Deten, a EMCA espalhou vários boatos. Um deles é que a empresa nacional só começaria a funcionar daqui a dois anos. Para que impedir, então, a produção de D.D.B. e de detergentes não-

biodegradáveis? Outro boato que surgiu e foi muito divulgado, é que a Deten não teria matérias-primas para fabricar o LAB. A verdade, porém, é bem diferente. O benzeno será fornecido pela Copene e as n-parafinas, pela Petrobrás.

As manobras da EMCA já são do conhecimento do governador Antônio Carlos Magalhães, da Bahia, e do senador José Sarney. Ambos prometeram interceder a favor da Deten e Sarney chegou a dizer que levaria o problema ao conhecimento de Figueiredo. Como o lobby a favor da EMCA é, porém, muito poderoso, envolvendo inclusive pessoas bem situadas na máquina oficial, é possível que a multinacional acabe conseguindo o que quer e a Deten fique em apertados insuperáveis, engrossando o rol das empresas nacionais que sucumbiram às manobras dos trustes estrangeiros. (RB)

O que pensam as lic

Movimento ouviu nove líderes estudantis sobre os temas mais importantes qu

Tibério Canuto

A UNE se filiara à União Internacional dos Estudantes (UIE). Essa é a única previsão que se pode fazer com uma razoável margem de acerto às vésperas do 32º Congresso, se prevalecer a opinião da maioria das nove principais correntes estudantis. No mais, o 32º Congresso da União Nacional dos Estudantes, que está sendo realizado nesta semana em Piracicaba - SP, é uma caixa de Pandora a ser decifrada no apagar das luzes, e por antecipação, qualquer especulação sobre seus resultados não passa disso: especulação. As cartas estão embaralhadas, alianças do passado foram desfeitas, novos namoros surgiram e os cerca de quatro mil delegados terão de se posicionar sobre questões de fundamental importância tais como se é melhor eleger a nova diretoria no congresso ou em eleição direta, como fazer a luta contra anuidades e por mais verbas para a educação. Mas terão também de queimar as pestanas para entender sutilezas tais como as que diferenciam uma proposta de greve por tempo indeterminado de uma greve nacional até a vitória.

E quem não estiver acostumado a correr os labirintos que conformam os labirintos estudantis pode tirar conclusões precipitadas quanto às consequências dos resultados de cada batalha. Exemplo disto é a polêmica se a eleição da diretoria deve se dar no Congresso ou ser direta. Apesar de esse ser um ponto importante e quem vencer terá um bom trunfo nas outras questões em pauta, ela por si só é insuficiente para explicar os alinhamentos políticos que se desdobrarão em chapas para a diretoria. Basta considerar que Liberdade e Luta e Convergência são aliados naturais para uma chapa, mas se dividem nesta questão, pois enquanto a Convergência é favorável às eleições diretas, Liberdade e Luta é por eleição no Congresso. O mesmo acontece com as correntes que se perfilam entre Convenção e Mãos à Obra. A primeira, é por eleição no Congresso e a segunda é direta. Para não falar que Refazendo e Resistência, outros aliados naturais, se dividem neste aspecto. A primeira é por eleição direta, a segunda é por eleição no Congresso.

Se o Congresso é uma espécie de esfingie, não quer dizer, entretanto, que inexistem tendências delineadas. Pelo espectro de forças que apoiam as eleições diretas, esta parece ser a tendência a se impor. O Congresso também deverá se inclinar para manter a reivindicação de nenhum aumento das anuidades além de 35% e de luta para que no Orçamento Federal do setor educacional seja contemplado com 12% dos recursos totais e contrário a qualquer novo aumento nas anuidades. Já na forma de luta, a tendência está indefinida, havendo um leque amplo de propostas, algumas com divergências

microscópicas.

Muitas coisas mudaram em relação ao último Congresso. A começar por um complexo realinhamento de forças e de alianças. A corrente Resistência se fastou do bloco que no ano passado gestou a chapa Novação e se aproximou de Refazendo e da outrora Caminhando. Em troca, Mãos à Obra e Unidade e Democracia de São Paulo, hegemônica no DCE de São Paulo, estão praticamente apartadas, quando no ano passado geraram a chapa Unidade. Os realinhamentos não param aí: os Congressos das UEEs do Paraná e do Rio indicam um movimento de proximidade entre Mãos à Obra e Convenção, o que pode ser uma das grandes novidades do Congresso. Mudou o comportamento das correntes estudantis e de suas lideranças. As correntes, praticamente não se assumem como tendências, a não ser algumas poucas. E de outro lado, nenhuma liderança se lançou explicitamente a candidato a presidente da UNE, ao contrário do ano passado, onde tal fator foi gerador de desgastes de certos nomes, que findaram por se queimar. Com um discurso codificado, a maioria das correntes, à exceção de Liberdade e Luta, Convergência e Centelha, falam da necessidade de uma chapa única, com o corte dos que eles consideram "esquerdistas". Entretanto, como hipóteses, pode acontecer o seguinte: uma chapa Liberdade e Luta e Convergência e, caso o chapão se inviabilize pela distribuição dos cargos entre as diversas correntes, uma chapa aglutinando Mãos à Obra e Convenção e outra aglutinando Resistência, Refazendo, a antiga Caminhando e, surpresa, Unidade e Democracia. Secundariamente, haveria a hipótese desta sair em separado.

E quem será o futuro presidente da UNE? Ninguém fala e todo mundo nega que seja presidenciável. Mas, à boca pequena, já correm alguns nomes: Aldo Rebelo, atual diretor da UNE e um dos expoentes do que se articula em torno de Convenção; Marcelo Barbieri, também diretor da UNE e articulado em torno de Mãos à Obra; Marcos Galvão (Kaló) — ex-diretor da UEE de São Paulo e ligado à antiga Caminhando e Valério Arcary, Novo Rumo (Convergência). Como caixa de surpresa, o Congresso pode revelar outro nome fora da lista, mas entre estes, as chances estão para Aldo e Kaló, com Marcelo Barbieri podendo vir a ser uma pequena zebra.

As grandes questões que o Congresso debaterá são: a forma de eleição, se direta ou em congresso, vinculação ou não à UIE, avaliação da atual gestão, posição sobre as taxas de anuidades, composição da próxima diretoria e seu programa e a tática de luta a ser seguida. Para dar um quadro sobre estas questões Movimento entrevistou nove lideranças estudantis, em torno das quais se articulam as correntes de oposição Eis o que pensam:



Aldo e Kaló, dois presidenciáveis da UNE. Barbieri (ao centro) é zebra, mas pode entrar positivas da última diretoria.

Aldo Rebelo

Aldo Rebelo é diretor da UNE, representativo da corrente que em São Paulo é conhecida por Convenção.

Eleição da Diretoria — Eleição no congresso, pois essa foi a forma tradicional da eleição da diretoria. O Coneg, com 500 entidades, aprovou esta proposta que é a única a garantir a construção de um programa unitário.

Avaliação da atual diretoria — termina seu mandato assegurando um papel de destaque na história e luta dos estudantes porque conduziu a entidade, levantou a bandeira das reivindicações dos estudantes. Enfrentou dificuldades no plano político e organizativo fruto da in experiência.

UIE — A UNE deve ter um papel de peso no cenário internacional. No entanto, prefiro aguardar o desenvolvimento dos acontecimentos do congresso para uma posição mais clara.

Programa e próxima diretoria — As tarefas da diretoria são dar voz e corpo único ao conjunto das reivindicações estudantis, tendo uma diretoria que represente o conjunto dos estudantes, identificando-se também com a luta contra a ditadura. A priori ninguém está excluído da diretoria.

Taxas e anuidades — Luta contra aumentos abusivos e por mais verbas. Nada além de 35%.

Tática de luta — A futura diretoria terá como uma de suas tarefas preparar uma greve geral contra as anuidades e por mais verbas.

Paulo Massoca

Paulo Massoca é ex-candidato a presidente da UNE pela chapa Unidade, vinculado a Mãos à Obra.

Eleição da diretoria — Direta porque há um anseio dos estudantes em participar e essa é a melhor forma de levar para as escolas a combatividade do próprio congresso. Além disso, é uma forma de desmoralizar a ditadura, pois os estudantes realizam eleições diretas e o regime não. A eleição direta deve ser a cinco e seis de novembro.

Avaliação da atual gestão — Mais im-

portante é a avaliação da UNE e essa é a mais positiva, como demonstra a greve de um milhão de estudantes. A UNE esteve presente nas lutas democráticas e contra a ditadura e fortaleceu-se nos estudantes.

UIE — Deve se vincular à UIE e à OCLAE (organização latino-americana) para fortalecer a unidade na luta pela paz mundial e contra o imperialismo.

Programa e próxima diretoria — Programa em cima da luta contra a ditadura, pela constituinte livre e democrática, e contra a política educacional do governo. Deve ser uma chapa de unidade, com a hegemonia das correntes combativas do tipo Mãos à Obra e Convenção. A hegemonia será definida pela representatividade das correntes no congresso. Lança-se as chapas no congresso. Se auto-excluem Liberdade e Luta e Convergência.

Taxas e anuidades — Luta contra qualquer aumento no presente semestre e nada além de 35% no próximo ano e 12% do orçamento para a educação.

Tática de luta — O congresso deve aprovar ações mobilizadoras e tirar uma greve ainda neste semestre cuja duração e intensidade será determinada pelo próprio congresso.

Valério Arcary

Valério Arcary está ligado às chapas Novo Rumo e Ponto de Partida (Convergência Socialista).

Eleição da diretoria — Eleições de dois em dois anos e congresso em cada ano que seria soberano. Transitoriamente, neste ano, eleições diretas, por questões externas ao movimento estudantil como o exercício da democracia quando a ditadura não realiza eleições.

Avaliação da atual diretoria — A atual diretoria fracassou, como demonstra a mudança de posição dos seis diretores. A UNE esteve ausente das principais lutas estudantis.

UIE — Não deve filiar-se porque a UIE não é representativa e a UNE deve buscar contatos com outras entidades no plano internacional, como a União Nacional dos Estudantes Franceses — "Unité Syndicale".

Programa e próxima diretoria — Todos os militantes do PT devem lançar

Lideranças estudantis

e estão em discussão no congresso da UNE em Piracicaba. Eis o resultado:



Alon e Massoca duas avaliações

uma chapa única. Hoje o movimento estudantil não pode estar alheio à reorganização partidária e a UNE deve filiar-se ao PT por ser um partido classista.

Anuidades e taxas — Boicote ao pagamento das anuidades no plano estadual, não pagamento das mensalidades, congelamento das anuidades para o próximo ano e a UNE deve fazer a negociação coletiva.

Tática de luta — A greve nacional de três dias abriu um período de preparação para uma greve geral que o congresso deve aprovar. A greve seria nacional, mas não necessariamente geral, seria equivocada chamá-la até a vitória e deve ser deflagrada no ano que vem.

Alon Feuerwercker

Alon Feuerwercker é diretor da UNE, representante do que era a tendência Caminhando.

Eleição da diretoria — Direta porque: 1) o número de escolas e de alunos que participam desse modo é maior do que o representado por delegados. 2) As eleições diretas obrigam chapas a se explicitar para o conjunto dos estudantes. 3) A aspiração dos estudantes por eleição direta é justa e progressista.

Avaliação da atual diretoria — No essencial positiva; a) reconstruiu entidades de base; b) acertou no rumo da luta contra anuidades; c) hoje ninguém questiona a legitimidade da UNE; d) conviveu com as divergências no seu interior e errou quem apostava na divisão da diretoria.

UIE — A UNE deve filiar-se, mesmo discordando da omissão da UIE na invasão do Afeganistão e na greve dos operários poloneses. Contra a articulação de uma entidade paralela à UIE.

Programa e composição da próxima diretoria — Programa baseado em fortalecimento da entidade, luta contra anuidades e mais verbas, liberdades democráticas, constituinte soberana e combate ao paralelismo que tenta esvaziar as entidades. Na chapa cabem diversas correntes, ninguém é excluído automaticamente, a não ser Liberdade e Luta e Convergência que se auto-excluem.

Anuidades e Taxa — Não pagar

repasso de dissídio dos professores, 12% para a educação e nada além de 35% no ano que vem.

Tática de luta — O momento não é de greve geral, pois isso seria prematuro. Forçar o reconhecimento no plano legal das reivindicações conquistadas, transformando-as em lei para assegurá-las.

Pablo Magnoni

Pablo Magnoni é da Geologia USP, Resistência — Organizando.

Eleição da diretoria — Em congresso, porque diretoria deve ser fruto da discussão política. Nas eleições diretas a marca tem sido a ausência de discussão política. Não se pode questionar a legitimidade do congresso para escolher a diretoria.

Balanco da atual gestão — Teve problemas, como a mudança dos seis diretores, cometeu erros de sectarismo, como na questão DEE x UEE do Rio Grande do Sul, prejudicou certos encaminhamentos da luta por mais verbas e teve vacilações. Apesar disso, conseguiu, no essencial, dar respostas ao movimento.

UIE — Favorável à filiação da UNE, que deve acrescentar nos seus princípios a autodeterminação dos povos, a luta contra o imperialismo e a paz mundial.

Programa e próxima diretoria — Luta contra a política educacional do governo e contra a ditadura e pelas liberdades democráticas. Constituinte não está colocada. Secundariamente fazer propaganda do Governo dos Trabalhadores. Composição com todos que concordem com o programa menos Liberdade e Luta e Convergência.

Anuidades e Taxas — Nenhum aumento no ano que vem, campanha pelo zero por cento.

Tática de Luta — Difícil tirar no congresso formas de ação unificadas mais audaciosas. Mas deve definir ações unitárias limitadas.

Levi Carneiro

Levi Carneiro é do Centro Acadêmico Afonso Pena — Direito UFMG — Tendência Centelha.

Eleição da diretoria — Em congresso porque esse é o palco de discussão mais democrático e se ele vai eleger um programa deve eleger também a diretoria que vai levar à frente esse programa.

Avaliação da atual diretoria — Enfrentou problemas com a mudança de posição dos seis diretores que passaram a apoiar o programa da chapa perdedora. Os nove restantes foram impotentes para centralizar e estimular o movimento estudantil. No geral não respondeu à disponibilidade de luta dos estudantes.

UIE — A UNE deve filiar-se à UIE, criticando essa entidade por abrigar agremiações de caráter partidário, como as juventudes comunistas atreladas aos

PCs. Lutar para que a UIE se transforme numa entidade de massa.

Programa e próxima diretoria — Programa calçado na unidade do movimento estudantil, contra a ditadura e a favor da constituinte soberana, apoio aos trabalhadores e ao movimento popular, rechaçar conciliação com o regime e defender a independência dos trabalhadores. Da diretoria estariam excluídas Mãos à Obra e Unidade e Democracia.

Taxas e Anuidades — Lutar pelo congelamento, nenhum aumento no ano que vem e por mais verbas para as escolas públicas, federalização das escolas particulares.

Tática de luta — Encaminhar conjunto de reivindicações para o Ministério da Educação e Cultura e se não for aprovado, realizar no ano que vem uma greve nacional por tempo indeterminado. O congresso aprova a perspectiva dessa greve.

Jairo Guerman

Jairo Guerman é do Centro Acadêmico Fundação Getúlio Vargas — Liberdade e Luta.

Eleição da diretoria — Em congresso, por permitir a eleição da diretoria com o debate de várias propostas. Delegados representam conjunto dos estudantes.

Avaliação da atual diretoria — Incapaz de conduzir o boicote às anuidades e de aglutinar os estudantes até mesmo na greve nacional de três dias e incapaz de dar uma perspectiva de continuidade de mobilização após essa greve.

Programa e próxima diretoria — Contra o ensino pago, por mais verbas, luta contra a ditadura e apoio ao Partido dos Trabalhadores e ao Encontro dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES). Composição da diretoria proporcional aos votos de cada chapa no congresso. Liberdade e Luta e Convergência lançam uma chapa.

UIE — Favorável a UNE estabelecer laços no plano internacional. Contra a filiação à UIE porque esta entidade não preenche o critério de ser independente de governos e a sua maioria é apêndice do aparelho de Estado dos países do Leste europeu.

Taxas e anuidades — Congelamento das anuidades para o ano que vem, ou seja, nenhum centavo a mais.

Tática de luta — O objetivo central é preparar uma greve geral contra as anuidades e por mais verbas até a vitória final.

Frederico Pessoa

Frederico Pessoa é diretor do DCE-USP e ligado à corrente que concorreu à UEE-SP com o nome "Unidade e Democracia".

Eleição da diretoria — Deve ser no congresso porque é mais democrático, cria espaço para que as questões das escolas sejam contempladas no programa, evita elitismo e possibilita que

lideranças não vinculadas às correntes participem da diretoria.

Avaliação da atual gestão — No fundamental, positiva. A UNE hoje está reconstruída politicamente. Mas revelou profundas debilidades, como sua desagregação política, não implementou programas aprovados em Coneg e foi tímida em se aproximar de outros setores da sociedade.

UIE — A UNE se filiar a UIE, embora tal filiação não deva ser burocrática e preparando a solidariedade aos estudantes no plano mundial. Apesar de seus erros, a UIE é a entidade dos estudantes no plano mundial e não há outra.

Programa e composição da próxima diretoria — Deve se basear num programa unitário dos estudantes e sua composição deve ser mais ampla do que a da atual diretoria, excluindo apenas as correntes que constantemente são derrotadas no movimento. Liberdade e Luta e Convergência.

Anuidades e taxas — Deve ser mantida a proposta de nada além de 35%, 12% do orçamento público para o setor educacional e subvenção para escolas particulares, desde que fiscalizadas pelo governo.

Tática de Luta — No atual momento não há condições de uma greve geral e o eixo da tática é a articulação dos estudantes com os outros setores da comunidade universitária e da sociedade em geral, o que determinará as formas próprias em cada momento.

Cândido Vacareza

Cândido Vacareza é diretor da UNE, em torno dele se articulam Refazendo e Nova Ação da Bahia e do Rio.

Eleição da Diretoria — Diretas porque permitem uma maior participação dos estudantes na escolha de sua diretoria, exercitam a democracia.

Avaliação da atual diretoria — No fundamental, positiva; enfrentou problemas por ser uma diretoria de reconstrução. Autocrítica de não ter construído uma infra-estrutura mais sólida, mas colocou os estudantes na conjuntura e reconstruiu a UNE parcialmente.

UIE — Filiar, criticando a omissão dessa entidade na invasão do Afeganistão e na greve dos operários da Polônia, colocar como critério a luta pela autonomia dos povos.

Programa e Próxima diretoria — Luta contra a ditadura e pela Constituinte livre e soberana e contra a política educacional do governo. A UNE deve ser apartidária, trabalhando com todos os partidos de oposição: PT, PMDB, PDT e PP. Chapa de unidade e, pela sua prática, fica difícil a participação de Mãos à Obra, Unidade e Democracia, mas isso está em aberto. Exclui Liberdade e Luta e Convergência.

Taxas e Anuidades — Nada além de 35% e luta pelos 12% do orçamento para o setor educacional.

Tática de Luta — Congresso deverá tirar propostas de protestos, mas não dá, no atual momento, para aprovar greve por tempo indeterminado.

Confusão oportuna

Para manter-se no poder, a diretoria cria tumulto

Pela primeira vez em 20 anos em que é diretor do Sindicato dos Alfiates e Costureiras de São Paulo, Reinaldo Pinto Rocha temeu perder as eleições. Ele sabia que a pregação oposicionista vinha ganhando as fábricas, apesar de todas as suas tentativas para classificá-la como baderneira e divisionista. Por isso, na última quarta-feira, primeiro dia das eleições, tentou uma manobra. Freqüentador assíduo dos corredores da Delegacia Regional do Trabalho e sem nenhum escrúpulo para recorrer à polícia, o presidente do Sindicato dos Alfiates, que concorre ao cargo pelo quarto mandato consecutivo, aparentemente venceu: conseguiu que as urnas volantes saíssem às fábricas sem os fiscais.

Até que a DRT desse sua decisão, endossando a posição de Reinaldo Pinto Rocha, muita confusão ocorreu na acanhada sede do sindicato, na rua Florêncio de Abreu, no centro de São Paulo. Marcada para começar às 8 horas, a votação foi retardada até as 16 horas, já que a oposição não concordava que as urnas volantes saíssem sem os fiscais. Cida, candidata pela Chapa 2, de oposição, explica que as urnas, transportadas sem os fiscais, "era fraude certa".

Como a situação não aceitasse a proposta da chapa de oposição, encabeçada por Natal Aparecido Calixto, foi chamada a DRT. Vieram os fiscais, tentaram um acordo, mas não conseguiram



A oposição na porta do sindicato impede a saída das urnas

nada. Voltaram para consultar uma autoridade maior da Delegacia Regional do Trabalho. Enquanto isso, Reinaldo Pinto Rocha, que alugara seis táxis para transportar as urnas até as fábricas, tentou uma manobra para que as urnas saíssem. Mas os membros da oposição — principalmente mulheres, já que elas representam de 80 a 85% dos 60 mil trabalhadores no setor — fizeram uma barreira na porta. Então Reinaldo recorreu à polícia, alegando tumulto. PMs e agentes do DEOPS cercaram o prédio, mas não conseguiram tirar as mulheres da porta.

Só quando chegou a resposta final da DRT, de que as urnas poderiam ser transportadas sem os fiscais, é que os membros da oposição começaram a deixar a sede do sindicato, depois de decidirem retirar sua chapa. "Com fraude, não vamos concorrer", decidiram. Mas a disputa não parou aí. No dia 9, a oposição, através do advogado Mario Carvalho de Jesus, entrou com um mandado de segurança pedindo a anulação da eleição, enquanto, nas portas das fábricas, os operários denunciavam a manobra eleitoreira da diretoria.

(LRD)

ESTUDANTES/PR

No Congresso, ressurgiu a UPE

A discussão mais acalorada do congresso de reconstrução da União Paranaense de Ensino — UPE — realizado em Londrina, entre 3 e 5 de outubro, envolveu a formação de chapas que disputarão as eleições para a nova diretoria da entidade, em novembro. Durante os debates destacaram-se duas posições: a do DCE de Londrina que propunha a formação de chapa a partir de um programa mínimo comum e a do DCE Livre da Universidade Federal do Paraná, de Curitiba, que pretendia apresentar chapa à revelia dos estudantes do interior.

O debate sobre os critérios para a formação de chapa se acirraram a tal ponto que o presidente da UNE, Rui Cesar, presente ao congresso, foi chamado de "mentiroso" e o secretário da saúde da UNE, Bil Gilberto Berguio Martin, que apoiou a posição do DCE de Curitiba, de "falso". Esse tipo de comportamento nas discussões mereceu, no último dia do congresso, severas críticas dos próprios estudantes: na plenária de encerramento, 17 entidades estudantis de todo o Paraná apresentaram uma carta repudiando o baixo nível das discussões do dia anterior e o tratamento dado aos dirigentes nacionais.

Os estudantes paranaenses aprovaram, durante o congresso, uma carta de princípios e o estatuto da UPE e marcaram as eleições diretas para a primeira diretoria para os dias 12 e 13 de novembro. Com a aprovação dessas propostas, os estudantes paranaenses deram um passo de-

cisivo para a reconstrução da UPE, a mais antiga entidade estadual de estudantes criada no Brasil e fechada em 1968, quando sofreu intervenção após as manifestações contra o então reitor da Universidade Federal do Paraná, Flavio Suplicy de Lacerda. O reitor da UFPR já se tornara, na época, famoso em todo o país por ter criado a lei 4.464 que extinguiu as entidades livres dos estudantes, substituindo-as por diretórios acadêmicos atrelados.

Ao final do congresso, Bil Gil-

berto Martin disse que ele representou um avanço efetivo na organização dos estudantes paranaenses. Mais que isso. Segundo o dirigente estudantil, as discussões ocorridas no congresso indicaram que "as divergências devem ser enfrentadas com abertura e preocupação com o esgotamento das questões e não através da formação de seitas e do incentivo ao voluntarismo".

(Mateus Bom Tempo, de Londrina)

AMAZÔNIA

Encontro Nacional

Com a presença de mais de 500 pessoas, várias entidades, parlamentares e personalidades, foi realizado em Brasília, na última quinta-feira, o primeiro Congresso Nacional em Defesa da Amazônia que teve como presidente de honra Oneide Ferreira da Silva, viúva do líder dos trabalhadores rurais de Conceição do Araguaia, Raimundo Ferreira da Silva.

Este primeiro congresso foi o resultado da articulação de Movimentos de Defesa da Amazônia de todo o país. Quinze estados enviaram delegações de várias cidades e o encontro destinou-se a aprofundar o conhecimento de todos os aspectos que envolvem a luta em defesa da Amazônia (ecológicos, sociais, econômicos e políticos).

Durante os quatro dias do Congresso, 9 a 12 de outubro, seriam discutidos temas como a absorção das funções da FUNAI pelo Conselho de Segurança Nacional, a reforma agrária radical e a política agrária oficial (GETAT, GEBAM, etc.), os incentivos fiscais das grandes empresas para atuarem na Amazônia às custas da falta de recursos da maioria da população da região, além do escândalo do controle de parte do setor mineral brasileiro por multinacionais.

Pelo número de delegados que reuniu e pelo apoio recebido por parte de diversas entidades, o Congresso representou um marco importante no prosseguimento da luta em defesa da Amazônia.

Escravidão branca

A violência e a prática da escravidão branca continuam sendo norma no norte do Estado de Mato Grosso do Sul; agora, o palco é a fazenda Rancho Alegre, há 120 quilômetros da sede do município de Coxim.

No final de agosto, 26 peões foram contratados pelo "gato" Joaquim Xavier para uma empreitada de um mês naquela fazenda — teriam de desmatar 700 hectares de mata bruta com moto-serras. A violência já começou a caminho do Rancho Alegre (de propriedade do paulista Anacleto Buzatto) quando alguns trabalhadores, percebendo que pouco do combinado iria ser cumprido tentaram desistir. O caminhão que os levava parou na estrada e o "gato" e mais dois jagunços — José Rodrigues de Oliveira (vulgo Gaúcho) e Dozinezete Gomes de Oliveira — agrediram os que queriam voltar, dizendo-lhes que se "em Coxim é a polícia quem manda, aqui somos nós".

A situação piorou ainda mais no acampamento: péssima comida, carne apenas uma vez por semana, rondas noturnas de jagunços armados para evitar fugas, agressão aos que reclamavam ou queriam desistir de tudo, machado para a derrubada em vez de moto-serra,

falta de pagamento.

Na última semana de setembro, após várias tentativas frustradas, alguns conseguiram fugir, chegando até Coxim. Após comunicarem os fatos à delegacia local, os trabalhadores voltaram à fazenda acompanhando os policiais que prenderam o "gato" e os dois jagunços. Atualmente, os 26 trabalhadores estão arranchados na periferia da cidade de Coxim sem dinheiro e sem comida, esperando o desfecho do caso.

Religiosos da cidade fizeram uma campanha para arrecadação de fundos para a compra de comida para os 26 trabalhadores e ainda lhes ofereceram o salão paroquial como abrigo. A oferta foi recusada, pois eles preferem ficar nas barracas como uma forma de denúncia das violências naquela região do Estado.

Segundo a Comissão Pastoral da Terra de Mato Grosso do Sul, que denunciou o fato, há dezenas de outros trabalhadores na fazenda Rancho Alegre, contratados por outros "gatos". Apesar da falta de informações, a CPT teme que a situação desses trabalhadores seja parecida com a dos 26 que estão em Coxim. (Márcio Tadeu, de Campo Grande)

PROTESTANTES

Opção pelos explorados

"O Ecumenismo deve partir das bases e deve enraizar-se na disposição de servir aos oprimidos e injustiçados". Essa foi a conclusão dos 80 participantes da reunião promovida pelo Conselho Mundial das Igrejas no mosteiro de Vila Kostka, em Itaici. Na realidade, "os protestantes tomaram conta de Itaici", pois, de lá para cá, ocorreram no mosteiro outras três reuniões: a II Consulta Nacional de Evangelização; a Consulta sobre Projetos de Desenvolvimento na América Latina, sob a liderança de Júlio de Santa Ana (uruguaio), Angel Peiró (argentino), Jean Fischer (suíço) e Lysaneas Maciel (brasileiro); e a Consulta sobre as Multinacionais e as Igrejas.

A Consulta sobre o desenvolvimento, segundo o presbiteriano Lysaneas Maciel, do Rio de Janeiro, "não teve no seu culto de abertura como pregador o arcebispo d. Paulo Evaristo Arns por acaso. É porque o protestantismo está aceitando uma

liderança da Igreja Católica no que se refere a essa abertura para os problemas das periferias, dos marginalizados, dos que sofrem sem ter voz para se defender. As Igrejas Evangélicas se mostraram sempre muito fechadas, ensimesmadas e precisam abrir-se para evangelizar mais".

Uma carta aos cristãos da América Latina, distribuída recentemente, diz: "E nossa convicção que o sujeito do desenvolvimento são os próprios setores populares. Em consequência os programas devem necessariamente ser concebidos a partir da ótica e da prática histórica dos pobres e oprimidos".

Segundo a Carta, "para que o ecumenismo dê frutos duradouros, deve estar orientado para responder às necessidades dos explorados, pois, assim entendido o movimento ecumênico se abre àqueles que recebem a herança do Reino de Deus". (Roberto Lessa)

ECONOMISTAS/SP

Disputa pelas entidades

Para enfrentar a candidatura de Miguel Colassuono da Embratur, à presidência do Sindicato dos Economistas do Estado de São Paulo, pela chapa da situação, foi lançado o Movimento de Renovação das Entidades dos Economistas, de oposição. O objetivo desse movimento é fazer com que as entidades representativas da categoria sejam independentes dos poderes constituídos ou grupos políticos e, dessa forma, possam contribuir efetivamente não só para o debate das políticas econômicas, informando a população, mas também para a luta em defesa dos interesses específicos da categoria, como a ampliação do mercado de trabalho e a fixação de um piso profissional para o economista.

Para concorrer às eleições no sindicato, marcadas para o período de 24 a 26 de novembro, o Movimento de Renovação organizou uma chapa encabeçada por Luciano Galvão Coutinho, da Unicamp. Entre os candidatos pela oposição, constam, ainda, os nomes de Walter Barelli, diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), e de

André Franco Montoro Filho, da Faculdade de Economia da USP.

Ainda este mês serão realizadas eleições para a Ordem dos Economistas (de 28 a 31 de outubro) e para o Conselho Regional dos Economistas (31 de outubro). No caso da Ordem, que tem o mesmo Miguel Colassuono, ex-prefeito de São Paulo e com longa carreira na direção de vários órgãos públicos no período pós-64, o Movimento de Renovação decidiu não apresentar chapa. Por um motivo simples. O regimento das eleições permite o voto por procuração e, de uma mesma procuração podem constar os nomes de até 5% do total de eleitores. Assim, bastam 20 procurações para cobrir todo o eleitorado e está feita a eleição. "É uma eleição biônica", comenta um membro do Movimento de Renovação.

Mas para a eleição do Conselho Regional, que renova no último dia do mês um terço de seus membros, a oposição vai concorrer. A chapa ainda está em formação e, como nas eleições sindicais, o Movimento de Renovação tem boas possibilidades de sair vitorioso.

Planos secretos e polêmicas

Bani Sadr diz que sabia dos planos do Iraque desde agosto e debate a posição da URSS

O Iraque introduziu uma sofisticação terrivelmente mortífera no conflito com o Irã ao usar pela primeira vez na semana passada os seus mísseis soviéticos, possivelmente os Frog-7 de duas toneladas, capazes de lançar ogivas nucleares. Não foi o caso, mas os ataques causaram 230 mortos e 700 feridos, assustando e indignando os iranianos. Ao lado disso, os bombardeios simultâneos de várias cidades iraquianas pelo Irã (e com a possibilidade deste usar os seus próprios mísseis Hawk americanos, ainda inativos) parecem apontar para uma intensificação e um prolongamento da guerra.

Abaixo, Movimento apresenta duas reportagens feitas pelo enviado especial do jornal Le Monde ao Golfo Pérsico, Eric Rouleau: uma entrevista com o presidente Bani Sadr (Le Monde, 8/10/80) e um relato da polêmica interna no Irã sobre a verdadeira posição da URSS (9/10/80). Rouleau é um dos maiores especialistas em assuntos do Oriente Médio e para realizar as reportagens conversou longamente com os principais líderes iranianos. A entrevista com o presidente foi feita durante a visita que este fez à refinaria de Tabriz, logo após um bombardeio do Iraque, em que foi acompanhado pelo jornalista em seus vôos sobre a região.

Bani Sadr: "esta guerra serviu para consolidar nossa República"



Sadr: "os EUA, neutros?... Sejamos sérios!"

O Irã não foi pego de surpresa pela "agressão iraquiana" porque conhecia desde agosto os "planos" do presidente Saddam Hussein do Iraque, assim como o conteúdo das conversações que teriam sido realizadas em Paris "entre contra-revolucionários iranianos, representantes iraquianos e especialistas militares americanos e israelenses" sobre a preparação da guerra.

Estas revelações foram feitas na semana passada pelo presidente iraniano Bani Sadr. O que segue abaixo é um resumo de suas opiniões sobre diversas questões que podem ser decisivas para o Irã, proximamente.

O EQUIPAMENTO MILITAR

"Quando eu subi ao poder, em janeiro passado, os chefes das três armas me diziam que nossas forças seriam operacionais, segundo o caso, entre 5% e 25%. Havia um problema crucial: tínhamos estoques de material militar e peças de reposição, mas inúteis, porque os americanos a quem o antigo regime havia pago US\$ 250 milhões para programar as características, a localização e a distribuição das peças de reposição, tinham saído do país após provocarem pane nos computadores que compramos com esse objetivo. As sete equipes de técnicos iranianos que eu organizei rapidamente, só puderam resolver esse problema trabalhando meses sem descanso, dia e noite. Paralelamente, importamos e continuamos a importar material, principalmente americano, dos traficantes internacionais. Assim, esperamos que o inimigo gastasse seus próprios estoques para passar a uma ofensiva fulgurante"

AS ARMAS SOVIÉTICAS

"O embaixador da URSS me assegurou há poucos dias que seu país interrompeu sua ajuda militar ao governo de Bagdá, segundo a neutralidade proclamada por seu governo no conflito. Até este momento, eu não possuo nenhuma informação capaz de desmentir essa declaração. A URSS está convencida de que esta guerra apenas serve aos interesses americanos; por outro lado, ela não pode ofender o Irã, sob pena de comprometer nossas relações por anos. Nós não temos memória curta e nossos vizinhos soviéticos sabem bem disso. É por isso que, no momento, eu tenho a crer na sincera neutralidade da URSS"

A POSIÇÃO DOS EUA

"Sejamos sérios! Como eu já disse, os americanos participaram ativamente da preparação da agressão iraquiana. Desde a queda do xã, não pararam de tentar nos asfixiar: congelamento de nossas contas bancárias, depois o embargo e hoje a guerra destinada a destruir a nossa economia e a quebrar a vontade de nosso povo de permanecer à margem do campo americano: o objetivo final desta guerra é a derubada da República Islâmica para restabelecer um governo constituído de marionetes como Bakhtiar"

A QUESTÃO DOS REFÊNS

"Os EUA usam esta questão para aplicar a sua estratégia no Oriente Médio. Sempre que estamos a um passo de uma solução, iniciam provocações para torpedeá-la. Na verdade o que desejam é evitar o que chamam de contágio: o exemplo revolucionário que damos a todos os povos do Oriente Médio"

A AJUDA AO IRAQUE

"Não tenho certeza ainda se algum país do Golfo Pérsico ajuda o Iraque, mas vou dizer claramente: nossas forças atacarão violentamente todo país árabe que se aventurar ao lado do Iraque. No caso extremo de outros Estados entrarem na guerra contra nós, por exemplo, não hesitaremos em fechar o Estreito de Ormuz à navegação internacional"

A UNIDADE INTERNA

O presidente iraniano está "completamente seguro" quanto à solidariedade da "frente interior". Os curdos e os azerbaijanos partidários do aiatolá Chariat Madhari permanecerão quietos, segundo ele, e "não ousarão se sublevar num momento em que todo o povo está em luta contra o invasor". E acrescenta: "esta guerra, ao contrário do que esperavam Washington e Bagdá, serviu para consolidar nossa República"

A DURAÇÃO DA GUERRA

"Se o Iraque tiver que lutar sem ajuda externa", diz Sadr, "a guerra durará mais quinze dias; no caso contrário, até o fim dos 36 milhões de iranianos". Sobre a possibilidade de um encerramento da guerra após as forças iraquianas serem afastadas até a fronteira do Irã, Bani Sadr responde martelando cada palavra: "poremos fim ao conflito quando Hussein cair, porque não queremos destruir o exército iraquiano, que deve defender a região contra o imperialismo americano e o sionismo. Ao contrário, se o atual regime de Bagdá permanecer no poder, nossas forças prosseguirão a ofensiva além de nossas fronteiras"

A URSS é ou não amiga sincera do Irã?

O embaixador soviético no Irã, Vinogradov, teria assegurado aos líderes iranianos que a URSS não aprova as ações militares do Iraque, e não só cessou de lhe fornecer armas como estaria pronta a ajudar Teerã, caso isso fosse solicitado. Essa revelação, feita pelo governo iraniano, acirrou a polêmica no país sobre a verdadeira posição da URSS e que pode definir os rumos do Irã. Khomeini considera que o Iraque ainda está sendo armado pela URSS, opinião também do ministro da Defesa, Saraam Fakouri, e de Mustafá Tchamran, do Conselho de Defesa iraniano. O presidente iraniano Bani Sadr e o presidente do Parlamento aiatolá Fafsandjani, se inclinam a acreditar em Vinogradov.

O primeiro ministro Ali Radjai rejeitou a oferta de Vinogradov de saída, respondendo que "a independência de nossa República tem mais valor que tudo que vocês possam nos dar". A conversa foi unilateralmente publicada pelo Irã e nela Radjai faz um violento discurso contra a política soviética no Irã, remontando à época de Mossadegh, nos anos 50. A julgar pelo texto, a maior parte da conversa — em princípio voltada para a guerra — transformou-se numa agressiva diatribe contra a "agressão soviética no Afeganistão", a "natureza impopular" do regime de Babrak Karmal.

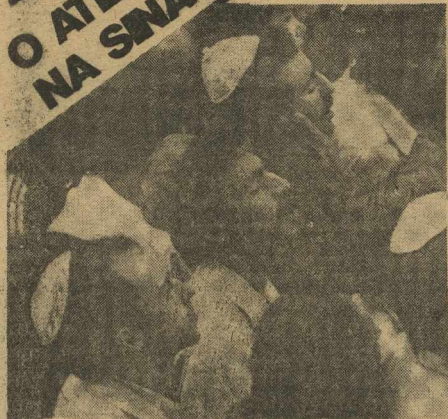
Ao que parece, Vinogradov permaneceu calmo, mas terminou a conversa com uma advertência: "queremos ser amigos. Mas não se esqueçam de que temos 2.500 quilômetros de fronteira comum. Já refletiram sobre quem lucrará com a persistência dos atuais problemas litigiosos?"

Para o secretário-geral do Tudeh (Partido Comunista), Nouredine Kianouri, a URSS adotou uma política claramente pró-iraniana. "Normalmente, a URSS teria tomado a causa do Iraque", afirmou, "com o qual ela tem um tratado de amizade e de ajuda mútua. Teria jogado todo o seu peso em favor de Bagdá, como fez com o Afeganistão, o Egito, o Vietnã, que tinham alianças análogas".

Como o Partido Comunista Iraquiano, o Tudeh também denuncia Saddam Hussein como "o agente americano", e em sua opinião, ele é o "novo Sadat do Oriente Médio", querendo dizer que o Iraque, como o Egito, passou do campo "antiimperialista" para o lado dos EUA. Por que então a URSS não denuncia "a agressão iraquiana", segundo a exigência de vários dirigentes iranianos? Kianouri responde: "a URSS não pode fazer isso porque, como sempre, ela procura circunscrever os conflitos regionais que ameçam degenerar em guerra mundial. Na guerra indo-paquistanesa de 1970/71, da mesma forma, ela se absteve de condenar o governo de Islamabad que desencadeou as hostilidades, e que, além disso, tinha más relações com Moscou". Ele lembra o apoio potencial que a URSS poderá fornecer ao Irã. Em seguida pergunta: "a quem servem as tentativas de estragar as relações entre os dois países, senão ao imperialismo americano?"

Mansur Farhanj, antigo embaixador na ONU e atual conselheiro do presidente Bani Sadr para assuntos internacionais, pensa ao contrário de Kianouri. No começo de outubro sugeriu ao Parlamento a solução dos reféns americanos e a reativação da "comissão Waldheim" de conciliação, cuja missão foi suspensa no ano passado. "Foi a questão dos reféns", disse, "que contribuiu largamente para o nosso isolamento internacional, favorecendo assim a agressão iraquiana, que nenhum Estado do mundo condenou. E preciso pôr um fim nessa questão, tanto mais que ela é usada por um grupo político, para monopolizar o poder no seio da República Islâmica". O conselheiro de Bani Sadr está convencido de que não se pode esperar nada de bom da URSS. "Temos provas de que os armamentos russos chegam a Bagdá pelo porto de Acaba e mesmo pelo Kuwait. Certo, a URSS se ofereceu para equipar nosso exército, mas isso não nos serve de nada porque é impossível, em plena guerra, readaptar nossas infra-estruturas de modelo americano".

O ATENTADO NA SINAGOGA



Judeus (esquerda) e ciganos (direita) na passeata anti-racista

Paris sai às ruas contra o terrorismo da extrema direita

Desde o término da Segunda Guerra Mundial a capital francesa não via uma manifestação tão ampla. De 150 a 200 mil pessoas saíram às ruas de Paris, no último dia 7, para protestar contra o atentado terrorista de extrema direita do dia 3, que provocou a morte de quatro pessoas e ferimentos em mais de 20 outras, diante da sinagoga da rua Copernic. Todos os partidos políticos e as mais variadas associações estiveram representados. A Confederação Geral dos Trabalhadores convocou uma greve geral de duas horas para que os operários pudessem comparecer e a Assembléia Nacional suspendeu suas sessões para que os deputados se juntassem à passeata unitária.

Trabalhadores imigrantes ao lado de cidadãos franceses, organizações de extrema esquerda, feministas ou homossexuais ao lado dos partidos tradicionais, as mais variadas agremiações judaicas e um grupo de ciganos "além do número", escreveu o

jornal Libération, "o extraordinário dessa manifestação, em que os líderes políticos não eram mais do que figurantes quase anônimos, é essa formidável coexistência de anti-racismos".

A explosão de uma bomba em frente à sinagoga, no momento em que os fiéis se reuniam para a cerimônia do Shabat, na noite de sexta-feira, foi o sexto atentado anti-semita praticado e assumido pela Frente Nacionalista Européia em uma semana. A lentidão do governo em reprimir essa escalada terrorista da ultradireita (muito diferente da eficiência que demonstra quando se trata da "subversão" de esquerda) foi duramente criticada por várias entidades e jornais, que exigiram a renúncia do ministro do Interior, Christian Bonnet. A posição do ministro ficou particularmente delicada com as acusações, feitas por sindicatos da própria polícia, de que pelo menos 30 militantes neonazistas teriam sido recrutados para combater a "subversão" de esquerda.

A atual escalada neonazista nos países da Europa Ocidental

"Mais do que com as ideologias e as propagandas, é preciso se preocupar com as condições objetivas, que constituem o caldo de cultura do fascismo", escreveu o relator geral da Assembléia do Conselho da Europa (entidade que congrega todos os países da Europa Ocidental), o socialista luxemburguês Ernest Krieps. Para ele, os fatores responsáveis pela escalada da extrema direita são "a miséria, o subdesenvolvimento, o desemprego, a ignorância, um retorno aos nacionalismos 'protetores', a psicose do medo e insegurança provocada, alimentada e explorada pelos partidos conservadores, que não têm necessariamente as mesmas aparências nem os mesmos slogans do fascismo tradicional, mas cuja característica mais clara é a simplificação extrema dos problemas e das soluções de caráter global".

"O demagogo que disser ao branco iletrado e ignorante, sem trabalho e sem esperança, que ele é de uma raça superior, terá todas as chances de ser escutado", afirma Krieps.

Curiosamente, as principais fontes de inspiração dessas doutrinas racistas

não se situam na Alemanha ou na Itália, mas nos países anglo-saxônicos — Inglaterra, Estados Unidos e Austrália —, e de lá se irradiam para o continente europeu. Na Inglaterra, o *National Front* (Frente Nacional), fachada eleitoral e aparentemente constitucional da extrema direita, explora a fundo os problemas realçados pela chegada maciça de imigrantes antilhanos e asiáticos que penetraram no tecido urbano britânico. Essa organização, aliás, parece se beneficiar de uma excepcional tolerância da parte dos poderes públicos. Na revista do *National Front*, o texto de um certo Relf afirma: "você pode tirar o negro da selva, mas não pode tirar a selva do negro".

O *National Front*, porém, parece entrar numa fase de decadência: após um breve período em que as circunstâncias econômicas e sociais poderiam produzir na Inglaterra um partido fascista de massas, o *NF* se fraciona agora em vários grupos racistas. O mais ativo é o grupo paramilitar clandestino "Column 88" (o 8 como sendo a oitava letra do alfabeto, H 88 sig-



200 mil pessoas na maior manifestação desde o término da Segunda Guerra



A ofensiva da extrema direita. No alto, à esquerda, pichação num muro de Paris: "Hitler por 1000 anos". Abaixo, à esquerda, manobras paramilitares do "Grupo Hoffman", na Alemanha. Acima, treinamento de jovens neonazistas na França.

nificando Heil Hitler)

Berço histórico do nazismo, a Alemanha acolhe cerca de 120 grupos de extrema direita, do Partido Nacional Democrata aos amigos dos antigos SS. Esses grupos parecem estar perdendo vitalidade do ponto de vista numérico (o NPD principalmente passou de 28 mil membros, há 10 anos, a apenas 10 mil hoje). Mas desde há três anos, a criminalidade que lhe é atribuída aumentou nitidamente. Aqui também, as forças que se defendem melhor no cenário político são as mais racistas, que exigem o repatriamento de todos os imigrantes". Os nazis de Munique publicam a *Deutsche National Zeitung* (Gazeta Nacional Alemã), com tiragem de 100 mil exemplares.

Munique é, aliás, a cidadela do neonazismo alemão, graças principalmente à tolerância do governo da Baviera (os democratas cristãos, liderados por Strauss). O "caso Hoffmann" e a bomba da festa de outubro não são mais do que trágicas revelações.

A Itália vive há algum tempo o mesmo clima de radicalização aparente

da extrema direita: ao lado do MSI (Movimento Social Italiano) de Almirante (300 mil membros, 30 deputados), os inúmeros grupúsculos terroristas multiplicam há dez anos as agressões e as explosões cotidianas.

Os saudosistas "dos velhos tempos" se juntam na Espanha aos antigos do regime, a certos setores do Exército e da administração, para facilitar na Península a ação de inúmeros grupos de extrema direita. Os jovens falangistas montam impunemente nas ruas de Madri *stands* com bandeirinhas nazistas, retratos de Franco e Hitler, enquanto o círculo "Cecade" de Barcelona continua a organizar a acolhida aos nazis estrangeiros.

A nova direita francesa e notadamente o "Grece" (Grécia) de Alain Benoist preocupam o relator da Assembléia do Conselho da Europa devido à sua maciça campanha publicitária no *Figaro-Magazine* e por sua ligação com o *Club de L'Horloge* (Clube do Relógio) constituído pela nata dos funcionários franceses.

V. Andolfi (Libération)

Desculpas esfarrapadas

É preciso ir mais a fundo para explicar a derrota da esquerda nas eleições portuguesas

Helena Salem

"A AD será derrotada, Sá Carneiro irá para a rua e Abril vencerá". Com essas palavras, o secretário-geral do Partido Comunista Português, Alvaro Cunhal, abriu há um mês, em Lisboa, a campanha eleitoral da Aliança Povo Unido (APU - integrada pelo PCP e o Movimento Democrático Português - MDP), com vistas ao pleito legislativo do último dia cinco. Pouco depois, ele reiteraria, categórico, para o semanário português "O Jornal": "Quase de certeza que a AD vai ser derrotada e a APU vai subir".

Cunhal não estava sozinho em seu otimismo. Parece que no conjunto da esquerda, reformista e revolucionária, e da centro-esquerda, a vontade frequentemente se sobrepôs à análise da realidade, durante o processo eleitoral. A União Democrática Popular (UDP - esquerda revolucionária), por exemplo, expressava confiança em eleger quatro deputados (em 1979 fez um), formando "pela primeira vez na história do nosso país um grupo parlamentar revolucionário". Os socialistas, por sua vez, não estavam menos convictos da derrota da direita e, conseqüentemente, de sua própria volta ao poder.

Assim, tão logo começaram a se delinear os resultados das eleições para a Assembleia da República, com a esmagadora vitória da AD (que subiu em dois por cento e fez 134 deputados, para 128 em 1979) e a queda do PCP (que desceu de 19 por cento para 16,4, perdendo seis cadeiras), a estagnação do PS (manteve os 74 deputados) e da UDP (continuou com um), a decepção não poderia ser maior. Na dificuldade, ou impossibilidade, de ir ao fundo do problema, o dirigente do Partido Socialista, Mário Soares, ainda ensaiou algum tipo de explicação, afirmando: "o eleitorado certamente confundiu-se com a mudança de símbolo dos socialistas". O PS substituiu seu símbolo tradicional — uma mão fechada — pelo tríplice símbolo da Frente Republicana e Socialista (a coligação formada pelo PS, a União de Esquerda Democrática e Socialista — UEDS — e a Associação Social-Democrata Independente, ASDI). Enquanto Alvaro Cunhal observou: "o povo foi enganado, o povo votou enganado, porque o Governo usou todos os meios, da demagogia à pressão moral, para manter-se no poder".

O apelo forte e eficiente da estabilidade política

Talvez o novo símbolo adotado pelo PS tenha de fato confundido um pouco o tradicional eleitorado socialista. E, muito provavelmente, o governo do primeiro-ministro Sá Carneiro também utilizou todos os recursos do poder — a começar pela imprensa e a televisão estatizadas sob seu controle — para manipular o povo. Mas com toda a liberdade de expressão que efetivamente existe em Portugal, o intenso debate político propiciado pelos seis anos de democracia, seria um cer-

to simplismo atribuir a fatores como esses a derrota da esquerda e a vitória da direita. Na realidade, essas afirmações pouco ou nada acrescentam e, ao contrário, só reforçam a perpetuação dos erros.

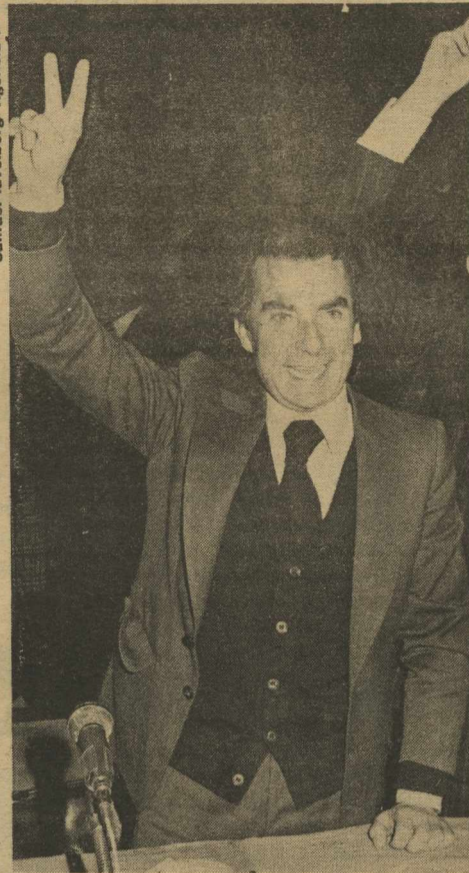
Nestes nove meses de governo desde que assumiu o poder, Sá Carneiro adotou algumas medidas, limitadas, visando assegurar suas bases eleitorais. Elevou o salário rural ao nível do urbano e incentivou a propriedade individual da terra (em oposição ao coletivismo da reforma agrária), garantindo assim o apoio da massa de pequenos proprietários portugueses que, em 1975, havia se aterrorizado com o "perigo vermelho" e a ocupação pelos trabalhadores dos latifúndios no Alentejo. Também reajustou as pensões dos aposentados (ou seja, daqueles que, em grande parte, foram formados e quase só conheceram a "ordem" salazarista), conseguindo conter a inflação ao nível dos 16% sem aumento de impostos. Acenou com a bandeira da estabilidade política, depois de cinco anos de turbulência e sucessivas mudanças de governo, apelando para o conservadorismo natural de uma população de origem basicamente rural.

Socialistas alinhados com a direita para combater a esquerda

Foi esse Portugal conservador e mais atrasado politicamente que a Aliança Democrática (coligação do Partido Social-Democrático, Centro Democrático Social e Partido Popular Monárquico) conseguiu conquistar. Esse Portugal que a esquerda, quando de posse do poder político (em 1975), não pôde, ou não soube ganhar, e que os socialistas, nos dois anos que permaneceram no poder (1976-78), com toda a sua dubiedade só estimularam a saudade do passado.

Aliás, no que diz respeito ao PS, os resultados das eleições legislativas não surpreendem em absoluto. Maior partido português em 1976, com 33% da Assembleia da República, o Partido Socialista no governo se pautou por uma política vacilante que, no fundamental, apenas contribuía para a recuperação do poder econômico e político das forças de direita. Na hora de compor politicamente, de se associar a qualquer outra força, o PS preferencialmente sempre se inclinou para a direita, enquanto não poupava ataques à esquerda. O PS, das 106 cadeiras conseguidas em 1976, caiu para 74 no ano passado.

A União Democrática Popular surgiu após a revolução de 1974, consolidando-se nas eleições para a Assembleia Constituinte em 1975, quando foi a única organização da esquerda revolucionária a conseguir eleger um deputado. Pouco depois se formaria o Partido Comunista Português (Reconstituído), resultado da fusão de vários pequenos grupos marxistas-leninistas, de base predominantemente operária, disposto a oferecer uma alternativa revolucionária ao reformismo do PCP, talvez o mais pró-soviético dos PCs



Sá Carneiro: "A AD governa"

tradicionais europeus. O fundamental das forças que integram o PCP (R) estava também na UDP, mas o PCP (R) optou por conservar a União Democrática como uma frente legal (o PCP (R) nunca se legalizou), mais ampla, através da qual concorreria nas eleições.

A UDP deveria, então, ser uma frente, agrupando não apenas marxistas-leninistas mas também democratas revolucionários de outras tendências. Na prática, porém, esse objetivo nunca conseguiu ser plenamente atingido. A UDP tendeu a se tornar um braço do PCP (R), sem qualquer autonomia. Inclusive, via de regra, a maioria de seus dirigentes eram também dirigentes do PCP (R). E, necessariamente, a luta interna travada dentro do partido, os rachas, etc., repercutiam automaticamente dentro da UDP.

No ano passado, às vésperas de seu II Congresso, o PCP (R) decidiu expulsar alguns elementos do Comitê Central, que entre outras coisas contestavam os fortes laços da organização com o Partido do Trabalho da Albânia (PTA). Com eles, saíram também diversos militantes e dirigentes intermediários, atingindo sem dúvida a vida do Partido, jovem e pequeno (com um total de militantes estimados em 3 a 5 mil — o PCP tem 175 mil).

Em 1976, a esquerda revolucionária obteve uma grande vitória nas eleições presidenciais, com o segundo lugar do major Otelo Saraiva de Carvalho, que se apoiou no MUP — Movimento de Unidade Popular — formado, entre outros, pela UDP e o Movimento de Esquerda Socialista (MES). Porém o MUP não conseguiu sobreviver ao período pós-eleitoral, desfazendo-se em disputas internas e colocando por terra as expectativas de

união da esquerda não reformista. A UDP, a maior das organizações que integravam o MUP, e Otelo também nunca mais chegaram a um acordo. Até que, nas últimas eleições, Otelo optou por constituir ele próprio uma frente, basicamente em torno de seu carismático nome: a Frente de Unidade Popular (FUP). Seu caminho seria no entanto atravessado pelo MR-PP (Movimento Revolucionário do Proletariado Português — maquista de extrema esquerda, insignificante numérica e politicamente), que pediu a impugnação das listas da FUP em diversos lugares, invocando objeções "legais". Ao reapresentar suas listas, o prazo do Tribunal Eleitoral já estava vencido e a FUP não pôde concorrer nas principais cidades, como Lisboa e Porto.

Se as derrotas do centro socialista e da esquerda revolucionária até certo ponto poderiam ser esperadas (inclusive as pesquisas de opinião apontavam nesse sentido), a surpresa maior talvez tenha sido a grande queda do PCP que, em dezembro havia passado, de 40 para 47 deputados. Alguns analistas observam que a campanha do PCP se concentrou demasiadamente nos ataques à AD (milhares de cartazes com o lema "A AD vai perder" foram colados nas cidades), o que permitiu à coligação direita aparecer com uma forma mais positiva, ao declarar: "A AD não insulta, a AD governa". Pode ser uma explicação, ainda insuficiente porém. Provavelmente, as raízes dessa derrota localizam-se em deficiências mais profundas do PCP e mesmo no processo de direitização da sociedade portuguesa após o período revolucionário de 1974/75, que não conseguiu ir até as últimas conseqüências no processo de transformação das estruturas econômicas e sociais do país.

Apesar de tudo, a esquerda não conseguiu a união

Restaria ainda a pergunta: mas por que o PCP, o PS e a esquerda revolucionária não foram capazes de se unir, taticamente, para derrotar a direita? Afinal, a direita não obteve a maioria dos votos (47,3%), só atingindo a maioria absoluta devido ao sistema de voto distrital (método Hondt).

Com o seu passado anticomunista, o PS jamais se uniria ao PCP ou à UDP. Mário Soares foi, aliás, bastante claro durante a campanha ao negar reiteradamente essa possibilidade. Concretamente, a FRS rejeitou a proposta de listas conjuntas feita pela UDP. Por outro lado, também foram fracassadas as gestões da União Democrática, neste mesmo sentido, com o partido de Cunhal. As duas agremiações reuniram-se por três vezes: o PCP propôs à UDP incluir três deputados desta última em suas listas, contanto que ela abdicasse de fazer uma campanha autônoma. A UDP considerou tal proposta inaceitável, uma vez que estava disposta a fazer um acordo, mas não se diluir enquanto alternativa política.



—A cocadinha é Cr\$ 12. A bananinha ali é cinco. Ezequiel Tattini, aposentado sem aposentadoria, 69 anos, vende doces para operários do metrô na praça da República e às vezes em algumas fábricas do Tatuapé, em São Paulo.

— Rapaz, eu fui muitos anos metalúrgico, trabalhei na construção, dei suor demais pela Pátria, e não tive apoio. Nunca aposentei porque não cumpri tempo de INPS no desemprego e saí no biscate, não tinha condição de pagar a mensalidade. Aí, fui ficando velho, a mão ficou meio boba, acho que é dum princípio de derrame, e pronto, prontinho. Mas eu defendo aí meu ganho com esse servicinho. Ezequiel está encostado numa parede de tábuas, e dois rapazes com capacetes do metrô escutam a conversa. Os dois são

cearenses, estão em São Paulo há pouco mais de um ano.

— Eu já fui rapaz forte, era como esses meninos aí, gastei meu corpo nas colônias de café, fiz o progresso, mas ninguém reconheceu. Família eu tenho, criei os filhos mas é tudo gente pequena, mal sustentam os deles. Diz que tem um jeito pra velhos como eu, que o governo vai resolver. Mas eu sei como: velho que nem eu só tem que esperar é uma rasa lá no cemitério da Vila Formosa. Essa é a minha aposentadoria.



Está chovendo uma chuva miudinha, a garoa de São Paulo. Faz muito frio, apesar do mês de outubro. Debaixo de um dos grandes viadutos da Av. Sumaré, em Pinheiros, três velhos estão sentados, meio encolhidos do vento. Começa a anoitecer e os três talvez passem a noite por ali, onde viviam várias famílias, que se podia contar pelas fogueiras acesas, mas que foram retiradas há poucos dias pela

prefeitura.

Nenhum diz o nome, olham desconfiados e silenciosos, os três mastigando pedaços de pão. Paletós esfarrapados, panos embrulhando as pernas, cabelos desgrenhados, fedendo a sujeira: os três são desses mendigos velhos que caminham silenciosos por toda a cidade. Apenas um deles resolve falar: palavras rápidas, difíceis, como se estivesse desacostumado. Escuta várias vezes as perguntas, gira nas mãos uma bengala velha.

— Eu sou de Piracicaba e era da cana, cortava cana. Os filhos eu não sei, tenho sim, mas não sei. Aqui em São Paulo uns 35 anos, 40, eu não sei direito. Trabalhei de tudo aqui, na fábrica do seu Moisés, nos Turcos, trabalhei na carga de sacos no Santa Rosa, de tudo né, pobre não escolhe serviço não, não escolhe, né? Os dois outros velhos parecem mal escutar, comendo o pão devagar, bem encolhidos ali.

— Uns têm sorte, outros não têm, é a lei de Deus; o governo ajuda e então Deus é

Murilo Carvalho

Velhos trabalhadores.

No final do mês de setembro quase todos os grandes jornais brasileiros publicaram reportagens e entrevistas sobre os velhos e seus problemas. A semana do idoso havia atraído atenções e repórteres para algumas das promoções que a Legião Brasileira de Assistência havia feito pela cidade: piqueniques, festas, danças. A semana do idoso parece ter também sensibilizado o Itamaraty, que promoveu um encontro em Brasília, com geriatras e gerontólogos de todo o país, para discutir e ouvir alguns grandes nomes internacionais, especialmente convidados.

Mas tudo não passou, na verdade, de um grande encontro social. Discutiu-se cientificamente, apresentaram-se teses e teses, houve belos jantares, muita gentileza dos rapazes do Itamaraty. Tudo teria sido muito tranqüilo, não fosse um excessivo temor dos organizadores que, depois de haver convidado uma freira de São Paulo a participar do encontro, resolveram proibi-la de falar. Irmã Maria Luiza, da Congregação de Luiza de Marillac, que desenvolve um trabalho com velhos há mais de 20 anos na periferia de São Paulo, resolveu não ficar calada. Lutou, forçou e conseguiu pelo menos denunciar a marginalização social do idoso.

200 mil velhos abandonados

— O velho não precisa de muletas, mas sim de direitos, afirmou Irmã Maria Luiza, para escândalo das senhoras da LBA. O velho não tem vez porque a política social é feita de cima para baixo e não planejada pela base.

Além de Irmã Maria Luiza, que não teve espaço para

apresentar sua tese, o médico geriatra paulista Tufik Mattar fez uma denúncia emocionada, que repetiu depois na Câmara dos Deputados, na Comissão de Saúde, sobre a marginalidade do velho em São Paulo. Uma de suas declarações causou grande polêmica e mais tarde foi apressadamente contestada por Marcos Smith, médico ligado ao INAMPS e presidente da Sociedade de Geriatria e Gerontologia de São Paulo — "somente na capital há cerca de 200 mil velhos abandonados, vivendo pelas ruas, dormindo em prédios velhos, debaixo de viadutos, sobrevivendo à custa de esmolas."

Exilado dentro de sua própria casa

Apesar de tudo o encontro parece ter servido para mostrar com clareza o abandono real dos velhos brasileiros, os conceitos paternalistas e assistencialistas que ainda fazem a política oficial.

— Na verdade não é com esses encontros que se vai resolver o problema do velho no país, porque o abandono, a solidão, a inadaptação do idoso têm causas muito mais profundas, e só mudando essa sociedade que só pensa no lucro, no materialismo, é que se vai resolver o problema do idoso afirma Irmã Maria Luiza.

A maneira com que a sociedade atual encara o velho chega a ser assustadora. Tudo é voltado ao jovem. Os novos produtos lançados no mercado, as campanhas publicitárias, os empregos, os clubes, os apelos do próprio governo: este é um país, uma sociedade para jovens.

O velho, abandonado, sem possibilidades de participar efetivamente da sociedade, é obrigado a isolar-se cada vez mais, enquanto todo o conjun-

Irmão Celso



Depois de anos de trabalho, o isolamento

to do país avança, com novos hábitos, novos costumes, nova linguagem, tornando-se aos poucos, para ele, um mundo desconhecido, misterioso. Torna-se uma espécie de exilado dentro de sua própria casa, de sua comunidade.

Se esse velho é — como a maioria — um trabalhador pobre, sem recursos, acaba quase sempre abandonado pela própria família incapaz de sustentá-lo. Os que conseguem receber uma pensão do INAMPS recebem muito pouco, meio salário mínimo, um dinheiro incapaz sequer de prover sua alimentação.

A sociedade em geral é levada a encarar o velho como uma coisa ridícula, basta se ver nos filmes e programas humorísticos da televisão: ele é sempre um surdo, que confunde tudo, ou então um lúbrico imbecil a perseguir mocinhas gostosas. Através desse ex-

pediente o sistema se reafirma, coloca claramente sua ideologia: só o progresso importa e o homem é apenas sua capacidade de produzir lucro.

Aposentadoria: solidão e abandono

— O que os velhos precisam é se organizar como qualquer segmento da sociedade e lutar pelos seus direitos, afirma Irmã Maria Luiza, o idoso mesmo é que tem que ser o agente transformador de sua história.

A mágoa com o tratamento dado à velhice é bem retratada pelo ex-professor Carlos Fontenova, aposentado há 4 anos:

— O velho é encarado como um bagoço de laranja, de que já tiraram todo o suco. Mas na verdade ainda há muito suco ali: há vida, há emoção e só se pode compreender uma sociedade que preserve todos os

seus elementos. Antigamente o velho era tratado com mais respeito, agora mesmo dentro de uma casa os filhos parecem estar sempre esperando que o pai morra para desocupar o lugar. O governo então, se já trata mal até os próprios operários que produzem, como é que ia tratar melhor os velhos? Um homem é considerado velho demais para ensinar, para dar aulas aos 65 anos. Mas não é considerado velho para ser Presidente ou ministro de Estado. Como é que pode? E depois tem uma coisa, a velhice não começa na aposentadoria não, qualquer homem de 45 anos já não encontra quase emprego mais, basta olhar os anúncios no jornal: todos pedem jovens, até 35 anos.

O rápido processo de industrialização, de certa forma contribuiu muito para o processo de marginalização do velho. Anteriormente, quando o trabalho artesanal era mais importante e se tornava melhor e mais perfeito com a idade, o idoso tinha possibilidades melhores de permanecer trabalhando muito mais tempo, e se tornar, de certa forma, o mestre dos mais jovens.

— Além disso, afirma o ex-professor Carlos Fontenova, o homem mais velho, com experiência acumulada e mais tempo de serviço, tende a receber, pela sua própria antiguidade, um salário mais elevado, então é mais econômico para as empresas aposentar o velho, que passa a receber seu magro salário do governo, e contratar um jovem, que por estar começando vai receber um salário bem menor.

O aposentado, mesmo o que se prepara para a aposentadoria, considerando-a um benefício, não aguenta o vazio e a solidão que a sociedade lhe impõe. Na verdade a aposentadoria, que seria uma espécie

que quis, o governo não ajuda e é porque o destino do homem tem que ser esse. Enquanto é moço, pega em tudo, resolve, resolve porque é moço. Depois cospe ele fora, ficou velho não presta mais pra nada, cospe ele. O que mais mata é o frio, a gente morre encarangado e se passa o tempo frio fica bom, dói menos tudo. O frio é que mata mais e a chuva. Sem nome, sem endereço, sem ninguém. Os três velhos ficam ali, esperando a chuva passar, passar o frio, a noite acabar. Em silêncio.



Na porta do pequeno armazém o caminhão de lixo gira a caçamba, enquanto os lixeiros tomam café, alegres, barulhentos. Encostado numa sorveteira um velho bem vestido, terno, gravata, os cabelos penteados, um pouco ralos, chora silencioso, as lágrimas soltas pelo rosto, enquanto bebe goles curtos de conhaque que tem num copinho de dose. Só quando os lixeiros saem e outro



Victor Andrade

velho chega para comprar pão é que as pessoas que estão no armazém percebem o choro e um mal-estar geral toma conta de todos. — Esse vai ser o último conhaque da minha vida, eu vou me matar. A frase, dita assim pausadamente chama a atenção do velho com seus pães.

— O que é isso, amigo?
— É isso, cada um tem sua hora. Pra que que serve viver depois que apodreceu? Pra quê? Fica aí abandonado, fica aí, sem sono, sem fome, só sofrendo.
— Morrer não é a saída não. O senhor está só triste, porque não vai pra casa, dorme um pouco?
— Dorme. O senhor também é velho sabe o

que é ficar sózinho? Eu vou deitar na cama e morro, quem não sabe disso? O velho aposenta e fica pronto pra morrer, depois de tanto trabalho, criar os filhos, o que falta na gente é coragem. Precisa de coragem para acabar com tudo.

— Liga não, senhor, que ele faz isso de vez em quando, ele vem aqui todo dia cedinho e fica bêbado logo, ele mora sozinho num apartamento aí em cima, depois que ele bebe ele vai embora e dorme — o rapaz do balcão sorri enquanto serve um cafezinho. O velho não está chorando mais. Bebe os restos do conhaque e sai para a calçada sozinho.

— Esse homem tem dinheiro, é rico, tem uma porção de casas de aluguel aí, ele era dentista, o negócio dele é que ele fica sozinho e a cabeça varia, mas não incomoda ninguém não, fica aí bebendo quietinho, só de vez em quando que fala que vai se suicidar. O velho caminhou para a porta do prédio. E está parado, olhando os lixeiros, antes de subir. Sózinho.

Solidão à espera da morte

de prêmio ao trabalhador por seu serviço prestado à comunidade, é o abandono, a solidão, a morte por antecipação.

— Isso se dá, explica Antonio Filho, ex-bancário e que participa de um grupo de velhos em São Paulo, porque a sociedade coloca sempre como valor maior o trabalho. Desde que nasce o homem é ensinado a encarar o trabalho como a única coisa digna, o único valor, a única medida. Então vem um dia que ele já não é mais preciso e é aposentado. Acontece que ele sabe que ainda pode trabalhar, ainda tem capacidade, ainda se sente forte. E então ele vê que já não tem mais o que fazer e só lhe resta a morte. E por isso que tanto aposentado não dura. O que precisava ter era uma conscientização de todos de que a velhice é uma forma de sabedoria e que o velho não tem que ficar à toa, que ele pode ainda produzir muita coisa boa para a sociedade.

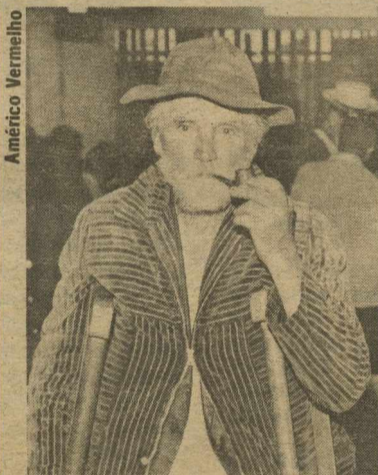
Asilo. Antecâmara da morte.

Segundo a Organização Mundial da Saúde o mais alto índice de suicídio, mesmo nos países mais desenvolvidos como a Suécia e Dinamarca, é entre velhos na faixa de 67 a 72 anos. E uma das causas fundamentais apontadas é a solidão.

— A solidão da velhice é uma das coisas mais tristes. Ninguém liga, ninguém tem paciência para escutá-lo, ninguém quer saber do velho. Mesmo as famílias mais ricas condenam o velho à solidão, ao silêncio. Os que podem preferem pagar essas clínicas caríssimas que a gente vê no jornal, todo dia, mas que não passam de um jeito de se ver livre deles, diz Irmã Maria Luiza.

— A gente velho é sozinho mesmo. É claro que os filhos e os netos têm outras coisas. Então chega o neto em casa e nem lembra de falar com o velho, vai brincar, é da natureza deles. Os filhos estão preocupados com o emprego, com a casa, essas coisas, então ninguém tem tempo pros velhos. Decerto o único jeito é mesmo o asilo. Lá eles se livram da gente. Eles botam a gente para esperar a morte.

A opinião de Maria Inês Vargas, ex-tecelã e que atualmente vive de pensão de aposentadoria do INAMPS, é confirmada por quase todos os estudiosos de gerontologia Tufik Mattar, por exemplo, defendeu em seu depoimento na Câmara a "extinção dos asilos", pois eles não resolvem nada nesse estágio da vida. O idoso perde sua potencialidade



Américo Vermelho

No asilo, a espera da morte

física, mas não a mental ou espiritual. E os asilos devem acabar, a exemplo de outros países, como a Inglaterra, que

paga para as famílias manterem os velhos em casa, pois eles se sentem isolados, sujos, fedorentos. Sentem-se um peso morto na sociedade e esse quadro se agrava ainda mais quando eles vão para um asilo.

Irmã Maria Luiza, de certa forma tem a mesma opinião o asilo é a antecâmara da morte. Pelo menos nesse tipo de asilo que está acostumado a se ver, onde o velho fica numa prisão sem grades, tratado como um doente ou uma criança.

O terror ao asilo é uma verdade para Manoel Sacro Reis, carregador de um cartaz de propaganda de um fotógrafo no centro de São Paulo: Eu trabalho nisso aqui o dia inteiro é pra não morrer, porque eu não tenho ninguém por

mim e se for prum asilo é pra morrer decerto. Lá eles dão injeção, tem que comer e defecar na hora certa, é que nem um quartel, de sujo, então eu prefiro morrer na rua.

Na cidade, uma passeata de velhos

— Nós estamos tentando uma experiência nova na cidade dos velhos, diz Irmã Maria Luiza, cujo desejo é formar uma Pastoral do Velho, dentro da Igreja, para criar uma nova mentalidade cristã no tratamento dos idosos. A Cidade dos Velhos é aberta, eles entram e saem a hora que querem, e as decisões principais a respeito do que desejam fazer são tomadas por eles mesmos, que têm liberdade para discutir e interferir de verdade na condução da casa. E claro que não é perfeito, mas é um lugar onde ninguém precisa se sentir prisioneiro.

A Cidade dos Velhos, um projeto pioneiro em Itaquera, na periferia de São Paulo, pode ser o início de um novo rumo no tratamento de idosos sem família, abandonados. Mas ainda é um paliativo para um problema social grave, que parece que toda a sociedade faz questão de desconhecer. E completa:

— O que o velho precisa mesmo é ter consciência de seus direitos, consciência da importância que tem para a humanidade, com sua experiência, sua vida. E isso é o que de melhor se pode fazer pelos idosos. Por isso não estranhem se um dia sair pelas ruas da cidade uma passeata de velhos, exigindo seus direitos. Essa é a única saída: a conscientização.

A expectativa de vida é muito menor para os países pobres.

Com que idade um homem fica velho? Essa ainda é uma pergunta que não pode ser respondida com certeza por nenhum geriatra ou gerontologista, pois as condições de velhice variam decididamente de indivíduo para indivíduo. Além disso a longevidade está diretamente ligada às condições de vida do homem. Torna-se evidente que um indivíduo submetido a vida toda a privações, a condições insalubres de trabalho, a tensões permanentes, não pode mesmo ter uma vida longa. Aliás é exatamente por isso que a idade média de vida das populações dos países pobres é bem menor do que a média dos países ricos. A expectativa de vida em países pobres como a Biafra ou a Uganda, não ultrapassa os 42 anos, enquanto nos Estados Unidos está atualmente em torno dos 77 anos. No Brasil, nos estados do Sul, pode-se considerar a expectativa de vida

em torno de 62 anos, enquanto nas áreas pobres do Nordeste mal chega aos 47.

Segundo um estudo da Universidade de Stanford, as células humanas se reproduzem em número finito, mas nunca menos de 50 vezes. Feita uma projeção, em

número de anos, dessas reproduções sucessivas, a idade possível do homem seria situada em torno de 120/150 anos, com pequenas variações. Em vista disso, pode-se concluir que a capacidade de vida humana ainda não está totalmente esgotada

População brasileira com mais de 60 anos

Projeção em milhões

	1975	1980	1985	1990	1995	2000
Homens	2,6	3,1	3,8	4,6	5,5	6,3
Mulheres	2,8	3,4	4,1	5,1	6,2	7,4
Total	5,4	6,6	8,0	9,9	11,8	13,8

Fonte: IBGE

LITERATURA/POLÍTICA

Borges: "sou um anarquista individualista"

E o velho escritor não ganhou Nobel de Literatura

Aos 81 anos, e sem abandonar a vida monástica que leva em seu apartamento em Buenos Aires, Jorge Luis Borges parecia na semana passada um candidato em vésperas de eleição. De repente ele deu entrevistas e depoimentos às principais revistas e jornais do mundo. É que ele esperava receber neste ano o prêmio Nobel de Literatura, atribuído, no entanto, na quinta-feira, ao pouco conhecido poeta polonês, exilado nos EUA, Czeslaw Milosz. Borges já havia afirmado várias vezes que o Nobel não lhe interessava, mas agora tinha mudado de posição e confessa que morreria feliz se conseguisse receber o prêmio.



Borges: ninguém nega os crimes na Argentina

Certamente, não é talento que lhe falta. Ele é hoje um dos maiores escritores do mundo; talvez o maior. O problema é que o prêmio Nobel sempre foi muito mais um problema de política do que de literatura. Há poderosos lobbies internacionais por trás das escolhas. E o autor de "El Aleph" nunca foi certamente uma figura simpática aos olhos dos honoráveis membros da Academia Sueca, moderadamente liberais em política e moderadamente conservadores em estética. É que Borges sempre fez questão de posar como reacionário, com uma dose homeopática de racismo, uma paixão várias vezes confessada pela cultura e o colonialismo inglês e um apoio público ao governo militar argentino. Os dois primeiros itens não seriam problema. Afinal, a Academia já premiou Kipling. Mas ditaduras latino-americanas são difíceis de ser engolidas na Europa.

Recentemente, porém, houve uma súbita guinada no comportamento de Borges. Ele saiu de seu "esplêndido isolamento" para sublevar um abaixo-assinado pedindo que o governo argentino prestasse contas pelos "desaparecidos" políticos e respeite os direitos humanos. Na campanha pelo Nobel, isso poderia ser um ponto a seu favor. Há quem sustente mesmo que tudo não passaria de uma "jogada" do genial e manhoso escritor para conquistar o prêmio. É pouco provável. Um dos temas obsessivos da obra e das declarações de Borges é o da imortalidade. Ele não comprometeria uma possibilidade de acesso a ela em troca de uma vantagem circunstancial.

Sua própria explicação conserva o tom de sempre: "as-

sinei apenas por um motivo ético. Não estou filiado a nenhum partido político; não sou com certeza comunista, não sou com certeza nacionalista, não sou com certeza peronista, não sou com certeza fascista. Sou um velho anarquista individualista". O *Jornal*, de Portugal, não se satisfaz com essa declaração e pediu a Mario Gomez uma entrevista com Borges. Aqui está um resumo de suas principais afirmações:

• Sobre os "desaparecidos" políticos: "Nestes últimos tempos vieram umas pessoas ver-me. Veio uma senhora que há quatro anos não sabe de sua filha. Já há uns tempos eu recebia cartas que me comunicavam certas coisas... Uma carta parece menos real do que uma senhora que vem aqui e que chora... Por isso assinei o papel, como fizeram outros escritores. Creio ter feito o meu dever diante da própria consciência. Mas a eficácia não será nenhuma... este Governo é católico e nacionalista, e eu sou cosmopolita, como os estoicos. Escrevi um poema onde digo que tenho muitas pátrias em todo o mundo. O nacionalismo é ridículo onde quer que exista — ou absurdo. Sobre tudo num país como o nosso, tão recente. Dizia meu pai: substituíram o catecismo pela história argentina".

• Sobre a sua demora em se pronunciar: "Eu perdi a visão em 1955, não leio jornais, não ouço rádio, praticamente não saio de casa. As notícias chegam-me atrasadas. Dizer que estou preparando uma série de trabalhos sobre a Divina Comédia significa que vivo em outro mundo, com um tempo diferente. Mas é meu dever condenar". Ninguém nega estes crimes... E, se houve fatos delituosos, é preciso investigar-los. Diz-se que exa-

geraram o número das vítimas, mas bastaria um caso: Caim matou Abel só uma vez, Cristo foi crucificado só uma vez. Os números, as estatísticas nada têm a ver com a ética".

• Sobre a democracia: "A democracia aqui seria um erro. Trar-nos-ia Perón, ou outro Perón. Não sei, talvez a democracia seja lícita em países cultos. Mas o resultado que ela deu aqui, em países como o nosso..."

• A ditadura deu melhores resultados? "Claro que não deu. Eu não tenho soluções. Não sou um político, sou apenas um incrédulo, um cético. E observo os acontecimentos com bastante tristeza".

• Não há esperança para o futuro? "Talvez ex Oriente lux (do Oriente venha a luz). Por exemplo, pense como convivem no Japão a cultura oriental e a ocidental. O Japão é um país que visitei recentemente e que achei extraordinário, um país tão evidentemente civilizado, cheio de tolerância..."

• Sobre seus planos para o futuro: "Estudo as línguas escandinavas e estou trabalhando nesse tal livro sobre a Divina Comédia... Recolhi uma série de ensaios sobre várias passagens dessa obra, que para mim é a mais bela do mundo... São ensaios que escrevi em diversas ocasiões, refletindo, além da minha, muitas leituras da Comédia: li-a em pelo menos 10 edições diferentes".

• Sobre o Nobel: "Os suecos foram sempre sensatos em não dar-me o Nobel, e eu não o mereço".

• Sobre sua atitude diante da morte: "É uma atitude de esperança. Sobre tudo de que a morte seja total. Tenho a esperança de ser totalmente anulado". Uma resposta digna do mestre do insólito. José Tadeu Arantes



Uma cena do filme e o desenho da mesma cena num esboço prévio de Kurosawa

CINEMA

Kagemusha: um fantasma no campo de batalha

Em cena os samurais de Kurosawa

O filme *Kagemusha* evoca novamente o Japão do século 16, em que já se situavam *Rashomon*, *Os sete samurais*, *O castelo da aranha*. Frequentemente se opõem as duas veias de inspiração de Kurosawa: ele pode ser num momento um moralista contemporâneo (*Viver, Dodeskaden*) e, noutro, um esteta do passado. É possível muito bem inverter os termos. Já que seus filmes de "samurai" fornecem a chave do Japão moderno.

É de fato no século 16 que pescadores e comerciantes japoneses tiram uma lição prática das noções de responsabilidade e sacrifícios que lhes impõe há 30 séculos a aristocracia militar. É o início desse frenesi industrial que assegura hoje a supremacia japonesa no mundo da eletrônica, da construção naval e do cinema.

Não acreditem nos detratores de Kurosawa que afirmam que *Kagemusha* é um filme muito exótico para interessar os japoneses americanizados de hoje: um simples produto de exportação. Há 100 anos que não se quer ver nos japoneses mais do que a simples qualidade de copista: do passado ou do ocidente. E descobre-se depois um pouco da influência japonesa no ocidente. No cinema, o inspirador do ocidente é Kurosawa: os *Sete samurais* transformados em sete mercenários, *Rashomon* refeito nos Estados Unidos, *Yojimbo* inspirando Sergio Leone etc.

"O Japão é a Grécia da Ásia", dizem. Enquanto a China parece mais próxima do Egito antigo, camponesa e imemorial, o Japão lembra a Grécia, com suas paisagens marítimas, suas tradições comerciais e sua capacidade de sincretismo. Depois de ter absorvido a influência hindu e a cultura chinesa, o Japão recebeu a cultura ocidental no final do século 19. Sendo que foi americanizado outra vez depois da Segunda Guerra Mundial.

Kagemusha se situa no início da intensificação da pesca e do comércio no Japão. Que foi também a era das guerras: 260 famílias principescas disputam a honra de ver sua bandeira hasteada em Kioto imperial.

Kurosawa se inspirou num desses senhores da guerra: Takeda. A lenda lhe atribuía um certo dom de ubiquidade. Ele enviava provavelmente sócias para o campo de batalha para levantar o moral da tropa e aterrorizar o inimigo. Kurosawa escolheu como herói um

desses "kagemusha" (fantasma).

Esse antigo ladrão, convenientemente instruído e educado, conseguiu se fazer passar por Takeda, mesmo depois da morte deste. Durante três anos, ele abusou da corte, dos parentes e mesmo das concubinas de Takeda. Mas foi finalmente traído pelo instinto do cavalo de seu mestre, inutilizado e expulso da corte. Mas esse *Kagemusha*, por ter sido durante tanto tempo identificado com o outro, volta ao campo de batalha para buscar a morte que acreditava que lhe era devida. Bastaria um projétil perdido para abater esse vagabundo semelhante a tantos homens mortos por um cenário cuja importância eles subestimavam.

A primeira vista, essa variação sobre o tema do "double" lembra Plauto, Shakespeare, Chesterton ou Borges, ou seja algo que não pertence absolutamente à cultura japonesa. Mas aí está a primeira surpresa do filme: não são dois, mas três homens cuja semelhança é alucinante. Eles surgem logo em um dos primeiros planos do filme: o senhor Takeda, seu irmão e o sócia recém-recrutado. Se o argumento do filme poderia fazer acreditar numa fantasia a mais sobre o tema psicológico do "double", *Kagemusha* é, na realidade, baseado no princípio estético e japonês do tríptico.

Todas as cenas de batalha obedecem a esse princípio triangular apesar da multidão de figurantes e da aparente confusão de movimentos. A tela parece invadida em toda a sua largura e sua aparente profundidade pelos exércitos rivais. A tensão não cessa durante as duas horas e 45 minutos que dura *Kagemusha*. E isso não se deve às peripécias guerreiras, nem ao suspense do sócia descoberto. A tensão nasce unicamente dessa fusão de elementos contrários. Daí os sentimentos contraditórios que deixa a visão de *Kagemusha*: uma impressão de tranquilidade de "velho jogo", logo contrariada pelo sentimento de ter participado de uma experiência total e muito pura do autor do filme. Sua loucura solitária pela perfeição. Sua ambição forçada de dar um senso estético a toda vida... com o objetivo, talvez, de obter a serenidade face à idéia de sua própria morte. Gilbert Rochu (Libération)

Contra o "ruído" dos vizinhos.

O candidato presidencial francês, Jean-Claude Delarue, foi extremamente infeliz na evolução de um movimento popular, na origem perfeitamente legítimo e bastante promissor: sua luta organizada contra a poluição sonora, de "uma grande causa nacional", como ele a chamou, acabou se transformando, como se constatou no Segundo Congresso Nacional de Luta contra o Ruído, num movimento de velhas rabugentas que reclamam dos rádios de pilha em volume excessivo, "jovens desocupados" se divertindo em casa, etc.

Este novo movimento de defesa do meio ambiente, queixou-se, Delarue, se compunha durante o Congresso, da seguinte forma: 60% de militantes lutando contra os ruídos ligados aos transportes (vias expressas tipo "Minhocão" e auto-estradas, caminhões, aviões, etc.) e 40% de "vítimas de problemas de vizinhança". Estes últimos foram a pedra no sapato de Delarue. Organizados em uma associação específica, que tem exatamente o nome citado por Delarue, embora minoritários no Congresso, fizeram um barulho bem maior que seus companheiros. E o que é pior, considera-se que são potencialmente muito mais numerosos que os outros militantes, preocupados em reduzir o nível de ruído ensurdecedor de uma cidade grande.

A preocupação das "vítimas da vizinhança" é a aplicação diurna e noturna de todos os regulamentos por mais absurda que seja. Sua palavra de ordem desde já é: a qualquer ruído, chame o guarda!

MEDICINA

Interferon na URSS se vende em farmácia

O último número da revista soviética *Tempos Novos* (edição em português) contém uma correção feroz à publicação alemã *Der Spiegel*. O motivo é uma reportagem de capa, com nove páginas, dedicado por esta última ao interferon, substância ativa do sangue (inclusive do homem) e que segundo algumas pesquisas, poderia vir a ser uma arma efetiva no combate ao câncer, entre outras doenças.

Segundo *Tempos Novos*, a imprensa ocidental passa por um "Boom do interferon", mas que apesar disso *Der Spiegel* em sua reportagem comete equívocos imperdoáveis, a começar pelo "esquecimento" do papel da ciência e dos cientistas soviéticos. E faz revelações notáveis: segundo a revista, ao contrário do que se pensa (e acontece) no Ocidente, o interferon não é raro, não custa o preço estimado por *Der Spiegel* (100 milhões de marcos) e não influi apenas sobre a espécie de mamíferos da qual foi extraída.

Tempos Novos entrevistou nesse sentido E. Babaian, chefe da Direção de novos remédios e equipamentos médicos do Ministério da Saúde Pública soviético. Segundo ele, o interferon na URSS já é produzido em escala industrial e vendido nas farmácias há tempos a preços razoáveis. O interferon para ser usado no corpo humano, contra a gripe e a leucemia (câncer no sangue), como acontece na URSS, pode ser obtido, não só do sangue humano, mas também do sangue do porco. A URSS seria a pioneira do uso do interferon em doenças de animais, extraindo-o do sangue do porco e da vaca para esse fim. No caso do câncer, as experiências soviéticas mostram que o interferon é mais ativo nas células com tumores malignos e é usado contra a leucemia infantil. Nos outros casos de câncer, porém, a revista diz que só agora começaram as observações e que é cedo para tirar conclusões definitivas, "sobre oncologia" (a ciência que estuda o câncer).

INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL

Estéreis, com filhos

2 mil casais por ano procuram os bancos de esperma na França

Se você fosse estéril, permitiria que sua mulher tivesse um filho de outro homem? A pergunta pode causar um certo espanto; no entanto, a menos, digamos, de um detalhe técnico, cerca de dois mil a dois mil e seiscentos casais franceses anualmente estão dando exatamente esta solução à esterilidade masculina.

Estes casais recorrem a um dos diversos centros médicos já existentes na França capazes de realizar a fecundação artificial através de esperma doado por anônimos, e mantido através de congelamento. O método tornou-se conhecido pela sigla IAD, Inseminação Artificial com Doador, e é aplicado por uma equipe profissional que inclui ginecologistas, biólogos, geneticistas, psicólogos, psiquiatras etc.

A pergunta inicial, a despeito do sucesso do IAD — hoje o principal recurso contra a infertilidade devida à esterilidade masculina na França — tem a sua razão de ser. Os problemas já vencidos e ainda por vencer quanto à aceitação da fecundação artificial, não são pequenos. O primeiro da lista é a associação — falsa, claro — geralmente feita pelo homem entre a esterilidade e a impotência,

e daí a sua resistência à IAD, como se aceitando o método estivesse reconhecendo sua esterilidade, e "por extensão" sua "impotência" (a situação é pior com os homens que com as mulheres: numa pesquisa realizada na França há dois anos, 6% dos entrevistados atribuíam a fecundidade do casal ao marido e 30% à mulher. O fato é que a distribuição é meio a meio).

Os especialistas vêm outras dificuldades ainda como os problemas psicológicos que podem advir da mulher, na inseminação artificial, assumir um poder total sobre a criança (pelo fato do marido não ter participado da fecundação). Pode também haver problemas com as exigências sobre as "qualidades" genéticas da criança (pais querendo filhos gênios, fisicamente perfeitos etc., como uma tendência anormal). Ou então problemas futuros sobre se a criança deve ou não saber a sua origem real.

Por isso é obrigatório que os casais sejam acompanhados pelos psicólogos e psiquiatras além de outras precauções. Segundo as informações de um dos primeiros bancos de esper-

ma franceses, o Cecos (Centro de estudo e conservação do esperma), grande parte dos casais volta para uma segunda inseminação. Embora com cuidado para evitar uma linha algo nazista quanto à qualidade genética, o fato é que, biologicamente, as diversas medidas adotadas garantem às crianças da IAD um privilégio: 2% de anomalias, em média, contra 3% entre a população em geral. Entre outros cuidados, os doadores devem ter boa saúde, entre 20 e 45 anos e ser desprovidos de problema genético. Os doadores do Cecos têm geralmente trinta anos, são casados com dois filhos (o fato de ser casado é importante para a imagem do doador, segundo as pesquisas).

O casal receptor também deve ser casado ou viver estavelmente. Cada dose custa 250 francos (cerca de Cr\$ 3.000,00) e são necessárias algumas doses para se obter a gravidez (mesmo assim, 50% dos casos fracassam). Após o pedido, o casal espera um ano, depois recebe a dose cujo esperma, inseminado pelo ginecologista, fecunda a mulher. Nove meses depois, de tudo correr bem, nasce o filho do casal.



Grupos pró-Israel malham um boneco da atriz Vanessa Redgrave, contra sua presença num filme para a tevê

EUA/TELEVISÃO

Malhações e ibope com a "fanática" Redgrave

Desde que Israel perdeu o papel principal no conflito do Oriente Médio para o Irã e o Iraque, as organizações pró-israelenses americanas não devem estar tendo muito o que fazer. Na semana atrasada, elas se uniram ao apelo de uma judia, Fania Felon, explodindo bombas e queimando figuras da atriz Vanessa Redgrave, em protesto contra a apresentação de um filme de televisão pela CBS, estrelado pela inglesa, cuja história se baseia num livro de Felon.

A questão toda se deve ao fato de que a autora da história se recusava a permitir que o filme fosse estrelado por Redgrave: a atriz, além de famosa por suas posições em favor dos palestinos, aproveitou-se recentemente da cerimônia de entrega do Oscar — que ela recebeu por sua performance em "Julia" — para lançar mais uma diatribe contra "os sionistas", referindo-se aos desmandos do Estado de Israel.

A briga durou dois anos, passado inclusive por um debate na tevê entre as duas mulheres, patrocinado pela própria CBS, facilmente vencido pela atriz, segundo a imprensa, já que Felon se resumiu a argumentar que Redgrave era "uma fanática". Ao fim, com toda a propaganda, a CBS obteve um pico de 40% no "ibope" e Vanessa, elogios gerais da crítica.

O filme conta a história da própria Felon, passada num campo de concentração da II Guerra, Auschwitz, sob o comando do sinistro dr. Mengele, onde ela consegue sobreviver por três anos e com um pouco de alívio com relação a seus companheiros de prisão, devido às suas qualidades como música — uma paixão do nazista. O filme conta o desespero da protagonista em se agarrar a esse pre-

cário trunfo e permanecer viva no inferno do campo. O título em inglês, *Playing for Time*, pode ser traduzido por "ganhando tempo", mas "play" em inglês significa também "tocar" (um instrumento). A crítica que o jornal francês *Libération* faz do filme é a seguinte: "as descrições da vida num campo de concentração que terminam bem têm qualquer coisa de suspeito"...

CHINA

As voltas com maus casamentos

Como se não tivessem que se preocupar apenas com os inumeráveis meandros da política nacional, com as "lições" militares aos seus vizinhos hostis e com cada passo do gigante soviético pelo mundo, os dirigentes chineses também andam preocupados com os desencantos "matrimoniais" dos jovens chineses.

Segundo o jornal *Diário de Pequim* o Partido Comunista Chinês pretende inaugurar em breve uma agência matrimonial no Parque do Templo da Terra, em Chaoyang, bairro

ocidental da capital. A agência vai ficar sob o controle do comitê distrital local do PCC e vinculada à Liga da Juventude Comunista e à Federação das Mulheres.

Seu objetivo é dar mais um passo numa luta antiga: acabar com os "casamentos venais" (isto é "casamentos por dinheiro") e liquidar com as tradicionais "apresentadoras". Um centro similar já foi aberto em Xangai, em vista das numerosas reclamações que vêm aparecendo nos jornais oficiais, por parte de jovens chineses.

UMA SALADA MISTA FIEL AO ACORDO MEC-USAID

REAJUSTE SEMESTRAL

História e Geografia x Educação Moral e Cívica

Um novo golpe está sendo articulado contra o ensino e a pesquisa na área de ciências humanas no Brasil. O anunciado projeto de resolução de um membro do Conselho Federal de Educação, que decreta a morte dos cursos de História e Geografia, transformando-os em habilitações de um curso unificado de Estudos Sociais, estourou feito uma bomba nos meios universitários e não poderia merecer senão a repulsa de todos quantos lutam pela melhoria do ensino e pela democratização da sociedade brasileira.

O projeto de autoria do conselheiro Paulo Nathanael Pereira de Souza constitui mais um acinte à inteligência nacional, em meio a tantos outros acumulados ao longo desses 16 anos de autoritarismo. Independentemente de qualquer consulta aos setores que mais diretamente sofreriam os efeitos dessa nefasta resolução, perpetrada-se, no refúgio dos gabinetes dos burocratas da educação, mais um atentado às ciências humanas.

Para tanto, parte-se da "verdade", absolutamente questionável, de que Estudos Sociais e Ciências Sociais não passam de nomes diversos para designar a mesma área de conhecimentos. Dessa forma, os Estudos Sociais visariam ao ensino, as Ciências Sociais buscariam "a investigação, a pesquisa, o aprofundamento dos porquês". Daí que, nas palavras do conselheiro do CFE, o objetivo de Estudos Sociais é a "vulgarização" do conhecimento, sem preocupação alguma com o progresso da ciência.

Ao se analisar mais atentamente esse projeto de resolução, torna-se evidente a sua coerência com toda a política educacional adotada pelo governo sob o império da Lei 5.692/71 (Lei da Reforma de Ensino de 1º e 2º Graus), de tantas e tão danosas consequências para a educação no Brasil. Trata-se de formar professores que se comportem



como meros agentes transmissores de uma massa de conhecimentos o mais possível destituídos de componentes críticos — professores supostamente polivalentes mas, na verdade, pseudovalentes. Dos alunos é de se esperar, por outro lado, que se reduzam à mera condição de objetos — jamais de sujeitos — do processo educativo, resignando-se à condição passiva de simples recipientes de informações.

Feita a separação entre o professor e o pesquisador, — dentro de uma perspectiva absolutamente fiel ao espírito do acordo MEC-USAID, ponto de apoio da reforma do ensino de 1971 — cabe ao docente simplesmente difundir informações e conteúdos sintonizados com as verdades estabelecidas. Busca-se, assim, aprimorar o desempenho da escola como centro irradiador de idéias que mais convenham aos donos do poder — como nos dão exemplos as disciplinas de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil —, cuja implantação está em relação direta com o propósito de promover a exaltação do regime militar vigente e da ideologia autoritária que pretende justificá-lo. Ainda aqui, a identidade

de pensamento entre o conselheiro Paulo Nathanael Pereira de Souza e a ideologia dos planejadores educacionais norte-americanos, inspiradores do acordo MEC-USAID, é total. Não diziam os enviados de Washington, dentro do pragmatismo utilitarista próprio dos educadores "empresarialistas", que, em primeiro lugar, "o grosso da população deve ser alfabetizada a fim de receber instruções, seguir ordens, fazer registros"?

Pois, em outras palavras, é exatamente isso o que propõe o conselheiro do CFE. Tenta-se, em síntese, preparar, sob a rubrica de Estudos Sociais, uma salada mista de História, Geografia, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil, retirando-se todo condimento crítico. Cumpre-se um dever elementar dos guardiães do regime, que consiste em minar todo e qualquer terreno onde possa brotar o conhecimento crítico e o estímulo a uma prática transformadora.

Todos aqueles engajados na resistência democrática, entretanto, não podem se omitir ante mais essa tentativa de rebaixar a já decadente qualidade do ensino no país. Lutar pela valorização das ciências humanas e pelo seu comprometimento com os interesses da maioria da população equivale a dizer não aos que só desejam reduzi-la a instrumentos úteis manipulados ao sabor das conveniências das minorias dominantes. Não é mais possível suportar a **educatura** — esse misto de educação e ditadura — que os arautos da política educacional brasileira querem nos impingir por todo o sempre.

Adalberto Paranhos (diretor da Apropucc — Associação dos Professores da PUC/Campinas, e membro do Conselho Consultivo da ASESP — Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo).

Campinas, SP

PERIFERIA

QUEM SÃO OS PORCOS E CANALHAS?

Os moradores da Baixada de São Mateus, que está abandonada há mais de 30 anos, começaram a reivindicar melhorias para o bairro há mais de dois anos. É uma luta de todos os moradores, que com poucos recursos próprios, não têm onde reclamar a não ser com os órgãos competentes.

Pois bem, o povo sofrido, esquecido e desatendido dos poderes públicos, reuniu-se e decidiu ir até a prefeitura de São Paulo, e reclamar aquilo que os poderes públicos não fizeram em todos esses anos. Anteriormente, foram quatro vezes à Administração Regional de Itaquera/Guaianazes, onde nenhuma das reivindicações foi atendida.

Chegando à prefeitura, o povo não estragou nada nos jardins ou calçadas do Parque, nem deixou sujeira no local, como as fotos publicadas nos jornais e as imagens de vários canais de televisão comprovam. Uma comissão de dez moradores foi recebida cordialmen-

te pelo prefeito Reinaldo de Barros, sendo que ele mesmo achou justas as nossas reivindicações.

Como explicar, então, o comportamento dos vereadores Mário Américo, Brasil Vita (PDS) e Aurelino de Andrade (PMDB), que discordaram daquilo que o povo estava pedindo?

Se Mário Américo é hoje vereador, deve isso ao povo e é o povo quem paga o seu salário. Esse mesmo povo que ele chamou de porco e canalha quando foi ali reivindicar seus direitos.

Além disso, "ser macho, machista e doce" não são palavras que devem ser usadas por vereadores, mas foram ditas por Aurelino de Andrade, que estudou tanto para chegar onde está e agora se rebaixa tanto assim, desrespeitando aqueles pobres, como ele foi anteriormente, e que o elegeram.

Senhor Brasil Vita, homens que se prezam, que dão valor ao cargo que ocupam e que um dia foram ao povo

pedir votos, e que dele receberam não só votos nas urnas mas também votos de confiança, nunca tentariam agredir um outro representante do povo, só porque ele levou 350 pessoas para dialogar com o prefeito, reivindicando aquilo que elas vêm pagando há muito tempo e que não têm: asfalto, iluminação pública e outros melhoramentos.

Senhores Mário Américo, Aurelino de Andrade e Brasil Vita, homens educados jamais fariam coisas desse tipo. E dizer que este é um povo que não contribui em nada e quer tudo! Quem paga seus salários? Quem faz o Brasil crescer? Não são os pobres, os trabalhadores?

Concluindo este repúdio aos vereadores Mário Américo, Aurelino de Andrade e Brasil Vita, lembramos que as eleições vêm aí em 1982, e como será então? Eles ainda terão coragem de pedir votos a nós, os porcos e canalhas da periferia? Os moradores da Baixada de São Mateus, Capital, SP

As mobilizações do professorado em todo o país, na Semana da Educação, deverão ocorrer em torno de reivindicações por reajuste semestral, por cuja concessão as entidades estão coletando assinaturas através de abaixo-assinado em numerosas escolas. O documento será entregue, no Dia do Professor, ao Presidente da República, em Brasília, e, no dia 14 de outubro, aos Executivos estaduais e municipais.

A entrega do abaixo-assinado ao

Presidente da República será feita pela Comissão Pró-Entidade Nacional e por integrantes das coordenações estaduais. Nos Estados, haverá caminhadas, cultos ecumênicos e atos públicos, debates com a comunidade sobre temas relacionados com a política educacional e educação.

Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
Capital, SP

MOVIMENTO/ACORDO NUCLEAR

CONGRATULAÇÕES

Comunicamos a Vª Sª. que esta Casa Legislativa aprovou requerimento, de autoria do vereador Josué Pinto, cujo teor transcrevemos:

"Requeremos à Mesa, cumpridas as formalidades regimentais, sejam formulados votos de congratulações e aplausos junto à Alta Direção do Jornal Movimento, edição de 14 a 20.07.80, extensivos ao jornalista José Maurício de Oliveira e à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), representada por seu presidente, o Prof. José Goldenberg, pelo oportuno e patriótico

artigo: "Acordo Nuclear: o povo deve decidir".

Escolhemos a data de 6 de agosto, que 35 anos atrás ficou cognominada como "o dia em que o mundo parou", para elaborarmos a presente proposição, que vale como um voto de profundo repúdio junto ao governo brasileiro, que insiste em dar andamento ao programa nuclear, em detrimento dos reais interesses do povo brasileiro".

Paulo Fernando Immisch, primeiro secretário da Câmara Municipal, Recife, PE.

POESIA

"CHE" GUEVARA

Dia oito de outubro faz treze anos que Ernesto Guevara deixou fisicamente o mundo dos vivos para conviver conosco através do mito que é a transmutação (conversão) de testemunho histórico. Nesse sentido, a sua presença é plena e nós somos, como ele foi, o prolongamento de um ideal que não nasceu conosco e que, mesmo apesar de nossa morte, terá continuidade. Matam-se pessoas, mas não se matam os grandes ideais de amor que a humanidade moveu em sua ação. O poema que segue foi redigido por mim quatro anos após sua morte.

Che

Ausência
de quem se foi
de quem nos deixou
somente a essência

Essência que é tudo:
palavra e presença.

Sentença selada
do acaso ou acaso
morte que é vida.

Ausência-presença
palavra que é verbo
presença contida.

Che, comandante,
meu canto é teu canto
na bandeira que trago
contigo convivo.
Tua guerra é minha guerra
tua chama teu povo
teu povo meu povo
teu povo comigo.
Meu braço teu braço
o braço que fica
prolonga o amigo.

Che comandante
ausência-presença
presença constante
na luta do povo
do povo que sigo.

Che comandante
contigo caminho

estrada que é longa
estrada sentida
de dentro de nós
por isso que digo:

CHEgará o dia
em que o Ideal será Real.

José Maria Mineiro,
Rio de Janeiro, RJ



DIOCESE LUTA POR HOSPITAL

Fazendeiro ameaça direitos e retém verbas

A Diocese de Caetité, na Bahia, deu entrada junto ao juiz de direito da Comarca de Caculé, município subordinado à Diocese, de uma ação de manutenção de posse contra a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de Caculé (APMI), para assegurar os direitos que a Diocese possui em relação ao Hospital Nossa Senhora Aparecida, que — por questões políticas — estão ameaçados pelo presidente daquela entidade, Antonio Alves Teixeira.

Em documento enviado à Justiça, o bispo Dom Eliseu Gomes de Oliveira, da Diocese, argumenta que no dia 16 de agosto de 1978 foi celebrado um convênio entre a Diocese de Caetité e a APMI, visando o funcionamento do Hospital Nossa Senhora Aparecida nesta cidade, e “dentre as cláusulas a APMI obriga-se a ceder suas instalações à Diocese de Caetité, bem como todo o material permanente de consumo e equipamentos que nelas se encontram e que a Diocese se compromete a fazer funcionar o referido hospital”.

Além de entrar com o imóvel onde funciona o hospital, a Diocese de Caetité passou a ser mantenedora única assumindo desde a fundação a administração daquela casa de saúde. No ano passado, o Hospital Nossa Senhora Aparecida atendeu a 900 casos de internamento e 10 mil consultas assistindo a população de sete municípios vizinhos a Caculé, conforme o documento encaminhado à Justiça.

O documento denuncia ainda que passado o tempo, começaram a despertar os interesses políticos do presidente da APMI, Antonio Alves Teixeira, pecuarista e ex-prefeito de Caculé, que, por motivos inconfessáveis, convocou uma assembléia geral “e de forma inusitada declarou extinto o Convênio tentando ainda proceder o despejo da Diocese sendo, de pronto, repellido”.

“Gritante, irreverente e mesmo pândega foi aquela assembléia”, afirma Dom Eliseu.

“Como bons juízes em causa própria, baixaram em seguida dois famigerados atos extinguindo cargos, criando outros, nomeando diretor de comissão para inventariar os bens do hospital”.

Documentos comprovam que “os seguidores do presidente da APMI querem a todo custo, com atos turbativos, tomar a força a administração do hospital, acarretando prejuízos a terceiros, no caso os usuários. Denuncia também que obrigada por cláusula a repassar toda a verba proveniente de convênios, ou a existir, e de outras subvenções ou doações em favor de serviços hospitalares e de saúde na conta do Hospital Nossa Senhora Aparecida, e a APMI vem retendo indevidamente as verbas recebidas recentemente e que deveriam ser aplicadas pela Diocese, causando um sério problema social, vez que despesas com empregados, medicamentos, impostos e taxas são imprescindíveis ao dia-a-dia do Hospital.

O representante da Diocese reafirma que os atos turbativos são praticados por Antonio Alves Teixeira, e os associados da entidade da qual é presidente, Arquimedes Marques da Silva e Aloisio Lula Figueiredo, médicos empregados do hospital, que chefiaram os atos repudiados, sendo que o primeiro arvorou-se a diretor e é quem está insuflando e chefiando a turbacão das instalações do hospital, acompanhado pelo segundo”.

O documento da Diocese de Caetité, finalmente, requer entre outros direitos, a manutenção de posse do Hospital Nossa Senhora Aparecida e o imediato repasse das verbas injustamente retiradas pela Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Caculé (APMI), através de seu presidente Antonio Alves Teixeira.

Jeová Nina Rocha
Caculé, BA.

ARBITRARIEDADES

PERSEGUIÇÕES EM LONDRINA

Os regimes duros, ditatoriais, são pródigos em fazer reproduzir sua ideologia e suas práticas sobre os escalões mais baixos. Em Londrina, há 3 anos e 10 meses, temos visto na prefeitura Municipal a veracidade desta afirmação.

Desde que se instalou na prefeitura o sr. Antonio Belinati, o povo de Londrina vem sendo vítima de seu populismo, sua demagogia que ultraja a consciência e a integridade de uma população que sempre se caracterizou por seu espírito oposicionista e por sua combatividade. Todos os que se colocam contra essa política medíocre e corrupta vêm tendo suas cabeças cortadas.

A última vítima foi o médico sanitário Bruno Piancastelli Filho, servidor e organizador da Divisão de Medicina e Trabalho para atendimento dos operários e servidores da prefeitura, ex-secretário da Saúde do município, competente e abalizado profissional da área da saúde pública. Ele foi demitido após 9 anos de dedicação total à saúde daqueles menos privilegiados, daqueles a quem não chegam os caríssimos serviços de saúde particulares. Essa mesma dedicação, aliada à sua postura de homem comprometido com as causas das lutas populares foi sua sentença de morte junto ao prefeito.

Ultimamente, como militante do Partido dos Trabalhadores, o sociólogo e médico Bruno Piancastelli Filho vinha desenvolvendo um trabalho de colaboração na organização dos moradores da favela da Caixa Econômica. Com o crescimento das lutas dos favelados por seus direitos, e sua desconfiança ante o projeto Pro-Morar, que será implantado pela Companhia de Habitação de Londrina - COHAB, na mesma favela, tiveram início as acusações, ameaças, calúnias e repressões, partidas — principalmente — de dona Maria Lúcia Vitor Barbosa, coordenadora do Departamento de Desenvolvimento Comunitário da COHAB, contra todos os que se dedicam ao trabalho de organização do povo, e especificamente contra Bruno Piancastelli Filho. Coincidentemente, tão logo a

COHAB soube da participação de Bruno nesse trabalho, ocorreu sua demissão.

Esta é mais uma demonstração de força, de cinismo e de violência com que agem aqueles que — travestidos com roupas populistas — não conseguem esconder sua verdadeira face autoritária, truculenta, anti-povo. O Partido dos Trabalhadores, Núcleo de Londrina, e a Comissão Diretora Regional Provisória, vêm a público repudiar mais esse ato do sr. Antonio Belinati, ato esse coerente com seus baixos interesses, e conclamam a população em geral para que continuemos na luta contra a corrupção.

Partido dos Trabalhadores, Londrina, PR

HOMOSSEXUAIS

E O DIREITO DOS OUTROS?

Se o sr. José Rocha entende ou não de liberdade eu não sei, mas que tem muita bicha (homossexual é eufemismo) que não entende disso, eu sei. Você sabe, José Souza, que aqui em São Paulo dificilmente se pode transitar livremente pelas ruas à noite? Por que? Porque os homossexuais andam em grupelhos perseguindo os casais macho-fêmea e dizendo gracinhas nada graciosas.

Somos todos pessoas humanas, com os mesmos direitos você disse, não? E o direito de se transitar livremente pelas ruas não existe mais? Já não bastam outros tipos de ameaças a que estamos sujeitos sempre, para que a elas venha se juntar mais essa?

Espero que pelo menos aí em Minas seja diferente. Homossexuais de todo o mundo, uni-vos — mas, por favor, deixem que o resto caminhe em paz!

Abração ao pessoal do Movimento, que tá com tudo.

Myriam T. Vargas, Capital, SP.

AMEAÇAS NA PARAÍBA

A ADUFPB/JP (Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba - João Pessoa) recebeu pelo correio uma carta contendo ameaças do grupo fascista autodenominado Falange Patriótica.

A ADUFPB/JP reitera que tais atos terroristas, visam intimidar a todos os setores que se empenham nas lutas pela democratização da sociedade em todos os níveis. Ao solidarizar-se com as demais entidades e com todas as vítimas da onda de violência e terrorismo que atinge o país, a ADUFPB/JP une-se aos anseios de toda a Nação no sentido

de exigir que as autoridades constituídas apurem imediatamente a responsabilidade de tais atos.

Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba,
João Pessoa, PB

Em anexo, uma cópia xerox da carta da Falange Patriótica, que se diz “o partido da civilização brasileira, fundado por militantes nacionalistas em 27 de fevereiro de 1962”, e faz a ameaça: “já estamos na Paraíba — Atentados contra vocês em BREVE”.

FESTIVAL DE VANDALISMO

Na manhã do dia 30 de setembro, três elementos que não se identificaram, trajando roupas civis, sob os protestos e pavor de minha esposa, invadiram a minha residência e promoveram verdadeiro festival de vandalismo, coisa típica e marca registrada dos autodenominados órgãos de segurança.

Sem nenhum mandato de busca emitido por autoridade competente, esses indivíduos reviraram toda minha casa à procura do talvez ou do quem sabe; espalharam livros, revistas, roupas, documentos pessoais.

Os facinoras perguntaram a minha esposa o que eu fazia, em que e onde trabalhava se estava do lado do governo ou ao lado do povo e se eu era comunista, e disseram a ela que ficasse calma porque era “apenas um aviso” que eu saberia “entender muito bem”, quando chegasse do trabalho.

Quero deixar registrado que sou membro do Centro Brasil Democrático (Cebrade) e do Partido do Movimento Democrático Brasi-

leiro (PMDB), entidades nacionais de oposição, devidamente registradas e legais; que eu sempre estive e sempre estarei ao lado do povo brasileiro na sua luta contra a fome, a miséria, a opressão, o entreguismo e a corrupção; que sempre estive e sempre estarei ao lado de todos aqueles que estão organizando o povo e os trabalhadores em geral, para a conquista de uma sociedade mais livre e mais justa, que sou pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte livremente eleita e soberana; que sou pelo fim das leis de exceção e do aparato repressivo da ditadura; que estou solidário com a imprensa alternativa pelo seu livre direito de informação; e finalmente, que jamais me curvarei diante de ameaças terroristas, partam de onde partirem porque tenho plena consciência da justeza da causa que abraço.

João Felício de Oliveira Filho,
Feira de Santana, BA.

MOVIMENTO SÓ SE APÓIA NOS LEITORES: FAÇA UMA ASSINATURA.



Atentado contra banca de jornal em Belo Horizonte

Defenda seu direito à informação livre. Venda uma assinatura a seus amigos. Se você quiser apoiar Movimento (venda de jornais ou ações), ligue para 210-6622 ou 210-6744 em São Paulo.

Desejo adquirir uma assinatura de Movimento

ANUAL — Cr\$ 2.100,00

BIANUAL Cr\$ 3.500,00

Nome _____

Profissão _____ Idade _____

Endereço _____

Cidade _____ Estado _____ CEP _____

Estou enviando o cheque nº _____, em nome de Edição S/A, Editora de Livros, Jornais e Revistas, Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, São Paulo, SP, CEP 05415. Se seu pedido for feito na Europa, o pagamento deve ser enviado para a Conta Postal CCP 1202254 D - M. Villashi, Paris, France. Preço da Assinatura no Exterior: ANUAL: US\$ 100 — BIANUAL: US\$ 200.

Contrabando de ouro: um escândalo

Estima-se que o Brasil produza atualmente 150 toneladas de ouro por ano. Em 1978, porém, o governo controlou apenas seis toneladas e meia e, portanto, só naquele ano cerca de 140 toneladas desse metal teriam sido negociadas clandestinamente — principalmente — com evidentes prejuízos para a economia do país. Naquele mesmo ano o Brasil teve que importar, para suprir a demanda, 5,2 toneladas de ouro e, em 1979, 12 toneladas, no valor de 71,7 milhões de dólares.

Essa escandalosa situação é descrita em um relatório confidencial elaborado por um grupo de trabalho do ministério das Minas e Energia e divulgado na semana passada pelo deputado Alvaro Dias (PMDB-PR). O documento, concluído em agosto, analisa a produção brasileira dos metais nobres, das pedras preciosas e semipreciosas mas a sua maior parte é dedicada ao ouro, metal do qual o Brasil já foi o maior produtor mundial (58,9%) no século XVIII.

Se se considerar apenas as estatísticas oficiais, hoje o

Brasil participaria com menos de 1% da produção mundial, que em 1978 foi de 1.500 toneladas (*). Essas estatísticas, porém, segundo o relatório, "são irremediavelmente prejudicadas", pois o grosso da produção, desde o garimpo até o beneficiamento e o comércio de jóias, é vendido e comprado clandestinamente, o que ocorre também com as pedras preciosas, cujo controle pelo governo é ainda muito menor.

São duas as fontes de ouro: as minas, exploradas por empresas privadas, e os garimpos. A maior parte da produção oficial ("declarada") vem das minas, principalmente as localizadas no estado de Minas Gerais. Duas delas (a Tejuca — Dragagem de Ouro S/A e a Mineração Morro Velho S/A) são responsáveis por 75% dessa produção oficial. Só a Morro Velho retirou da terra, em 1979, 3,8 toneladas de ouro. Em todo o país, as minas empregam pouco mais de quatro mil trabalhadores.

A grande produção, porém, é realizada pelos garimpos, embora aí o controle por parte das autori-

dades seja quase nulo. Segundo o relatório do ministério, a produção declarada nos garimpos está em torno de 10% da realmente obtida. Estima-se que 500 mil homens trabalham nos campos e garimpos, concentrados principalmente nas regiões norte e nordeste, onde se localizam 71% das reservas nacionais. A vida no garimpo repete as clássicas cenas da corrida do ouro do velho oeste americano: habitações precárias, exploração dos trabalhadores, lavra predatória, negociantes que cobram preços escorchantes etc.

A primeira tentativa oficial para mudar essa situação aconteceu recentemente em Serra Pelada, no Pará, onde não faltou o uso da força. Agentes do Conselho de Segurança Nacional, da Polícia Estadual e Federal foram para lá, mas também postos de assistência da Sucam e da Cobal, ficando a compra do ouro por conta da Caixa Econômica e da Receita Federal; 25 mil trabalhadores garimpam em Serra Pelada, produzindo cerca de 30 quilos diários do metal, ao preço de Cr\$ 900,00 o grama.

Abribress



Serra Pelada: a loucura do ouro e a intervenção do governo

Tudo isso num terreno de 400 metros de comprimento por 100 metros de largura.

Evidentemente medidas muito mais profundas seriam necessárias para garantir o aproveitamento de recurso tão nobre. Uma das soluções, sem dúvida a mais adequada, seria a criação da Ourobrás, medida proposta por um estudo existente no próprio ministério das Minas e Energia, mas que segundo o deputado Alvaro Dias "estaria sendo boicotada por pessoas interessadas em que a situação continue do jeito que está". O principal suspeito, como disse Dias a *Movimento*, é o major Heitor Aquino, secretário do presidente da República. Em maio desse ano, Alvaro Dias já havia

denunciado o contrabando do ouro extraído do garimpo localizado no norte da cachoeira de Santo Antonio, no Rio Jari, de propriedade do arquimilionário americano Daniel Ludwig, de quem Aquino, como se sabe, era secretário tempos atrás. (Antonio Carlos Queiroz, de Brasília)

(*) Os maiores produtores de ouro são a URSS, a África do Sul, os Estados Unidos e o Canadá. Só a África do Sul produz 700 toneladas anuais e graças a isso aquele país, que sofre amplo boicote econômico em quase todo o mundo, é capaz de garantir o suprimento do petróleo que consome, comprando-o "a peso de ouro" no mercado livre de Roterdã.

OURO E DÍVIDA EXTERNA

Números de virar a cabeça de qualquer um

Como pagar a dívida externa? Para alguns técnicos do ministério das Minas e Energia a saída já foi encontrada: explorando as grandes reservas brasileiras de ouro e evitando que a chamada "reliquia bárbara" seja contrabandeada para o exterior.

Os números que envolvem o ouro são, realmente, de virar a cabeça de qualquer um. Uma estimativa da Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM) indica que as reservas brasileiras seriam de 33.592 toneladas. Dessas, 12 mil seriam à flor da terra e os preços atuais valeriam mais de US\$ 200 bilhões — quatro vezes a dívida externa. "Para se chegar a esses números os geólogos da CPRM levantaram a reserva atual, de 760 toneladas, e somaram com os dados novos das reservas geológicas e semiconhecidas. Assim, o Brasil disporia de uma reserva de ouro superior à da África do Sul, hoje esti-

mada em 16.500 toneladas e com uma vida útil de exploração de 15 anos, em fase de exaustão.

Especialistas em ouro e pedras preciosas dizem que há uma dose muito grande de chute nas estimativas da CPRM, mas mesmo os mais céticos admitem que o Brasil tem potencial para multiplicar sua produção atual, de algumas dezenas de toneladas, sendo que apenas umas 6 a 10 toneladas são comercializadas legalmente e estão em grande parte em mãos de empresas estrangeiras. O resto desaparece pelos caminhos tortuosos e obscuros do contrabando (em que grupos estrangeiros também se envolvem).

Para combatê-lo um grupo de trabalho formado em outubro do ano passado pelo ministério das Minas e Energia sugeriu aumentar a fiscalização nos garimpos, não conceder direito de lavra a empresas estrangeiras e não

exportar ouro em bruto. Mas a tarefa de deter o contrabando não é das mais fáceis. Existem hoje no Brasil centenas de garimpos, onde trabalham cerca de 500 mil garimpeiros, e algumas dezenas de minas. Além disso, há 13 mil empresas de comercialização do ouro. Em sua grande maioria (mais de 90%) são firmas muito pequenas, com menos de 5 empregados.

O problema do contrabando de ouro está longe de ser novo. O historiador inglês C.R. Boxer, em *A Idade do Ouro no Brasil*, diz que em 1792 o Brasil chegou a produzir 14,5 toneladas de ouro, quantidade excepcional para a época. "Somando-se a este havia um fluxo paralelo de ouro contrabandeado... Antonil avalia que menos de um terço do ouro realmente retirado das minas era declarado e outra autoridade da época alega que menos de um décimo desse ouro en-

contrava, eventualmente, o caminho das fundições e das Casas da Moeda".

A expectativa (ultra-otimista) de técnicos do ministério das Minas e Energia é que a produção brasileira poderia ser multiplicada por seis, passando para quase 200 toneladas anuais. O cálculo é feito do seguinte modo: sendo a população garimpeira avaliada em 500 mil pessoas trabalhando 300 dias por ano, e calculando-se que um garimpeiro obtenha uma grama de ouro por dia, ter-se-ia hoje uma produção total de 150 toneladas anuais. Donde, em cinco anos, poder-se-ia pensar em expandir a produção para até 200 toneladas. "A evidência da pouca confiabilidade desses números está no fato de o próprio diretor-geral do DNPM, Yvan Barreto de Carvalho, ter-se recusado a confirmá-los quando recentemente inquirido pela imprensa sobre essas previsões", diz o

Relatório Reservado.

É certo, porém, que a produção nacional de ouro vai aumentar (e não apenas pela repressão ao contrabando). O projeto Santa Luz, da Docegeo, deverá começar a produzir em 1982 com 4 toneladas anuais. O projeto Andorinhas, também da Docegeo, contribuirá com 7 toneladas anuais a partir de 1985. As reservas da Unigeo, na Serra da Jacobina, vão ser aproveitadas a partir de 1982 gerando pelo menos 2 toneladas anuais. E a Badin deverá lavar a partir de 1982 entre 300 e 1,5 mil quilos por ano no rio Gurupi. Só com esses projetos, a produção nacional passará para 46 toneladas. O aumento da produção nos garimpos e a repressão ao contrabando certamente garantirão que a barreira das 50 toneladas/ano será ultrapassada até 1985. Bem distante, portanto, das 200 toneladas sonhadas pelos técnicos oficiais. (R.B.)